

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AS CIDADES GÊMEAS FOZ DO IGUAÇU E CIUDAD DEL ESTE:
Interações Espaciais na Fronteira Brasil-Paraguai

LETICIA PARENTE RIBEIRO

Rio de Janeiro

2001

AS CIDADES GÊMEAS FOZ DO IGUAÇU E CIUDAD DEL ESTE:
Interações Espaciais na Fronteira Brasil-Paraguai

LETICIA PARENTE RIBEIRO

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro

Orientadora: Profa. Dra. Lia Osorio
Machado

Rio de Janeiro

2001

T
1106
R484CG

UFRJ

CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS
E DA NATUREZA
BIBLIOTECA CENTRAL

inv. 2014

N.º REGISTRO

DATA

1796103

02/04/03

ORIGEM

Doação Bib. PGG

inv. 2011

AS CIDADES GÊMEAS FOZ DO IGUAÇU E CIUDAD DEL ESTE:
Interações Espaciais na Fronteira Brasil-Paraguai

LETICIA PARENTE RIBEIRO

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Profa. Dra. Lia Osorio Machado, PPGG/UFRJ – Orientadora

Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa, PPGG/UFRJ

Prof. Dr. Frédéric Monié, PPGG/UFRJ

Rio de Janeiro

2001



RIBEIRO, Leticia Parente

As Cidades Gêmeas Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: Interações Espaciais na Fronteira Brasil-Paraguai/ Leticia Parente Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001.

1. Brasil – Paraguai – Alto Paraná – Tese. 2. Fronteira – Indicadores - Tese. 3. Geografia Urbana – Tese. I. Título. II. Tese (Mestrado – UFRJ/IGEO/PPGG).

Para Nico e Verinha

AGRADECIMENTOS

À Professora Rosalina Maria da Costa, primeira e única.

À Prof^a. Dr^a. Leila Duarte Dias que me acolheu nos primeiros tempos, sempre tão incertos.

Aos insuperáveis Rafael Winter Ribeiro, Mauro Gil e Márcio Viveiros Vieira que alargaram consideravelmente os horizontes da minha geografia afetiva da cidade.

Aos amigos Murilo, Bernardo, Rebecca, Tércio, Gilberto, Lucimar, Rosane, Taís, André, Maurício, Flávia e Cristiane que me fizeram tomar gosto pelo trabalho em equipe.

Ao Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes, pela amizade que muito me envaidece.

Ao Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa, pela generosidade e seriedade, esperando que algum dia eu aprenda sua disciplina.

A Vitoria e Liesel, por tornarem a vida suportável.

À Orientadora Lia Osorio Machado, por me formar, para que continue a fazê-lo.

Resumo

RIBEIRO, Leticia Parente. **As Cidades Gêmeas Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: Interações Espaciais na Fronteira Brasil-Paraguai**. Orientadora: Lia Osório Machado. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2001. Dissertação (Mestrado em geografia)

Este estudo parte de uma revisão do conceito de *fronteira* no intuito de fornecer um modelo explicativo para os efeitos espaciais decorrentes das interações espaciais entre “cidades gêmeas”, as quais correspondem à ocorrência simétrica (aos pares) de núcleos urbanos sobre a linha de fronteira entre os Estados Nacionais. A ênfase nos fenômenos interativos apresenta-se como alternativa às análises fundamentadas no “efeito-barreira”, segundo o qual os limites internacionais representariam obstáculos às trocas entre os centros urbanos. O conceito de *zona de fronteira* é utilizado para qualificar os subespaços estruturados em função destas interações. Como exemplo para aplicação do modelo proposto é apresentado o caso do espaço fronteiriço do alto Paraná, formado pelas áreas do leste paraguaio e do extremo-oeste paranaense. Esta região é analisada, primeiramente, à luz de sua evolução histórica, desde fins do século XIX até a década de 70, enfatizando a influência da política territorial dos Estados Nacionais na configuração da região do leste paraguaio como espaço periférico à economia agrícola do oeste paranaense. A partir da década de 80, o processo acelerado de urbanização contribuiu para uma diferenciação interna da zona fronteiriça. Procura-se então demonstrar que a reorganização deste espaço foi em grande medida tributária dos efeitos espaciais associados ao incremento das trocas entre as cidades-gêmeas de Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del este (PY).

Abstract

RIBEIRO, Leticia Parente. **As Cidades Gêmeas Foz do Iguçu e Ciudad del Este: Interações Espaciais na Fronteira Brasil-Paraguai**. Orientadora: Lia Osório Machado. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2001. Dissertação (Mestrado em geografia)

This study is based on a revision of the concept of *frontier* with the purpose of providing an explanatory model for the space effects resulting from the space interactions between the "twin cities", which correspond to the symmetric existence (in pairs) of urban nuclei on the frontier line of two Nations. The emphasis on interactive phenomena is presented as an alternative to the analyses based on the "barrier effect", according to which the international limits represent obstacles to exchange between the urban centers. The concept of *frontier zone* is used to define the sub-spaces that are structured as a result of these interactions. The case of the frontier space lying on the Upper Parana, including the East Paraguay and extreme West Parana areas, is presented as an example of application of the proposed model. This region is analyzed, firstly, from a historical perspective covering the period between the end of the 19th Century and the 70s, emphasizing the influence of territorial policies, adopted by the two Countries, on the development of the East Paraguay region as a peripheral space to the agricultural economy of Western Parana. As from the 80s, the accelerated urban development contributed to generate an internal differentiation of the frontier zone. Hence, the attempt to demonstrate that the reorganization of this space was greatly due to the space effects associated with the increase of exchange between the twin cities of Foz do Iguassu (BR) and Ciudad del Este (PY).

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1	Modelo geral do impacto da fronteira sobre a interação	19
Figura 2	Maquiladora e Espaço Reticular	33
Tabela 1	Alto Paraná: distribuição e densidade populacional (1950/62)	43
Tabela 2	Oeste Paranaense (faixa de fronteira): distribuição e densidade populacional (1950/1960)	44
Tabela 3	Número de pessoas empregadas no projeto de Itaipu (1974 – 1983)	54
Tabela 4	Alto Paraná: percentual de domicílios por idioma, na área urbana, em 1992	60
Tabela 5	Evolução das exportações e importações dos países do Mercosul (1990-96)	67
Tabela 6	Brasil: Composição Modal dos fluxos internos de transportes pelos principais pontos de fronteira (1995)	69
Tabela 7	Paraguai: Importação Exportação segundo os diferentes portos controlados pela AANP	69
Tabela 8	Crescimento de Compristas em Foz do Iguaçu (1992-1998)	77
Tabela 9	20 Maiores Importadores Registrados no Paraguai	80
Tabela 10	Investimentos das Primeiras Maquilas Paraguaias	85

LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS

Gráfico 1	Extremo Oeste Paranaense: evolução da população rural de 1950 a 1970 (%)	45
Gráfico 2	Paraguai: população nascida no estrangeiro, por país de nascimento, segundo ano de chegada, em 1982	50
Gráfico 3	Departamento do Alto Paraná: evolução demográfica (1950 – 1999)	53
Gráfico 4	Alto Paraná: Imigrantes internos, por área, segundo lugar de nascimento, em 1992	61
Gráfico 5	Evolução das exportações do Mercosul (1986-1995)	66
Gráfico 6	Evolução das importações do Mercosul (1986-1995)	66
Gráfico 7	Fluxos de carga brasileiro no intercâmbio com o Paraguai	68
Gráfico 8	Mercado de Trabalho no Município de Foz do Iguaçu	71
Gráfico 9	Alto Paraná: População nascida no estrangeiro, por país e região de nascimento, segundo ano de chegada, 1992	74
Gráfico 10	Balança Comercial Registrada (1954-1990)	75
Gráfico 11	Paraguai: Arrecadações do Regime de Turismo	76
Mapa 1	Cidades-Gêmeas na fronteira Brasileiro-Platina	25
Mapa 2	Situação do leste paraguaio no país	37
Mapa 3	Centro-leste paraguaio: distribuição da população, por departamento, em 1950	42
Mapa 4	Sub-região urbana de Cascavel, 1970	47
Mapa 5	Alto Paraná: urbanização, 1992	56
Mapa 6	Alto Paraná: população urbana e distrital, em 1992	57

LISTA DE ANEXOS

Introdução

Zonas

Introdução

- 1.1 **Anexo I** Mapas – Bacia do Rio da Prata
Fonte: OEA, 1971

- 1.2 **Anexo II** Tabelas – Intercâmbio Comercial do Paraguai

- 1.3 O comércio de produtos agrícolas e pecuários

- 1.4 Intercâmbio comercial de produtos agrícolas e pecuários

- 1.5 Zonas de fronteira agrícola e pecuária

- 1.6 Intercâmbio comercial de produtos agrícolas e pecuários

- 1.7 Intercâmbio comercial de produtos agrícolas e pecuários

- 1.8 Comércio

- 1.9 Comércio de produtos agrícolas e pecuários

2. *Brasil-Paraguai* – Comércio e desenvolvimento econômico

- 2.1 Livro de Comércio – 1901 – 1902 – 1903 – 1904 – 1905

- 2.2 A Economia do Paraguai – 1901 – 1902 – 1903 – 1904 – 1905

- 2.3 Comércio e desenvolvimento econômico do Paraguai

- 2.4 Urbanização e desenvolvimento econômico do Paraguai

3. *Intercâmbio comercial de produtos agrícolas e pecuários*

- 3.1 Comércio e desenvolvimento econômico do Paraguai

- 3.2 Comércio e desenvolvimento econômico do Paraguai

- 3.3 Mercado de produtos agrícolas e pecuários do Paraguai

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Zonas de Fronteira Internacionais na atualidade: uma discussão	4
1.1 Fronteira e limite: elementos para uma diferenciação conceitual	4
1.2 Fronteiras e limites na atualidade: 'mediações jurídicas' e o imperativo da fluidez	8
1.3 O controle da fronteira: entre a abertura e o 'déficit interno de segurança'	12
1.4 Interações espaciais na fronteira e o efeito-barreira	17
1.5 Zonas de fronteira e interações regionais	20
1.6 Interações na fronteira e as cidades gêmeas	24
1.7 Interações espaciais, cidades gêmeas e a fronteira no Cone Sul	27
1.8 Redes de infra-estrutura e lugares de comunicação	28
2. Brasil e Paraguai: A construção de um espaço fronteiriço no alto Paraná	34
2.1 Leste Paraguaio e Extremo Oeste Paranaense antes de 1960: a hegemonia argentina	36
2.2 A Evolução demográfica na década de 1960	42
2.3 'Marcha para leste': a política territorial do governo Stroessner	47
2.4 Urbanização e diferenciação na fronteira paraguaia	53
3. Interações espaciais e as cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este	62
3.1 Comércio internacional, conexões fronteiriças e o Mercosul	62
3.2 Comércio local e contrabando	73
3.3 Mercosul e as tendências futuras das interações espaciais: o projeto das maquiladoras	82
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1950 e, principalmente, sob a influência dos trabalhos do geógrafo norte-americano Edward Ullman, a geografia passou a conceder um lugar destacado à análise das interações espaciais. Estudadas originalmente no âmbito da tradição espacial da disciplina, que adquiriria um status institucional privilegiado com a chamada *revolução teórico-quantitativa*, as interações espaciais foram concebidas, de preferência, como relações teóricas, passíveis de serem apreendidas a partir de modelos matemáticos emprestados das ciências físicas, tal como o modelo gravitacional newtoniano.

Visto estarem apoiados na suposição de um espaço perfeitamente isotrópico (condição de realização de uma racionalidade econômica estrita), tais modelos não raro vislumbram o efeito causado pela interposição de uma *descontinuidade* espacial (geralmente representada como uma configuração espacial linear) sobre as interações teóricas, ao que se convencionou denominar *efeito-barreira* (HAGGETT, 1972: 389). Foi, portanto, segundo esta perspectiva que as fronteiras internacionais, elementos espaciais tradicionalmente estudados no âmbito da geografia política e da geopolítica, foram primordialmente incorporadas à análise espacial. Da mesma forma, no clássico estudo de W. Christaller concernente à distribuição espacial dos *lugares centrais*, os centros urbanos localizados próximos às linhas de fronteira foram estudados de acordo com sua situação posicional excepcional e, portanto, não redutível à modelização teórica proposta.

Entretanto, nas últimas décadas, principalmente em função do crescimento exponencial das trocas e intercâmbios comerciais internacionais, da formação de blocos econômicos *supra-nacionais* (como a União Européia e o MERCOSUL) e pelo papel destacado que o estudo das redes vem assumindo na geografia, observa-se um questionamento da causalidade analítica que subjaz à afirmação de que a interposição de um limite internacional deve gerar uma redução, mais ou menos drástica, nos intercâmbios entre unidades geográficas por ele separadas (OLVERA, 1996: 197). Ao mesmo tempo, o próprio termo fronteira vem sofrendo uma importante revisão

conceitual, de forma que às idéias de ruptura e separação que lhe são comumente imputadas acrescentem-se aquelas de integração e transferência.

O trabalho que aqui se apresenta faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, coordenado pela Profa. Dra Lia Osório Machado (DEGEOG/UFRJ) intitulado: Redes, Território e Governo local em cidades na faixa de fronteira. Um dos objetivos intrínsecos ao projeto é estimar os efeitos espaciais da inserção das cidades brasileiras situadas na faixa de fronteira — espaço que compreende todos os municípios situados dentro da área de 150 km a partir do limite internacional — em múltiplas redes de transação, incluindo as redes de narcotráfico, de contrabando e aquelas vinculadas às grandes corporações multinacionais. Deste modo, o estudo das modalidades e da natureza das interações espaciais destas cidades, com outros centros e com o seu entorno, deve servir de base para a compreensão do papel que desempenham em cada uma destas redes.

Dentre estes núcleos urbanos destaca-se, para os fins do presente estudo, uma configuração peculiar às zonas de fronteira, a saber, as aglomerações situadas, simetricamente, ao longo dos limites internacionais, denominadas cidades-gêmeas. Esta escolha se deve, de um lado, à singularidade das interações espaciais entre estes centros, em função mesmo de suas características posicionais e, de outro, ao fato da ocorrência deste padrão de cidades ser uma feição marcante da região de fronteira entre o Brasil e os países que compõem a Bacia do Prata, a saber, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Esta primeira aproximação em relação à Bacia do Prata foi motivada, em grande medida, pelo avanço do processo de constituição de um bloco supranacional, o Mercosul, englobando a Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. Uma vez que a realização plena de tal intento pressupõe a eliminação dos impostos aduaneiros e outros entraves à circulação, de modo a garantir uma maior fluidez interna entre os países sócios, é de se esperar que as zonas de fronteira, cuja organização espacial é tradicionalmente concebida como resultante da operação do efeito-barreira, sejam áreas particularmente afetadas.

Em seguida, selecionamos um segmento específico deste espaço limdeiro, a saber, a área, na bacia do alto rio Paraná, que confina os territórios brasileiro, paraguaio

e argentino, no qual sobressai, em termos do dinamismo urbano e do volume de intercâmbios, o par de cidades Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Finalmente, para estudarmos as interações espaciais características destes núcleos urbanos, foi necessário contextualizá-los dentro de um espaço fronteiriço mais amplo, tendo em vista que este foi objeto, tanto no Paraguai, quanto no Brasil, de políticas territoriais específicas, empreendidas pelos respectivos governos centrais. Ao mesmo tempo, o processo de urbanização desta zona de fronteira, especialmente a partir da década de 1970, resultou em uma maior complexidade e intensidade dos fluxos entre as cidades-gêmeas em questão, materializando, de forma mais intensa, sua diferenciação em relação às áreas circunvizinhas.

CAPÍTULO 1

ZONAS DE FRONTEIRA INTERNACIONAIS NA ATUALIDADE: UMA DISCUSSÃO

Entre os múltiplos aspectos discutidos pela bibliografia nacional e estrangeira sobre as zonas de fronteira internacionais foram selecionados aqueles que servem de base a este trabalho.

1.1 *Fronteira e limites: elementos para uma diferenciação conceitual*

Na concepção clássica da geografia política e, particularmente, da geopolítica, o termo *fronteira* estaria associado às “*estruturas espaciais elementares, de forma linear [que correspondem] ao invólucro contínuo de um conjunto espacial e, mais especificamente, de um Estado-Nação*” (FOUCHER, 1991: 38-39). Restringida à escala nacional e privilegiando sua função demarcatória, real e simbólica, a *fronteira* designaria uma descontinuidade política, o *limite* jurídico da soberania e da competência territorial de um Estado (BRUNET, 1992: 227). Como foram forjados, historicamente, esses conceitos?

A semântica do termo *fronteira*¹ guarda uma forte conotação militar. Trata-se de um derivativo do substantivo *fronte*, ou *frente*, empregado, no período medieval, para designar uma ordem de batalha dada àqueles que se encontravam na *vanguarda* das tropas combatentes, caracterizada pela consolidação de postos avançados de defesa — **fortificações** — nos confins dos reinos em guerra (FOUCHER, 1991: 77). Na medida que era uma ação levada à cabo por aqueles que se encontravam *em face do* inimigo externo, o *front* pode ser caracterizado como um evento *pontual e temporário*, que ocorre de forma descontínua no espaço.

Por outro lado, a fronteira seria também uma *zona de contato* entre domínios territoriais distintos. Mesmo neste caso, o sentido do contato foi historicamente associado na Europa às disputas territoriais, daí os primeiros intentos de

¹ Remetemo-nos aqui às translações e mudanças de significado do termo francês *frontière* cuja etimologia latina é análoga àquela do termo *fronteira*.

institucionalizar as zonas de fronteira. Esse é o caso da *marca*, termo oriundo da época românica, sobretudo utilizado no período carolíngio (742-814) para designar uma zona de defesa do império, povoada, porém sujeita a disputas territoriais, e que correspondia a uma faixa de extensão variável “*submetida a um regime jurídico, político e econômico especial*” (COELHO, 1990: 6-7)². Mesmo após o desmantelamento do império de Carlos Magno e ao longo da Baixa Idade Média, as antigas *marcas* sobreviveram, sobretudo no contato ibérico com o Islã.

Além de seu caráter defensivo e de reivindicação territorial, estas zonas revestiam-se de outro significado, destacado pelo medievalista francês Georges Duby que, ao analisar as manifestações artísticas do período, afirma:

No seio desta geografia confusa, deve dar-se atenção sobretudo aos lugares de junção onde se defrontam as áreas culturais. São eles os lugares privilegiados onde se efetuam as confrontações, os empréstimos, as experiências. Constituem por isso zonas de particular fecundidade. São assim a Catalunha, ou a Normandia, a região de Poitou, a Borgonha, a Saxônia e a grande planície que se estende da Ravena à Pavia (DUBY, 1988: 16)

O sentido ambíguo da fronteira, de um lado como *zonas* ou *regiões de contato* potencialmente de conflito, e de outro, de troca entre culturas está expresso ainda hoje na distinção anglo-saxônica entre os termos *boundary*, *frontier*³ e *borderlands*.

Ainda outra concepção do termo fronteira é sua relação com os limites das zonas de povoamento, e que pode ser encontrada não só na América dos *frontiersmen*, mas em outras partes do mundo:

*“Na maior parte das línguas existe uma palavra para designar as populações situadas ao longo do limite, às quais são atribuídas características e direitos específicos que não se aplicam às pessoas situadas no interior do mesmo território: **frontiersmen**, **frontaliers**, **Grenzleute**. Isto*

² Na América colonial espanhola, os índios ‘reduzidos’ (evangelizados) pelas missões religiosas quando compunham o que se denominava de “guarnições de fronteira” ou “Frontera y Reparo”, ficavam desobrigados do pagamento da mita, da encomienda e dos dizimos (GADELHA, 1980: 274). Outro exemplo de “periferias institucionalizadas”, porém de vocação militar, são as *florestas-fronteiras* da Gália romana que subsistiram até o período medieval (PRADEAU, 1994: 36).

³ A partir da tese do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner: *The Frontier In American History*, de 1893, o termo “fronteira” passou a ser utilizado para designar os movimentos de povoamento

significa que em todas estas línguas a fronteira conota um conceito de zona povoada e não um conceito de linha geométrica” (GOTTMANN, 1973: 134. Grifo da autora. Tradução livre do original em inglês).

É da época moderna a evolução do termo limite no sentido jurídico de separação entre unidades soberanas. Prática espacial ausente no medievo, o estabelecimento de limites territoriais precisos à soberania — que hoje nos é tão familiar — é tributária de processos que começam a se delinear a partir da Renascença europeia. O desenvolvimento da cartografia e a concomitante centralização administrativa dos reinos europeus provocou uma mudança na escala de representação: a idéia de entraves à circulação e ao exercício da autoridade até então vivenciada somente em grande escala — nas “práticas cotidianas das populações limítrofes” —, é incorporada à representação do espaço em pequena escala (FOUCHER, 1991: 81). Trata-se da passagem de “uma representação ‘vaga’ para uma representação ‘clara’”, segundo Claude Raffestin (1993: 169).

A progressiva demarcação de limites lineares e contínuos entre os reinos (instrumentalizada pela crescente produção de mapas) concorreu também para a centralização do poder monárquico, na medida em que permitiu a gestão e organização à distância de um território que passa a ser percebido, internamente, como isonômico (submetido a um mesmo conjunto de leis) e relativamente homogêneo (FOUCHER, 1991; RAFFESTIN, 1993).

Tal presunção de relativa homogeneidade interna foi estimulada também pela coincidência intencional entre os limites militar e aduaneiro, tornada efetiva apenas em fins do século XVIII. De fato, na Idade Média europeia um dos entraves à constituição do Estado como unidade econômica autônoma foi o regime complexo e heterogêneo de pedágios estabelecidos pelos senhores da terra ou dos burgos. É o desenvolvimento do capital mercantil e a necessidade de formar mercados unificados e “protegidos” que finalmente assinalam o aparecimento do estado moderno (SERENI, 1980). A renúncia dos Estados europeus ao controle sobre os fluxos internos — com o fim do regime de pedágios e passagens —, e o deslocamento das barreiras fiscais para os limites

e colonização além dos limites das zonas povoadas mais antigas e com um sentido de expansão da “civilização urbano-industrial” (COLEMAN, 1973).

externos⁴, favoreceram a delimitação do exercício das funções que hoje atribuímos ao *estado territorial*: as funções de **controle, legal, fiscal e militar (de defesa)**.

No âmbito do sistema de estados nacionais, os limites devem atuar como *filtros* aos fluxos internacionais. Neste sentido, podem ser mais ou menos permeáveis — podendo inclusive ser dissolvidos no que diz respeito a certos intercâmbios — em função dos sistemas jurídicos internos que regulam as políticas aduaneiras, migratórias, sanitárias, etc.

O *limite internacional* é uma convenção, ratificada por acordos diplomáticos, que circunscreve “uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam as atividades de uma sociedade política”; logo, uma convenção que afirma a coesão interna do território sob o controle de um poder central. A configuração linear dos limites do Estado denota sobretudo uma *informação*, o enquadramento de uma apropriação política do espaço, sendo portanto um dos objetos geopolíticos por excelência (RAFFESTIN, 1991).

Em vista do que foi exposto, é de se notar que o conceito de *limite* jurídico da soberania e da competência territorial de um Estado, enfatiza processos e ações de caráter separativo, o que leva, em longo prazo, à diferenciação dos conjuntos espaciais envolvidos. Contudo, as soluções de continuidade entre dois sistemas contíguos (por exemplo, entre os domínios de vegetação ou sistemas de povoamento) emergem, comumente, sob a forma de *zonas intermediárias* ou *de transição* onde ocorrem fenômenos de comunicação (mais ou menos localizados), difusão, intercâmbio, hibridização, etc. É por este motivo que Roger Brunet (1992) sugere o emprego da metáfora da sinapse⁵ para qualificar os fenômenos *de fronteira*, ou ainda, o conceito de *interface* que, no âmbito da informática, designa a conexão entre equipamentos que possuem modos de operação distintos.

Por outro lado, a delimitação entre estados soberanos pode provocar a ocorrência de *zonas de tensão* entre os grupos que ocupam as áreas contíguas. Na linha de raciocínio ratzeliana:

⁴ Deve-se observar que a materialização da função de controle aos fluxos internacionais foi atribuída às aduanas e postos de vigilância situados em lugares de passagem ao longo da divisa (bem como aos portos e, posteriormente, aeroportos).

⁵ No âmbito do estudo da estrutura microscópica de tecidos e órgãos (Histologia), as sinapses designam as conexões que realizam a propagação dos impulsos nervosos entre dois neurônios vizinhos. Suas características dependem diretamente da natureza da *área de contato* entre estas células.

“Os limites das áreas ocupadas pelos agrupamentos humanos são por conseguinte moldados por forças sociais de ordem material [...]. A necessidade de sua fixação permanente surge quando estes agrupamentos se encontram, ao dilatarem as suas áreas de atuação” (RODRIGUES PEREIRA, 1940: 117)

De fato, no contexto que presidiu à formação dos Estados Nacionais, estas zonas e lugares de contato foram encaradas como áreas potencialmente dissidentes, daí o esforço dos estados em fazer coincidir no plano conceitual e material o limite com a fronteira. Isto determinou o “aparelhamento” dos principais pontos fronteiriços com destacamentos e pelotões do exército, repartições fazendárias — alfândegas — e postos de controle e vigilância sanitária. Estes agentes deveriam garantir a vinculação destas áreas ao restante do território, bem como a nacionalização de parte dos benefícios advindos das trocas internacionais. No caso do Brasil, a política em relação aos espaços fronteiriços incluiu: i) o estabelecimento de povoações que deveriam funcionar como centros de irradiação da cultura nacional (SOUZA, 1994); ii) a adoção do conceito de *fronteira-faixa* para indicar a zona limdeira estratégica para a segurança nacional (SILVA, 1942).

Esta percepção da *fronteira* como espaço de dissidência potencial, bem como a preocupação associada de nacionalizá-la, estão na base da convergência, durante muito tempo consensual, entre os conceitos de *limite e fronteira*.

1.2 Fronteiras e Limites na atualidade: ‘mediações jurídicas’ e o imperativo da fluidez

Mudanças recentes no sistema de estados nacionais, vulgarmente expressas no termo “porosidade” das fronteiras nacionais ou na afirmação de que os estados nacionais estão sendo dissolvidos pela globalização, indicam que a funcionalidade dessa convergência conceitual precisa ser revista, pois, como sugere Lia Machado, o caráter dessas mudanças está gerando uma divergência entre a função política dos limites e a função econômica das fronteiras (2000:18).

De um lado, a tendência atual de relaxamento tanto das barreiras fiscais impostas ao comércio internacional como do controle sobre o fluxo de pessoas,

sobretudo nós países engajados na formação de blocos econômicos regionais, está provocando uma valorização crescente da cooperação *transfronteiriça* como forma de adaptação dos atores nacionais e subnacionais à transnacionalização da economia.

A maior intensidade das interações entre países está reforçando a concepção da fronteira como zona de comunicação e troca. É este o sentido da contribuição de Ganster et alli (1997:9) quando afirmam que as regiões de fronteira constituem pontes entre nações, ajudando a eliminar as barreiras físicas e psicológicas para tornar mais abrangentes as formas de cooperação internacional.

No que se refere aos regulamentos aduaneiros, em função da tendência à maior fluidez do comércio internacional, nota-se a diminuição e, por vezes, supressão, dos direitos alfandegários no interior de blocos supranacionais como o MERCOSUL, o NAFTA e a União Européia.

Mais ainda, a proliferação, na atualidade, de normas que afetam diretamente a isonomia dos territórios nacionais, ou seja, alterações dos regulamentos internos de cada Estado podem favorecer certos lugares no sentido de torná-los novos lugares de comunicação com o exterior. Por outro lado, os lugares situados ao longo dos limites internacionais passam a contar com novos instrumentos jurídicos que permitem tirar vantagem de suas características posicionais singulares.

No interior mesmo dos Estados-Nacionais podem ser denominados de *territórios especiais* as Zonas Francas, as Zonas de Livre Comércio, os Centros Financeiros “Offshore” e as Zonas de Processamento de Exportação, na medida que são espaços circunscritos, submetidos a regimes jurídicos de exceção, estando neles suspensas ou alteradas as normas prevaletentes no restante do país (MACHADO, 1996)⁶.

Ao analisar a proliferação, ao longo da década de 90, de Zonas Francas no Uruguai, Álvaro Gallero (1994) afirma:

“Com particular temor por el desarrollo del contrabando interno, las Zonas Francas son claramente limitadas como fronteira nacional del punto de vista económico: toda transacción que atraviese esse límite es considerada como um movimiento del comercio exterior. [...] No se definen los plazos

⁶ Suspense-se sobretudo, o Imposto sobre as Importações e mais, no caso das Zonas Francas Industriais, o Imposto sobre Produtos Industrializados que incidiria sobre os componentes importados; no caso dos centros offshore são as regras de procedimento bancário e transações financeiras que são alteradas.

contractuales en relación con los usuarios, pero en una afirmación tan osada como ahistórica se les asegura que están exentos de todo tributo nacional creado o a crearse". (1994: 152. Grifo da autora)

Aproximamo-nos assim da proposta teórica de Milton Santos a respeito da preeminência que adquirem na atualidade, as questões concernentes à relação entre *normas e território* (1996:182-185). O fenômeno acima descrito demonstra uma manipulação das instruções normativas com o objetivo de viabilizar certos fluxos que, de outro modo, seriam incompatíveis com o sistema jurídico que, em cada país, regula o comércio internacional (MACHADO,1996:39). A característica deste tipo de manipulação é, portanto, a criação de normas em escala nacional visando incluir determinados atores em uma estrutura tipicamente transnacional.

Na mesma linha de A. Gallero, Jean-Paul Hubert afirma que:

"Não há lei que possa ser aplicada sem a delimitação de um território que se torna homogêneo em face desta lei. [...] Na medida em que as normas se aplicam de forma diferente de um lado e de outro das descontinuidades, elas constroem certos tipos de deslocamento impondo-lhes uma trajetória, permitindo assim, uma ação sobre a organização territorial" (HUBERT 1993: 18-19).

Assim, os "limites funcionais" criados para permitir o exercício das atividades acima mencionadas, tornam-se 'mediações jurídicas' (SANTOS, 1996) que estabelecem as condições de operação das empresas que se localizam em certos lugares, materializando um conjunto de interações que passam a compor a estrutura da realidade, impondo-lhe novas ordenações territoriais.

A estrutura destas interações é função também da posição geográfica em que se situam os objetos e atores que a compõe. As Zonas de Livre Comércio (ou Zonas Francas Comerciais), sobretudo, possuem propriedades posicionais que nos interessam particularmente. Em função do seu caráter de extraterritorialidade aduaneira, estas zonas funcionam como *entrepósitos* para o comércio de triangulação (*reexportação*), devendo favorecer a distribuição dos produtos importados para outros Estados. É comum, portanto, que estas se localizem, de forma descontínua, ao longo da zona contígua às

divisas internacionais, e obedecendo ao padrão de ocorrência de centros atacadistas coincidentes com as *ciudades-gêmeas*⁷.

Neste caso, tanto maior será o “constrangimento da posição” (PASSET, 1979 *apud* SANTOS, 1996: 184) quanto mais amplo o mercado consumidor adjacente e quanto maiores os gradientes entre as economias nacionais envolvidas, tanto em termos do preço das mercadorias (em função dos custos de produção, distribuição, entre outros), das formas de tributação dos produtos quanto, sobretudo, do regime cambial (BENTANCOR, 1994: 51).

Referindo-se às Zonas Francas Comerciais, Roger Brunet (1997: 276) conclui, justificando a correlação espacial mencionada:

“Certos lugares do Antimundo⁸ funcionam ao contrário como lugares de contato e de passagem [em contraposição aos lugares que denomina “reservados”]. Sua função essencial é facilitar os encontros onde a situação de ‘fechamento territorial’ os proíbe ou constrange; estabelecer sinapses e plataformas; proteger as passagens e afirmar uma presença” (1997: 276. Grifo da autora. Tradução livre do original em francês).

A função de controle sobre os fluxos internacionais de bens e pessoas, por sua vez, é tradicionalmente materializada (como já foi dito) em alguns pontos situados nas margens dos Estados. Hoje, contudo, estes pontos são complementados, além dos aeroportos, por Estações Aduaneiras Interiores (EADIs), *portos secos* ou “dry ports”. No caso do Brasil, o porto seco é definido como um terminal alfandegado “destinado à prestação, por terceiros [empresas privadas], dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro” (SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, 2000: 1), no qual são também executados, por unidades da receita federal instaladas na área, os serviços de despacho burocrático de bens provenientes ou

⁷ Ocorrência simétrica (aos pares) de núcleos urbanos sobre a linha de fronteira entre os Estados Nacionais. (Ver Mapa: Brasil: fronteiras e territórios especiais – 1999 em Machado, 2000:22).

⁸ “Para que haja um paraíso fiscal [designação que, no sentido aqui empregado por Roger Brunet, engloba a instituição da Zona Franca Comercial] é preciso que haja, simultaneamente, um fisco e uma exceção. Um mundo e um Antimundo. Cobranças regulares e regulamentadas de impostos, taxas; e uma vontade ou necessidade de exceção. A própria idéia de paraíso fiscal está de fato estreitamente associada à existência de uma soberania, e de uma renúncia parcial, porém útil, à esta soberania.” (BRUNET, 1997: 282. Tradução livre do original em francês)

destinados ao exterior⁹. Com a disseminação das EADIs pelo território nacional opera-se uma interiorização pontual da **função de controle**, de modo a privilegiar a fluidez do comércio internacional, donde sua localização em centros regionais de distribuição situados em importantes entroncamentos de vias de circulação¹⁰, bem como nas proximidades dos principais centros produtores e consumidores do país (MACHADO, 1998: 44).

A partir do início de 2000, passaram a ser facultados às EADIs brasileiras, serviços de acondicionamento, recondicionamento, montagem e subsequente reexportação de mercadorias importadas que se encontram submetidas ao regime de *entrepasto aduaneiro*¹¹, atividades desempenhadas por firmas conhecidas como *maquiladoras*. O acréscimo desta função justifica-se. Trata-se de uma medida que visa tirar proveito da *posição* que estes lugares passam a ocupar como *fronteiras pontuais "interiorizadas"*, de tal forma que as considerações feitas acima a respeito da atração exercida pelos pontos de fronteira sobre Zonas Francas Comerciais passam também a valer para os *portos secos interiores* (MACHADO, 2000). No espaço topológico (das relações), estes centros "aproximam-se" do exterior, fenômeno que se torna viável pela intervenção de 'mediações jurídicas' (e também de 'mediações técnicas') que, ao dotá-los de uma *especialização funcional*, permitem sua inserção em uma dada dinâmica de circulação, a saber, a dos fluxos transnacionais de mercadorias (SANTOS, 1996; HUBERT, 1993).

1.3 O controle da fronteira: entre a abertura e o 'déficit interno de segurança'

A multiplicação de zonas, faixas e pontos de fronteira está na origem de uma das questões mais debatidas na literatura pertinente atual, qual seja, como devem ser

⁹ No Brasil, as normas legais e a regulamentação que dispõem sobre o funcionamento de EADI são: Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e n.º 9.074, de 7 de julho de 1995; Decretos n.º 1.910, de 21 de maio de 1996, n.º 1.929, de 17 de junho de 1996, n.º 2.168, de 28 de fevereiro de 1997, n.º 2.763, de 31 de agosto de 1998 e 3.345, de 26 de janeiro de 2000; e Instruções Normativas n.º 130, de 9 de novembro de 1998, n.º 55, de 23 de maio de 2000, e n.º 56, de 23 de maio de 2000 (RECEITA FEDERAL, 2000).

¹⁰ Tal é o caso, entre outros, da Cidade de Maringá à qual, no âmbito do Projeto REGIC (IBGE) foi atribuída um nível de centralidade *muito forte* que corresponde, *grosso modo*, ao padrão de cidade do tipo *submetropolitano* preconizado pela Teoria dos Lugares Centrais (IBGE: 1998).

¹¹ *Entrepasto aduaneiro* é o regime que permite, na importação e na exportação, o depósito de mercadorias, em local determinado, com suspensão do pagamento de tributos e sob controle fiscal. Dentro do prazo de vigência do regime as mercadorias deverão: ser despachadas para consumo ou para admissão em outro regime; exportadas ou reexportadas (ver <http://www.columbia.com.br>).

concebidos os sistemas de controle de fronteira face às mudanças e, por conseguinte, quais as *funções* que devem ser atribuídas aos aparelhos estatais nesse controle. Como demonstra Didier Bigo (1997: 82)¹², uma das principais estratégias de manutenção da soberania sobre o território nacional, a saber, a militarização das faixas fronteiriças, esteve calcada na identificação inequívoca do inimigo como um outro Estado, em geral um país vizinho. Ademais, esta estratégia era consoante com a aptidão, maior ou menor, dos Estados de conduzir “políticas econômicas autônomas”, confiando em sua capacidade interna de acumulação (CASTELLS, 1996: 90). Entretanto, ambos, o processo de democratização, sobretudo dos países ocidentais, e a transnacionalização da economia, implicam em mudanças significativas tanto na aplicação dos mecanismos de controle e coerção quanto nas formas de produção de riqueza ao nível das nações, segundo D. Bigo:

A riqueza encontra-se mais ou menos desvinculada das nações, ela existe nas redes transfronteiriças (no nível da produção, finança, especulação, e etc.) e depende em grande medida de atores múltiplos e autônomos que não estão em busca de soberania, mas da aliança mais eficiente em cada situação. (1997: 87. Grifo da autora. Tradução livre do original em inglês)

Os conflitos e ambigüidades daí decorrentes surgem sobretudo (ou adquirem maior visibilidade) no interior dos blocos supra-nacionais, nos quais uma das principais preocupações atuais é a conciliação entre a segurança dos Estados e a supressão das barreiras internas à circulação.

No caso da União Européia, observa-se um “deslocamento” da fronteira, isto é, a transferência do controle sobre os fluxos (sobretudo de pessoas) para as *margens externas* ao bloco, de forma a garantir, de um lado, a fluidez interna ao Mercado Comum no que tange aos movimentos de capital e, até certo ponto, da força de trabalho e, de outro, a “homogeneidade interna” via repressão da imigração ilegal. Ao mesmo tempo, abandona-se o controle pontual e igualitário em favor da vigilância “ubiquitária” e seletiva dos grupos *potencialmente perigosos* — cujo critério de identificação deixa de estar vinculado à territorialidade e passa a se basear fundamentalmente em distinções étnicas (BIGO, 1997). As fronteiras internas, ao contrário, são vistas como zonas

¹² Neste artigo, Didier Bigo analisa as relações entre Estado, controles fronteiriços, segurança e transnacionalização da economia no contexto da União Européia.

potencialmente dinâmicas, onde o principal diferencial competitivo advém precisamente de sua capacidade de estruturar “sistemas funcionais de cooperação transfronteiriça” (CLEMENT, 1997).

A segurança, por sua vez, assume um caráter transnacional – via, sobretudo a conexão das agências de diversos países —, na medida em que o *inimigo* não é mais, na grande maioria das vezes, um estado estrangeiro, mas organizações estruturadas *em rede*, fundadas em critérios de solidariedade que pouco tem a ver com o sentimento de ‘pertencimento’ a um Estado Nacional (terrorismo, narcotráfico, imigração ilegal, entre outros):

“O inimigo não é excessivamente poderoso. Não se trata de ampliar as forças de combate, mas de localizar e identificar. O inimigo não pode ser identificado de imediato. O inimigo infiltrou-se, está dentro e fora”. (BIGO, 1997: 98. Tradução livre do original em inglês)

O exemplo do MERCOSUL é, a este respeito, bastante ilustrativo. Neste caso, embora a possibilidade de integrar os controles nas fronteiras internas tenha sido discutida, sua eliminação não foi cogitada — ao contrário do que ocorreu na União Européia — mesmo após a eliminação dos direitos de alfândega e outras restrições ao comércio interno ao bloco (LAIRD, 1997). Ainda assim, a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, e a subsequente ampliação das transações intra-bloco acabaram por exacerbar a percepção, por parte alguns setores do governo e da sociedade civil (sobretudo no Brasil e na Argentina), de que o avanço em direção a um Mercado Comum¹³ poderia aumentar ainda mais o “déficit interno de segurança”¹⁴.

Tal percepção manifestou-se de forma bastante evidente quando dos atentados, ocorridos em Buenos Aires, à Embaixada de Israel e à sede da AMIA (Associação Mutual Israelita Argentina), em 1992 e 1994, respectivamente. Tanto a *identificação* dos responsáveis (sugeriu-se a participação de neo-nazistas, do grupo Hizbollah — composto de xiitas libaneses apoiados pelo Irã — e de fundamentalistas palestinos contrários à assinatura do tratado de paz com Israel) quanto sua *localização*, foram objeto de controvérsia entre serviços de inteligência e de segurança do Brasil, Argentina e Paraguai (SOUZA, 1994: 4).

¹³O Mercado Comum prevê a livre circulação de bens e fatores (capital e força-de-trabalho).

¹⁴ Termo utilizado por Didier Bigo (1997).

Na Argentina, autoridades e agências de segurança, em cooperação com a polícia secreta israelense (Mossad) e a INTERPOL, não tardaram em apontar como principais grupos suspeitos as comunidades árabes situadas nas regiões de fronteira, sobretudo na tríplice fronteira com o Brasil e o Paraguai, as quais seriam a “conexão local” de grupos terroristas islâmicos (KISILEVSKI, 2000). A principal estratégia adotada para coibir novos ataques foi a instalação de um controle seletivo sobre os imigrantes árabes cruzando a fronteira, de modo a “impedir a presença de possíveis terroristas em território nacional”¹⁵. Os incidentes diplomáticos daí decorrentes — sobretudo com o Paraguai¹⁶ — demonstram o conflito existente *no interior do próprio bloco* entre, de um lado, as políticas externa e comercial — as quais enfatizam, não sem desavenças, a abertura — e, de outro, as políticas migratórias — cujo caráter restritivo é legitimado, não raro, pela desconfiança na capacidade dos parceiros comerciais em controlar a entrada ilegal de estrangeiros. É de se notar que a imigração ilegal é considerada, atualmente, como uma das principais fontes de instabilidade para a segurança interna dos Estados Nacionais (BIGO, 1997; SOUZA, 1994).

O episódio acima manifesta, portanto, a intervenção de duas lógicas contraditórias no que diz respeito aos mecanismos contemporâneos de controle das fronteiras. De um lado, o reconhecimento do caráter transnacional e da estrutura *em rede* de diversas atividades ilícitas é acompanhado de uma maior interação entre órgãos e agências nacionais tradicionalmente responsáveis pelas funções de defesa e segurança¹⁷. De outro, a persistência da metáfora do “dentro/fora” — “*essencial para a manutenção das identidades estatais*” (JOANNIEMI, 1997: 69) — é representada por medidas coercitivas, visando a “impermeabilização” ou “fechamento” das fronteiras, com o objetivo de conter as influências externas indesejáveis (BIGO, 1997) e “evitar a possível ocorrência de fenômenos de difusão” (RAFFESTIN, 1991: 176)¹⁸.

¹⁵ Declaração do chefe da Gendarmaria Nacional da Argentina em Puerto Iguazú, Pablo Ciotti, à *Folha de São Paulo* (MASCHIO, 1998: 12).

¹⁶ “Segundo o delegado-chefe da Polícia Nacional do Paraguai para o Departamento de Alto Paraná, Abrahán Acuña Lugo, o controle argentino chega a ser insultuoso, pois árabes legalizados, e mesmo paraguaios, estão sendo barrados na Argentina”. (MASCHIO, 1998: 12).

¹⁷ Após o atentado uma das medidas sugeridas para o combate de ambos, o terrorismo e o narcotráfico, no Mercosul, foi a criação de um banco de dados unificado, agregando as informações das polícias nacionais e dos controles de fronteira (MARIN, 1995: 10).

¹⁸ O mesmo expediente foi utilizado, em meados do ano 2000, tanto pela Argentina quanto pelo Brasil, para impedir a entrada do gado de origem paraguaia, supostamente afetado com o vírus da febre aftosa. Autoridades argentinas atribuíram à “porosidade” da fronteira com o Paraguai (o rio Pilcomayo que, nesta

Esta segunda lógica é também evidente na qualificação de certas regiões de fronteira — aquelas onde é maior a densidade do povoamento — como “*lugares não-controlados, por onde circulam terroristas, drogas, armas e explosivos*” (MARIN, 1995: 10)¹⁹, de forma a defender uma política mais severa de fiscalização nas margens dos Estados.

Não se trata aqui de questionar a eficácia, no mínimo duvidosa, do “fechamento das fronteiras” no sentido de conter processos de difusão e *infiltração* no território nacional, mas de justificar uma abordagem capaz de (re)situar a fronteira, em lugar de valorizar sua situação marginal — logo, *fora do controle central*.

Voltemos ao nosso exemplo. Organizações, tais como os grupos terroristas, definem-se como grupos de atores “*vinculados por relações de coordenação*” (PARROCHIA, 1993: 68). Sua territorialidade poderia ser descrita, de acordo com a proposta de Gabriel Dupuy sobre projetos transacionais (1991: 110), como uma *territorialidade transacional*, visto que o critério de ‘pertencimento’ é definido pela participação de cada ator em uma mesma Rede de Projetos Transacionais, cuja materialização deve servir à realização dos objetivos intrínsecos à organização. Estas redes, que constituem uma forma de organização econômico-política:

“são multi-escalares, ou seja, articulam nódulos que pertencem a diferentes níveis de organização espacial [...]. Isto significa que podem atravessar fronteiras nacionais e internacionais sem obedecer ao princípio de contiguidade espacial que define, em geral, o território-base da soberania de um Estado Nacional (MACHADO, 1997: 226)

Além disso, deve-se ressaltar que estas organizações raramente prescindem de articulações mais ou menos profundas e duradouras com redes locais de solidariedade pré-existentes. A “sociabilidade” pode se dar por múltiplas vias, na medida em que cada indivíduo participa também de redes e organizações diversas (PARROCHIA, 1993). Ao mesmo tempo, a mobilização dos vínculos locais, através de um recrutamento ativo, não precisa estar fundamentada em uma identificação com a causa principal ou com a

época do ano, pode ser cruzado a pé) a responsabilidade sobre o contágio, justificando assim a “interrupção” do intercâmbio por razões sanitárias (ORCINOLI, 2000).

¹⁹ A “**eliminação dos lugares não-controlados**” foi um dos temas da pauta do evento, “Consultas sobre a cooperação para prevenir e eliminar o terrorismo internacional”, sediado em Buenos Aires, que reuniu as delegações do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, e representantes dos EUA e Canadá como convidados, em agosto de 1995 (MARIN, 1995: 10).

atividade fim da organização, posto obedecer, não raro, a critérios pragmáticos e circunstanciais (KISILEVSKI, 2000). Logo, cada ator define sua *posição* em função de um “multi-pertencimento” territorial, não apenas aquele da cidadania e da fidelidade a um Estado Nacional, o que, obviamente, afeta a distinção inequívoca entre o que é “externo” e o que é “interno” (BIGO, 1997).

O objetivo da exposição acima foi demonstrar, através de alguns exemplos, que, para inúmeros atores, e de forma cada vez mais evidente, os lugares e regiões fronteiriços são valorizados não por sua posição marginal mas por seu caráter conectivo e interativo. Partindo desta hipótese, o que nos interessa aqui é analisar, através de um exemplo empírico, a densidade e a diversidade das interações que tem lugar na fronteira. Para tal é necessário discutir — de maneira breve — as formas como a geografia tem se debruçado, tradicionalmente, sobre as interações espaciais na fronteira e, paralelamente, apresentar algumas das propostas alternativas que ela sugere.

1.4 Interações espaciais na fronteira e o efeito-barreira

Sob a inspiração dos trabalhos pioneiros do economista espacial alemão August Lösch, alguns geógrafos, vinculados ao movimento então denominado *Nova Geografia*, dedicaram-se ao estudo dos efeitos das discontinuidades espaciais, e particularmente dos limites internacionais, na operação de leis espaciais como sugeridos pelos modelos de gravitação espacial e de difusão espacial (BRUNET, 1992: 161).

A problemática da interação espacial foi estudada, a partir dos anos 50, segundo duas abordagens diferentes porém não excludentes. A primeira, sistematizada por Edward Ullman (1954), parte das noções de complementaridade regional, oportunidades interpostas e capacidade de transferência (função principalmente da distância, medida em termos de tempo e custo), para explicar a circulação e os fluxos, de pessoas, mercadorias, capital e informação, entre unidades geográficas distintas (PINI, 1995). A segunda, apoia-se na modelização gravitacional que, em seu emprego original, estabelece que a interação espacial entre duas unidades geográficas (comumente dois centros) é diretamente proporcional ao produto de suas massas (geralmente determinadas por suas respectivas populações) e inversamente proporcional à distância

que as separa, ou então, para casos como o dos fluxos migratórios, ao quadrado da distância (HAGGETT, 1972)²⁰.

A fricção da distância (*distance-decay*), bem como a hipótese de um espaço isotrópico, são também utilizadas para se estimar a extensão da área de influência de um determinado centro nodal no que diz respeito às suas interações potenciais (PINI, 1995). Satisfeitas as condições básicas de isotropia e homogeneidade espacial, o efeito da distância sobre as interações deve variar de forma contínua e gradativa em todas as direções, e a configuração genérica de tal campo deve corresponder a um círculo perfeito em torno do centro em questão (ABLER et alli, 1972).

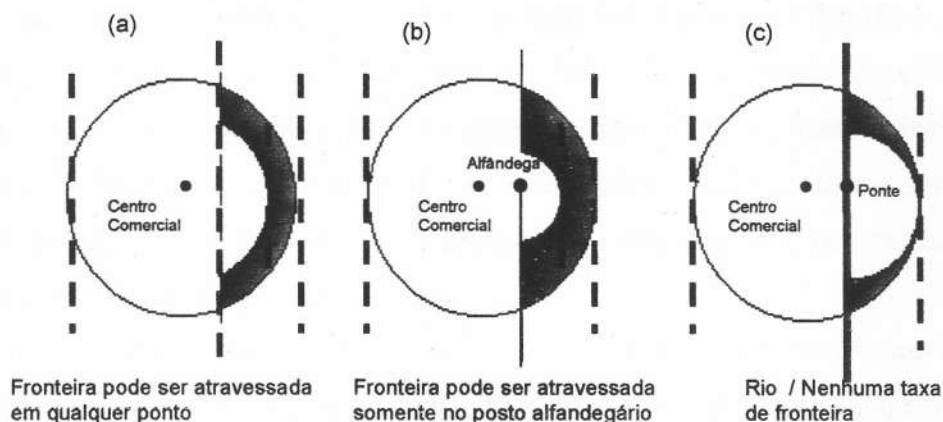
Contudo, o modelo incorpora o que se convencionou chamar “efeito-barreira”, ou seja a modificação de um campo de influência – que se torna ‘truncado’ – e uma redução ou retardação abrupta dos fluxos, resultado da interposição de uma descontinuidade espacial. Dentre as diversas configurações espaciais que implicam descontinuidades, especial relevo foi dado aos limites internacionais.

Isto se deve ao fato, já mencionado, de estarem aí localizadas, em sua grande maioria, as estações aduaneiras onde se realiza a tributação sobre os bens circulantes entre unidades de soberania, bem como postos de controle sobre o fluxo de pessoas. Neste caso, a ‘fricção da fronteira’ marcaria uma interrupção na superfície de custo devido à aplicação de taxas/impostos à circulação, o que está representado no modelo por um acréscimo equivalente de distância (também medida em unidades de custo); o que resulta disto é a contração do campo de interações de modo a incorporar tal efeito (HAGGETT, 1972: 389 e ABLER et alli, 1972: 254). (ver Figura 1a)

Inúmeras modificações poderiam ser introduzidas no esquema de forma a ajustá-lo às configurações empíricas específicas, entre as quais a limitação das interações *trans-fronteira* a um único ponto, digamos uma alfândega, modificando o efeito de **distorção** (tal como na Figura 1b), de tal forma que o ponto em questão “passaria a funcionar como um centro subsidiário criando um sub-campo semi-circular a sua volta” (ABLER et alli, 1972: 254).

²⁰ O modelo original sofreu, ao longo dos anos, inúmeros ajustes e ‘calibragens’, de forma a contemplar situações mais complexas, incorporando constantes empíricas, bem como definições mais precisas das variáveis e funções (para as modificações propostas ao modelo original ver PINI, 1995).

Figura 1: Modelo geral do impacto das fronteiras sobre a interação



Fonte: HAGGETT, 1972: 389

Claude Raffestin (1980: 176-177) sugere que a postulação do efeito barreira demonstra a confrontação de duas lógicas parcialmente contraditórias: de um lado a das organizações econômicas; de outro, a das organizações políticas. Em relação à primeira, é possível dizer que as organizações econômicas demandam para sua operação um espaço tão isotrópico quanto possível, ou seja, no qual as barreiras à circulação sejam progressivamente reduzidas. Note-se que tal lógica não se traduz em um espaço perfeitamente contínuo, uma vez que “toda relação depende da delimitação de um campo no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota” (1980: 164).

A partir da década de 70, tal lógica prevaleceria na tendência à *desregulação*²¹. Como vimos, o processo de desregulação de certas transações econômicas não representa uma supressão das normas jurídicas e econômicas que, ao contrário, multiplicam-se (assim como multiplicam-se os subsistemas responsáveis por sua elaboração), o que torna necessária sua harmonização em nível mundial através da criação de organismos supra-nacionais como bancos e tribunais mundiais, entre outros (SANTOS, 1996: 219).

No segundo caso, o das organizações políticas e, em particular, os Estados Nacionais, elas tendem a favorecer o aparecimento de disjunções e malhas relativamente estáveis, de forma a assegurar, ao longo do tempo, o exercício do poder sobre o território nacional. A contradição entre as duas lógicas não deve ser

²¹ Que, em linhas gerais corresponde a uma redução da participação do Estado-governo na economia e nos mercados, principalmente no que se refere à decisão sobre créditos e investimentos, e à formulação de políticas tributárias e cambiais (MACHADO, 1996).

superestimada, como o é, por exemplo, na suposição da inexorável aniquilação da soberania nacional (e de todas as suas já citadas funções), como resultado da expansão de uma economia sem fronteiras. Segundo Lia Machado, são ainda os conteúdos peculiares à cada estado nacional (dentre os quais sua base produtiva, moeda, legislação e indicadores econômicos), cuja territorialidade é definida pelo limite internacional, que criam *diferenciais* econômicos, políticos e tecnológicos que presidem, em grande parte, os fluxos internacionais (1997: 39).

Por outro lado, a produção da fluidez espacial – imperativo característico da fase atual do modo de produção capitalista – não dispensa a intervenção dos atores estatais no que se refere à dotação do território de sistemas técnicos (e, eventualmente à mudança estrutural dos mesmos), isto é, redes infra-estruturais através das quais a circulação de indivíduos, mercadorias e informação se realiza (SANTOS, 1996: 220 e OLVERA et alli, 1996: 201).

1.5 Zonas de fronteira e interações regionais

O modelo gravitacional ao qual nos referimos anteriormente supõe que os agentes sociais seguem sempre princípios de racionalidade econômica em suas ações. Isto se torna claro pelo emprego do termo depreciativo *distorção* para qualificar o efeito dos limites internacionais (imposição política) sobre as interações espaciais. Já em 1933, o geógrafo alemão Walter Christaller, em sua tese de doutoramento²², aplicaria o princípio da racionalidade econômica no estudo da distribuição espacial hipotética de lugares centrais²³. Da mesma forma, para a definição das áreas de mercado, Christaller idealmente as representa no espaço por círculos cujo limite corresponde ao alcance máximo (medido em termos da *distância econômica*, ou seja, dos custos de transporte) de cada bem ou serviço oferecido pelo centro em questão (HAGGETT, 1972: 287).

É conhecido o padrão locacional proposto por Christaller para um conjunto de lugares centrais de mesma ordem: a superposição, em uma área de povoamento consolidado, dos círculos de demanda dos *bens e serviços centrais* correspondentes a tal ordem, e a formação de regiões complementares hexagonais, contíguas e idênticas, cujo

²² CHRISTALLER, W.: *Central places in southern Germany*, 1966 (1933).

²³ Em geral, cidades que funcionam como centros de distribuição de bens e serviços às comunidades regionais, ou *regiões complementares* (para uma revisão detalhada do modelo de Christaller e das subsequentes modificações que lhe foram introduzidas, ver HAGGETT, 1972: 286-297).

centro é ocupado pelos lugares considerados. O modelo teórico final – situação de perfeita competitividade – corresponde à superposição dos padrões de localização para cada ordem, de forma que os centros de igual nível acomodem-se nas arestas de hexágonos concêntricos (HAGGETT, 1972; CHRISTALLER, 1933).

Entretanto, o mesmo Christaller (1933:16) sugere que nem todos os lugares podem ser incluídos no modelo e na lógica da rede de localidades *centrais*. Dentre tais exceções encontram-se, entre outros, lugares vinculados a fenômenos pontuais *absolutos* da superfície terrestre (*point-bounded places*), aos quais denomina lugares *dispersos*. Centros localizados nas proximidades dos limites internacionais (comumente abrigando um posto aduaneiro), portos, centros predominantemente industriais ou de mineração, estão incluídos categoria de lugares dispersos, visto apresentarem fatores locacionais não relacionais e, portanto, não contemplados pelo modelo. Segundo Roberto L. Corrêa (1997: 300), trata-se de “centros especializados” ainda que, secundariamente, possam funcionar como lugares centrais.

Interessa-nos aqui analisar a dinâmica das interações espaciais que convergem para estes centros (ou que deles emanam) e, especialmente, para aqueles localizados nas zonas de fronteira. Contudo, o fato do modelo de Christaller estar limitado às interações características dos lugares centrais implica que, no âmbito do estudo deste autor, apenas a função secundária destes centros *dispersos* seja considerada.

Ainda segundo Roberto L. Corrêa (1997: 298), as interações dos lugares centrais são constringidas pela distância e, ademais, limitam-se à área contígua e complementar a tal centro²⁴ – interações, pode-se dizer, *fortemente regionais*. Entre as características da região implicadas na importância relativa dos lugares centrais, por expandirem ou contraírem o padrão de demanda e oferta de bens e serviços – tamanho, meios de transporte disponíveis, estrutura fundiária, desenvolvimento tecnológico, etc., destaca-se a extensão da área efetivamente controlada por estes centros no interior da região (CORRÊA, 1997: 296; CHRISTALLER, 1933: 43).

Para Christaller, o caso dos lugares fronteiriços seria, a este respeito, exemplar, pois, como já comentado, a sobretaxa de certos bens que atravessam as fronteiras internacionais conformaria a hinterlândia destes lugares a um semi-círculo ideal, no que

²⁴ É de se notar que Christaller considera o lugar central e sua região complementar como uma *entidade*, onde há um equilíbrio entre oferta e demanda de bens e serviços, o que faz com que um membro não possa ser definido sem que o outro o seja simultaneamente (CHRISTALLER, 1933: 22).

se refere ao consumo de tais bens. Para todos os outros bens, ou seja, aqueles que não sejam tarifados, a zona de influência deve ser circular. Em outras palavras, o padrão de interações espaciais resultante (*a região complementar*) é assimétrico no caso dos bens taxados, denotando um viés de direção na zona de influência. Supondo-se que o comportamento do mercado consumidor seja função de uma racionalidade econômica estrita dos agentes, a intensidade de tal influência deve variar de acordo com a quantidade e a ordem de valor dos bens sobre-taxados (CORRÊA, 1997: 303; CHRISTALLER, 1933: 46).

A problemática das interações *trans-fronteiriças* tem sido notadamente estudada no âmbito da União Européia (COOMBES, 1995; OLVERA et alli, 1996). Nestes trabalhos, trata-se principalmente de estimar o impacto da supressão (ou esvaziamento progressivo) das funções fiscal e de controle sobre os padrões de circulação, no interior do bloco supra-nacional. Sugere-se que o efeito de tal supressão seja incorporado de forma seletiva, ou seja, de acordo com a natureza e a espacialidade dos fluxos em questão (OLVERA et alli, 1996: 201). Dentre as relações internacionais mais nitidamente afetadas estão aquelas derivadas das denominadas “relações de proximidade”, que materializam fluxos (de bens, pessoas, informação) entre unidades geográficas contíguas à linha de fronteira.

Entre os fluxos mais imediatamente associados aos deslocamentos de *curta distância* nas unidades geográficas contíguas à linha de fronteira está a circulação diária (ou de curta periodicidade) de pessoas no mercado de trabalho. Com vistas à elaboração de novos padrões estatísticos oficiais, diversos países europeus adotaram a Área de Mercado de Trabalho Local (AMTL)²⁵ como unidade geográfica de referência para avaliar a dinâmica desta circulação (COOMBES, 1995). Trata-se de um recorte alternativo ao das unidades administrativas, e portanto capaz de representar, de forma mais acurada, a variabilidade espaço-temporal dos fluxos em questão. A alternativa se justifica, segundo M. Coombes (1995: 47), pois a principal desvantagem implicada na utilização dos limites administrativos advém do fato de que, embora “*possam ter estado ajustados aos padrões sócio-econômicos [de um momento], tais limites dificilmente serão modificados a cada vez que um novo padrão de interação emergir*”.

²⁵ Áreas nas quais a maior parte das pessoas vive e trabalha localmente, normalmente polarizadas por um centro cujo grau de atração é predominante.

Ainda que a adoção de novos critérios tenha se mostrado frutífera para as regionalizações intra-nacionais, a verificação (esperada) de um extravasamento das fronteiras internacionais pelas AMTLs, assinalada de forma esporádica em diversos estudos, requer uma reformulação metodológica da coleta de informação e produção de estatísticas oficiais, as quais obedecem ainda à uma lógica eminentemente nacional²⁶.

Há, no entanto, formas indiretas de se estimar o grau de diluição da função de 'barreira' das fronteiras, e a possível emergência de configurações regionais originais. Análises preliminares para o caso da Bélgica que acrescentam os deslocamentos extra-nacionais (*outflows*) às AMTLs, demonstrando a virtual incorporação de alguns segmentos ao longo da fronteira deste país às áreas de influência de centros como Lille (França), Eindhoven (Holanda), Aachen (Alemanha) e Luxemburgo. O mesmo se pode afirmar a respeito da centralidade de Genebra (Suíça) em relação ao mercado de trabalho dos departamentos de Sabóia e Ain na França (OLVERA, 1996: 199), embora a Suíça não faça parte da UE.

É possível ainda que se esteja diante de uma situação mista ou híbrida, de tal forma que o controle sobre estes segmentos seja compartilhado por dois centros, localizados em territórios nacionais distintos (COOMBES, 1995: 49). O caráter de ruptura (limite ou barreira) imputado à fronteira pode então ser matizado de forma a incluir a dinâmica de interações observada em tais segmentos, uma dinâmica particularmente sensível às transformações sofridas pelas economias regionais (e nacionais) envolvidas. É possível então esperar que tais interações apresentem importantes oscilações e descontinuidades temporais. Deste ponto de vista, o sentido do termo fronteira como *interface* se aplica:

"Plano ou linha de contato entre dois sistemas ou conjuntos distintos onde, em geral, ocorrem fenômenos originais, trocas entre as duas partes, modificação de uma pela outra, exploração das diferenças pelos atores sociais" (BRUNET 1992: 282).

²⁶ No caso das estatísticas belgas, por exemplo, apenas são computados os deslocamentos realizados por indivíduos residentes no país. Logo, no que se refere à circulação através da fronteira considera-se apenas os fluxos *para fora* (*outflows*), sendo descartados os fluxos de não-residentes *para dentro* do território nacional (*inflows*) (COOMBES, 1995: : 50).

1.6 Interações na fronteira e Cidades-Gêmeas

Há, como vimos, segmentos privilegiados ao longo da fronteira, no que tange à intensidade das interações espaciais. Entre eles, destaca-se a configuração espacial peculiar (porém não exclusiva) a certas zonas de fronteira internacional, a saber, a ocorrência de *cidades-gêmeas*.

No âmbito de seu já citado estudo, W. Christaller (1933:46) fornece uma explicação para a ocorrência de tal padrão de localização. O autor sugere que estes lugares compartilham a função de centralidade em relação a uma região complementar comum. Ainda que funcionalmente adequada à interposição do limite, esta configuração resultaria na diminuição da importância agregada dos dois centros (dada a redundância na oferta de determinados bens e serviços). A supressão da descontinuidade significaria um acréscimo da centralidade (logo, uma ampliação da área de influência) do lugar central depois da unificação.

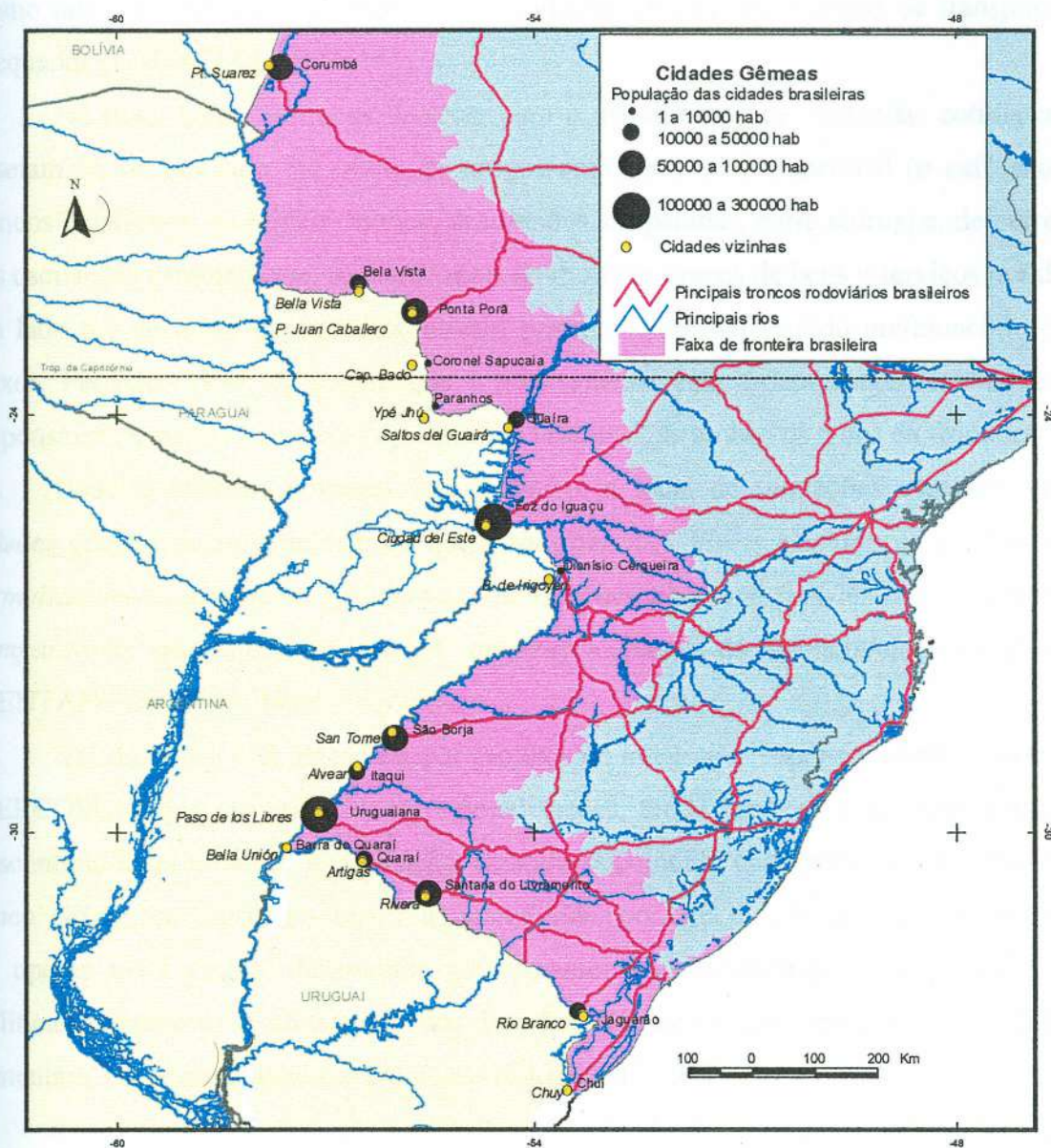
O argumento de Christaller é bastante atual. Aproxima-se das recentes preocupações de cientistas sociais da América do Sul confrontados com a necessidade de avaliar os impactos (sociais, políticos, espaciais, culturais, etc.) da consolidação de um bloco supra-nacional como o MERCOSUL. Uma vez que a realização plena de tal intento pressupõe uma série de mudanças, como a eliminação de barreiras alfandegárias, a redução dos desníveis cambiais, e uma maior fluidez de circulação entre os países sócios originais (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina), estima-se que ocorrerão efeitos de grande extensão sobre a estrutura e dinâmica das interações locais das *cidades gêmeas*. Isso porque a própria existência delas está condicionada, em grande medida, pela ocorrência de assimetrias entre os territórios nacionais contíguos (BENTANCOR, 1994; 1995).

Esta preocupação justifica-se, sobretudo, na fronteira brasileira-platina, onde a repetida ocorrência de tal configuração espacial aparece como um caráter distintivo (Ver **Mapa 1 – Cidades Gêmeas na Fronteira Brasileiro-platina**).

Raymond Pébayle (1994: 14-15) afirma que, em termos dos fluxos econômicos, as interações espaciais na zona de fronteira brasileiro-platina derivam de duas ordens privilegiadas, ambas operantes em múltiplas escalas. Em primeiro lugar intervém uma

lógica estrutural na qual o grau de complementaridade entre unidades geográficas com aptidões e produções diferentes, anima os diversos fluxos de pessoas, bens, serviços e informações, tanto visíveis (legais) como invisíveis (contrabando). De outro lado incide uma ordem conjuntural, representada por flutuações monetárias (câmbio), que engendram movimentos turísticos excepcionalmente grandes, e pela variação dos preços de produtos, principalmente agrícolas, que engendram uma oscilação na direção do movimento de cargas.

Mapa 1 – Cidades Gêmeas na fronteira brasileiro - platina



Em resumo, os fluxos trans-fronteira são, em princípio, oscilatórios, acompanhando o comportamento do gradiente financeiro e do gradiente comercial.

É nas cidades gêmeas que a operação conjunta destas duas lógicas assume maior grau de visibilidade, principalmente naquelas situadas em 'fronteiras secas' (onde não há interposição de uma descontinuidade física, caso de Santana do Livramento-Rivera), ou naquelas que contam, a despeito da interposição de uma descontinuidade física (como um rio), com infra-estruturas de vinculação (pontes) ou serviços de transporte adequados (LAURELLI, 1997: 181).

No nível local, as trocas inversas para o atendimento de demandas cotidianas baseiam-se, de um lado, na oferta de artigos com forte cunho nacional (o café e os cítricos brasileiros; os cereais, vinhos, das regiões temperadas, entre outros) e, de outro, nas oscilações cambiais que, tornando mais atrativos os preços de bens e serviços ora de um lado ora de outro da fronteira, ativam positivamente um sentido preferencial dos fluxos. Pébayle (1994:15) sugere que é precisamente esta ordem conjuntural aquela responsável pelos "*excepcionais dinamismos urbanos*" de ambos os lados da fronteira.

Pode-se afirmar, portanto, que a dinâmica local de interações espaciais nas cidades gêmeas decorre do fato de que, "*em diferentes níveis econômicos e setoriais formalizaram-se estruturas produtivas ou ocupacionais em função das vantagens comparativas que surgem com as diferenças [entre as economias nacionais]*" (BENTANCOR, 1995: 101).

Tal dinâmica está ameaçada por projetos de integração supra-nacionais (como o MERCOSUL) que, ao criar novas regionalizações, tende também a deslocar antigas descontinuidades impostas a circulação, fazendo-as coincidir com os limites externos do bloco. No espaço interno ao 'bloco' a maior fluidez possível é dada aos capitais capazes de operar nesta escala, diminuindo paulatinamente as diferenças (notadamente nas políticas monetárias e aduaneiras dos Estados Nacionais) que, em grande medida, sustentam a economia local nas fronteiras (KLEINKE, 1997).

1.7 Interações espaciais, cidades gêmeas e a fronteira no Cone Sul

Em um exame histórico das interações na zona de fronteira brasileiro-platina (especialmente a zona de fronteira Brasil-Uruguai correspondente à *Campanha Gaúcha*), Suzana B. Souza destaca que a dinâmica regional é, em grande parte, sustentada pela presença de uma atividade dominante (a pecuária), vínculos familiares e de propriedade, interesses comerciais e um padrão de apropriação de terras²⁷ comuns. São esses elementos que integraram, durante muitos anos, a organização sócio-espacial do atual estado do Rio Grande do Sul e os territórios contíguos na Bacia do Prata (1994: 78-81).

Estudar as fronteiras internacionais do ângulo das cidades gêmeas no sul do Brasil é um enfoque alternativo e complementar àquele que enfatiza as relações conflituosas, primeiro entre metrópoles coloniais (Portugal e Espanha) e posteriormente entre Estados Nacionais (Brasil, Uruguai e Argentina).

O estabelecimento de núcleos fronteiriços (principalmente durante os séculos XVIII e XIX) segundo uma lógica defensiva e de reivindicação territorial, concorreu para o surgimento de cidades-gemêas²⁸. Tais centros assumiram uma função predominantemente militar, porém associada à função comercial (que, aliás, preservam até hoje), “assegurando o trânsito e, muitas vezes, a redistribuição de produtos que eram trocados entre Brasil, Uruguai e Argentina” (SOUZA, 1994: 83).

De fato, durante o século XIX e início do século XX, as cidades situadas na fronteira norte uruguaia adquiriram progressivamente um papel destacado no comércio em trânsito do Rio Grande do Sul para Montevidéu, cidade que então estendia sua área de influência à grande parte do território ocidental sul-rio-grandense, devido a um conjunto de fatores, como a carência de um sistema portuário seguro no estado sulino, os altos fretes cobrados para o transporte interno de mercadorias no Brasil e, principalmente, os elevados direitos alfandegários impostos aos produtos importados da

²⁷ “Pequenas e médias propriedades eram cultivadas familiarmente ao redor dos escassos núcleos urbanos (geralmente portos fortificados), e imensas estâncias no restante do território” (OSORIO, 1995: 113).

²⁸ No caso da fronteira Brasil-Uruguai, as cidades-gêmeas distribuem-se ao longo da faixa em intervalos relativamente regulares de 100/150 km. Como exemplo, temos a fundação da cidade de Rivera pelos uruguaiois, em 1863, confrontante com a cidade brasileira de Santana do Livramento, com vistas a conter uma presumida expansão territorial do Estado Imperial brasileiro.

Europa via os principais portos da província (e depois estado) do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande).

A organização do espaço fronteiro sul-brasileiro (confinante com o território uruguaio) durante o período em questão foi, portanto, decorrente de sua inserção em uma atividade comercial ligado ao mercado externo (importação e exportação), uma inserção que muito deve também à presença de companhias estrangeiras multinacionais ligadas ao setor de alimentos na região uruguaia e brasileira. Porém nessa inserção o lugar central na organização espacial trans-fronteira não eram as cidades locais e sim a cidade-porto de Montevideú.

Os pequenos núcleos na área de fronteira do lado uruguaio subsistiram, em grande medida, pela exploração do contrabando, tanto contrabando de produtos uruguaio (principalmente de gado e couro) como de produtos importados da Europa e destinados aos mercados em território brasileiro, pautado no grande desnivelamento nos preços operados nos dois países e beneficiado pelo parco controle exercido pelo poder público sobre os fluxos que atravessavam a fronteira.

Além da existência de importantes gradientes econômicos geradores de fluxos através da fronteira, deve-se destacar a importância das redes *infra-estruturais* para as interações espaciais, sua intensidade e direção. Durante a década de 1890, o Uruguai estendeu sua rede ferroviária aos principais núcleos da fronteira (tanto da fronteira com o Brasil, como da fronteira com a Argentina, na margem do rio Uruguai²⁹). O padrão espacial desta rede, cujos principais eixos partem da cidade de Montevideú, deriva, segundo L. Olvera (1996), de uma lógica de territorialização centrífuga, por intermédio da qual realizar-se-iam fluxos comerciais e a acumulação hierarquizada (fortemente concentrada na capital uruguaia) do capital mercantil. Nos núcleos urbanos geminados na zona de fronteira internacional tal acumulação beneficiou aqueles indivíduos vinculados ao comércio de intermediação e ao contrabando (SOUZA, 1994: 84).

Gabriel Dupuy (1991: 107-109) sugere que o estudo da configuração das redes é capaz de revelar o *peso* ou capacidade relacional de cada um dos nós que a compõem (sua 'nodosidade'). Para o mesmo autor, tais nós são os lugares a partir dos quais os diversos atores elaboram seus *projetos transacionais* (projetos de troca, de intercâmbio

²⁹ Desta forma, durante a década de 1890 seriam integradas à rede ferroviária uruguaia as cidades brasileiras de Quaraí, Uruguaiana e Santana do Livramento. Somente a partir da década de 20 a rede ferroviária do Rio Grande do Sul passaria a articular tais centros aos principais portos do Estado.

com outros pontos, outros atores), os quais, se tomados em conjunto, organizam o espaço (ainda que, a princípio, apenas virtualmente) de tal forma que cada nó, e portanto, cada ator, passa a conceber sua posição em termos da relação com outros atores e lugares, de forma a articular *projetos transacionais* diversos e multi-localizados (DUPUY, 1991; MACHADO, 1997). A 'rede real' seria, então, um produto histórico da organização técnica do espaço e do tempo capaz de garantir a mobilidade e a realização de certos projetos transacionais, notadamente àqueles elaborados por atores hegemônicos.

Interessa, assim, distinguir aqui a 'capacidade relacional' dos *lugares* situados na faixa de fronteira e, conseqüentemente, entender a lógica que preside sua articulação, através da organização técnica do espaço e dos projetos transacionais de atores localizados em lugares distantes da fronteira.

1.8 Redes de infra-estrutura e lugares de comunicação

Um dos elementos fundamentais para o entendimento da organização espacial das zonas de fronteira internacional são os *lugares de comunicação*, usualmente coincidentes com pontos estratégicos de passagem da rede fluvial ou acidentes de relevo, mas também da rede de caminhos (MACHADO, 1989). A gênese de um lugar de comunicação pode estar ligada também às exigências de redes de produção que podem determinar o desenho da rede de circulação e transporte.

No caso da região de fronteira uruguaio-brasileira, a extensão da rede ferroviária uruguaia às cidades gêmeas da fronteira com o Brasil no período a que nos referimos acima (passagem do século XIX ao XX) representa a materialização dos interesses de grandes empresários de Montevideu e, sobretudo, das grandes companhias inglesas que associavam a indústria agroalimentar à construção de ferrovias. Para esses atores as cidades de fronteira funcionavam como *lugares de comunicação* a partir dos quais seria possível estender a área de influência de suas atividades a outro território nacional. Ao nível local, tal articulação privilegiaria especialmente aqueles setores e indivíduos capazes de encontrar soluções flexíveis e adaptadas à realização da transferência de bens através da fronteira, quer por intermédio de circuitos oficiais, quer através de circuitos não-oficiais.

Neste sentido, os núcleos urbanos situados na fronteira (e em especial as cidades gêmeas), podem adequar-se à classificação proposta em 1971, por Burghardt: o autor utiliza a expressão “gateway cities” para designar centros que possuem “*características posicionais singulares*” (BURGHARDT, 1971: 269). Entre estas características encontra-se, em primeiro lugar, sua localização excêntrica, via de regra em zonas de contato entre regiões de “diferente intensidade ou tipo de produção, ou ainda ao longo de linhas de ruptura econômica” (ibid., 270). Tais cidades se apresentam, então, como uma abertura ou ‘canalização’ através de uma organização espacial que apresente um caráter de *obstrução* estática ou dinâmica às interações ou à difusão espacial.

Outra característica posicional destas cidades é o fato de constituírem importantes nós de redes de transporte (ferroviário, rodoviário, aéreo e fluvial), o que exercerá marcante influência sobre a composição do mercado interno de trabalho, caracterizado pela predominância do setor terciário atacadista e do setor de transportes (BURGHARDT, 1971).

Finalmente, ao contrário dos lugares centrais cujos intercâmbios espaciais distintivos são *fortemente regionais*, os lugares de comunicação a que nos referimos são o foco de interações predominantemente *extra-regionais*. Este predomínio deriva, de um lado, de um processo de especialização funcional (quer do setor secundário, quer do terciário) (CORRÊA, 1997: 299) e, de outro, do próprio diferencial posicional comum a estas cidades, o qual pode lhes conferir um papel destacado no âmbito de atividades econômicas que articulam, segundo uma lógica vertical, pontos disjuntos no território em função de suas distintas capacidades relacionais (OLVERA, 1996: 199).

Um exemplo bastante ilustrativo da inserção dos núcleos urbanos situados nas fronteiras internacionais no que é denominado de “espaço das redes” ou “espaço reticular” pode ser observado a partir da análise do padrão locacional das empresas “*maquiladoras*”³⁰ situadas no México. Desde 1965, o governo mexicano passou a incentivar a localização deste tipo de empresa na faixa de fronteira norte, confinante com os Estados Unidos, como parte de um programa de reestruturação espacial para a região, fundada na lógica dos pólos de desenvolvimento (SOUTH, 1990).

³⁰ Indústrias de montagem franqueadas e controladas, em sua maioria, por capitais estrangeiros (SOUTH, 1990: 549).

No sentido de garantir a implantação de tais indústrias (cuja composição acionária é majoritariamente norte-americana) e, conseqüentemente, o fluxo de investimentos estrangeiros para a área de fronteira, o próprio governo mexicano criou nesta área, portanto, dentro dos limites de sua soberania, “territorialidades específicas”, zonas de livre comércio.

A tendência observada, desde sua criação até o final da década de oitenta, foi a crescente concentração de unidades industriais ‘*maquiladoras*’ em algumas cidades geminadas da fronteira mexicana (notadamente Tijuana, Ciudad Juárez, Mexicali e Nogales). Segundo R. South (1990), as principais vantagens locacionais oferecidas pela zona de fronteira e, em especial por estes núcleos urbanos, ao capital transnacional norte-americano são: o baixo custo da mão-de-obra mexicana e as altas concentrações deste fator produtivo nas principais cidades da fronteira; a proximidade em relação ao mercado consumidor dos EUA, situado, de preferência, no meio-oeste e na costa leste do país (o que significa uma sensível redução dos custos de transporte); a posição destes núcleos em nós de redes técnicas (das redes aeroviária e rodoviária); e finalmente, a infra-estrutura urbana.

Após a crise da dívida mexicana com os bancos internacionais, na década de 1980, o país passou por um processo de reforma econômica que substituiu a política de substituição de importações pelo programa de privatizações. Em seguida observa-se, por um lado, uma retração das políticas voltadas para o desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, em função da progressiva desvalorização do peso mexicano em relação ao dólar (geradora de gradientes econômicos ainda mais importantes e de um barateamento do custo da mão-de-obra), um crescimento significativo no número de empresas “*maquiladoras*” na fronteira mexicana³¹.

Entretanto, M. Portais (1992: 232) sugere que, durante este período, a lógica de desenvolvimento regional, que implicava no direcionamento de políticas públicas para a valorização do espaço fronteiro como um todo [que obteve, é verdade, pouco sucesso, haja vista a quantidade de imigrantes que procurava entrar ilegalmente nos Estados Unidos] foi substituída por uma lógica de organização predominantemente reticular (ver Figura 2).

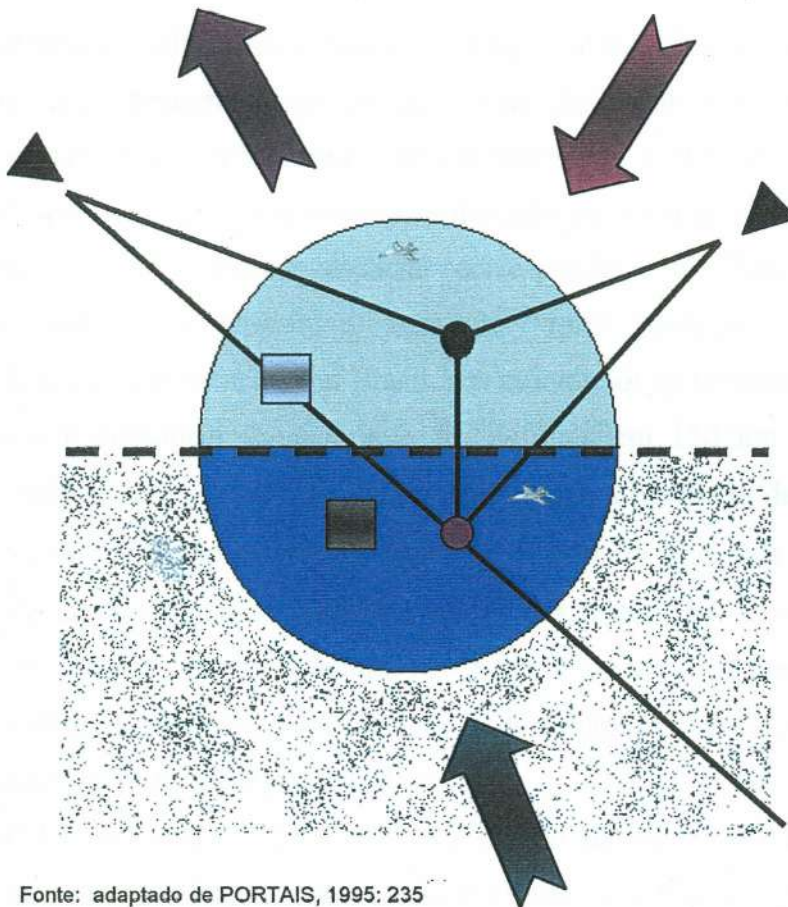
³¹ De 1979 a 1990 o número de “Maquiladoras” subiu de 540 para 1.938, sendo que as maiores taxas de crescimento ocorreram nos anos de 1979, 1987 e 1988 (GANSTER, 1997: 243).

A configuração espacial das cidades gêmeas é funcionalizada através da fragmentação da planta industrial. No lado norte-americano localizam-se as atividades intensivas em tecnologia de ponta e, no lado mexicano, as atividades intensivas em mão-de-obra (PORTAIS, 1992). As cidades nos dois lados da fronteira apresentam forte grau de especialização e complementaridade, e a produção é, na sua quase totalidade, direcionada para o mercado externo, de onde provêm também os componentes primários da atividade de montagem, gerando fluxos fortemente *extra-regionais*. Esta dependência externa torna as cidades-maquiladoras extremamente vulneráveis às oscilações do mercado internacional, especialmente aos ciclos da economia norte-americana (ibid.: 234). Os fluxos de mão-de-obra, por sua vez, mobilizaram importantes contingentes populacionais de diversas regiões do México para a zona de fronteira.

Finalmente, os centros de decisão e de gestão das atividades das *'maquiladoras'* estão localizados fora do território mexicano e, freqüentemente, muito distantes da zona de fronteira (PORTAIS, 1992; SOUTH, 1990).

Como foi visto, no âmbito da geografia urbana clássica, as interações espaciais na fronteira são analisadas, sobretudo, por intermédio da noção de "efeito-barreira". Em vista do que foi exposto espera-se justificar uma análise das *interações trans-fronteiras* e de seus *efeitos* na constituição de *espaços fronteiriços* singulares (RENARD e PICOUET, 1993), a partir do estudo de caso da região do alto Paraná, onde estão situadas as cidades-gêmeas de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai, as quais conformam uma das mais dinâmicas zonas de contato na fronteira internacional entre os dois países.

Figura 2 : Maquiladora e Espaço Reticular



Fonte: adaptado de PORTAIS, 1995: 235

- | | | | |
|---|--|-------|--|
| ▲ | Centro de Decisão | ■ | Urbanização popular - meio ambiente afetado |
| ✈ | Aeroporto | ■ | Zona semi-desértica |
| ● | Parque industrial integrante de tecnologias de ponta | - - - | Fronteira |
| ● | Parque industrial "maquiladora" com forte componente de mão-de-obra | ➡ | Fluxo de mão-de-obra pouco qualificada |
| ■ | Centro urbano - serviços raros e forte capacidade de decisão econômica | ➡ | Fluxo de matérias-primas ou semi-elaboradas |
| ■ | Centro urbano comercial do tipo "fronteiriço" | ➡ | Fluxo de produtos manufaturados |
| ■ | Urbanização residencial - busca ecológica de qualidade de vida | — | Fluxo de telecomunicações e fluxo financeiro |

CAPÍTULO 2

BRASIL E PARAGUAI: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO FRONTEIRIÇO NO ALTO PARANÁ

Embora a evolução do espaço fronteiriço entre Brasil e Paraguai seja longa e complexa, alguns aspectos dessa evolução serão discutidos aqui. A ênfase será dada sobre os processos que repercutiram diretamente sobre a organização espacial de um segmento específico da zona de fronteira entre estes países, a região do alto Paraná. Para fins desta análise, o recorte espacial corresponderá, no Paraguai, às unidades administrativas que compõem a zona do “leste paraguaio”, especialmente o departamento do Alto Paraná e, no Brasil, aos municípios paranaenses situados na faixa de fronteira institucional (cuja largura foi definida em 150 km a partir da divisa internacional)¹. Chama-se atenção para o fato de que a província de Misiones — que compõe o lado argentino da tríplice fronteira — não foi integrada à análise devido à ausência de dados estatísticos comparáveis às das regiões brasileira e paraguaia. Foi avaliado, no entanto, que essa lacuna não é grave o suficiente para comprometer os resultados obtidos tendo em vista que, no Alto Paraná, a maior parte das interações espaciais ocorre entre o Paraguai e o Brasil.

Ainda que o estudo privilegie a evolução da zona de fronteira nas últimas décadas, não é demais registrar que, desde o período colonial, a região do Alto Paraná foi uma importante zona de contatos e de disputas territoriais entre as coroas ibéricas (Canabrava, 1984; Machado, 2000).

O historiador português Jaime Cortesão (1958), defendendo a tese de que o bandeirantismo luso-brasileiro não tinha como principal fito o apresamento de índios, mas, sobretudo, a expansão territorial e realização do mito político-geográfico da ‘Ilha-Brasil’, afirma:

[...] quem relancear a história e um mapa do Brasil e refletir que São Vicente, primeira fundação urbana dos portugueses no Brasil, defrontava de certo modo Assunção e comandava um sistema de caminhos flúvio-terrestres que conduziam ao Paraguai, quer a montante, quer a jusante daquela

¹ Dentre estes foram selecionados aqueles municípios situados entre os rios Piquiri e Iguaçu, os quais correspondem, grosso modo, à antiga microrregião do “extremo oeste paranaense”.

cidade, facilmente entenderá que o ponto de cruzamento dessas estradas e a sua freqüência pelos portugueses seriam a região e o momento nevrálgicos de um conflito de soberania entre as duas nações (CORTESÃO, 1958: 122).

De fato, a fronteira entre as coroas ibéricas ao sul foi uma das zonas fronteiriças mais “vivas” do período colonial. A instalação pelos castelhanos dos povoados avançados de Ciudad Real de Guairá (1557), no sítio onde se encontra hoje a cidade de Guairá no Paraná, e de Villa Rica (1576) localizada na confluência dos rios Corumbataí e Ivaí (no atual estado do Paraná), e, mais tarde, a fundação das missões jesuíticas espanholas do Guairá² (a partir de 1610) (GADELHA, 1980; CORTESÃO, 1958), mostram não só a importância estratégica que a colônia do Rio de la Plata foi adquirindo em função do contrabando da prata de Potosi (na atual Bolívia) através do vale do Paraná-Paraguai como apontam para o crescimento do intercâmbio comercial entre colonos castelhanos e portugueses.

O povoamento do alto Paraná pelos castelhanos converteu a região em importante zona de trânsito e rota alternativa ao caminho Buenos Aires – Tucumán para os portugueses que exploravam o comércio de gêneros, escravos e contrabando de prata com as zonas de mineração do Alto Peru. Isso ocorreu especialmente durante o período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640) quando somente uma legislação, a castelhana, tornou-se válida para toda a América Ibérica. Por outro lado, as missões jesuíticas e os principais povoados castelhanos, além de intermediarem o comércio com os mercadores portugueses, passaram a dominar a exploração e comercialização interprovincial da erva-mate colhida na Serra de Maracajú (hoje parte do estado do Mato Grosso do Sul) (GADELHA, 1980).

Do período da Independência em diante, o limite da competência territorial dos novos Estados se torna cada vez mais preciso (ver capítulo 1), e as *relações de vizinhança*, entre os sistemas nacionais e entre os indivíduos, mais complexas (COELHO, 1990). Nesta evolução a zona de fronteira internacional começa a se diferenciar, à medida que cada governo vizinho concebe e elabora políticas específicas de vínculo ao restante do território nacional. Para os indivíduos e comunidades que

² Limites aproximados do território do Guairá: A oeste o rio Paraná; a norte o rio Paranapanema; ao sul o rio Iguaçu; a Leste os campos de Guarapuava (CORTESÃO, 1958).

vivem na faixa de fronteira, trata-se de buscar mecanismos adaptados à exploração das diferenças que, por sua vez, adquirem maior materialidade geográfica.

Devido aos limites deste trabalho, não será possível acompanhar passo a passo o processo histórico de ocupação e organização espacial pós-colonial. Numa avaliação ainda esquemática, e no que tange à evolução da organização espacial na zona fronteira do Alto Paraná, é possível destacar dois principais momentos de inflexão, ou seja, de mudança qualitativa e quantitativa no sistema de povoamento.

O primeiro ocorre no período após a Guerra do Paraguai (ou da Tríplice Aliança), quando a hegemonia argentina começa a se dar no Cone Sul. O segundo, mais de um século depois, na segunda metade do século XX, sobretudo a partir de 1970, pode ser caracterizado como de hegemonia brasileira, quando o povoamento se torna mais denso e os intercâmbios *trans-fronteiriços* mais intensos.

a) Leste Paraguaio e extremo oeste Paranaense antes de 1950: a hegemonia argentina

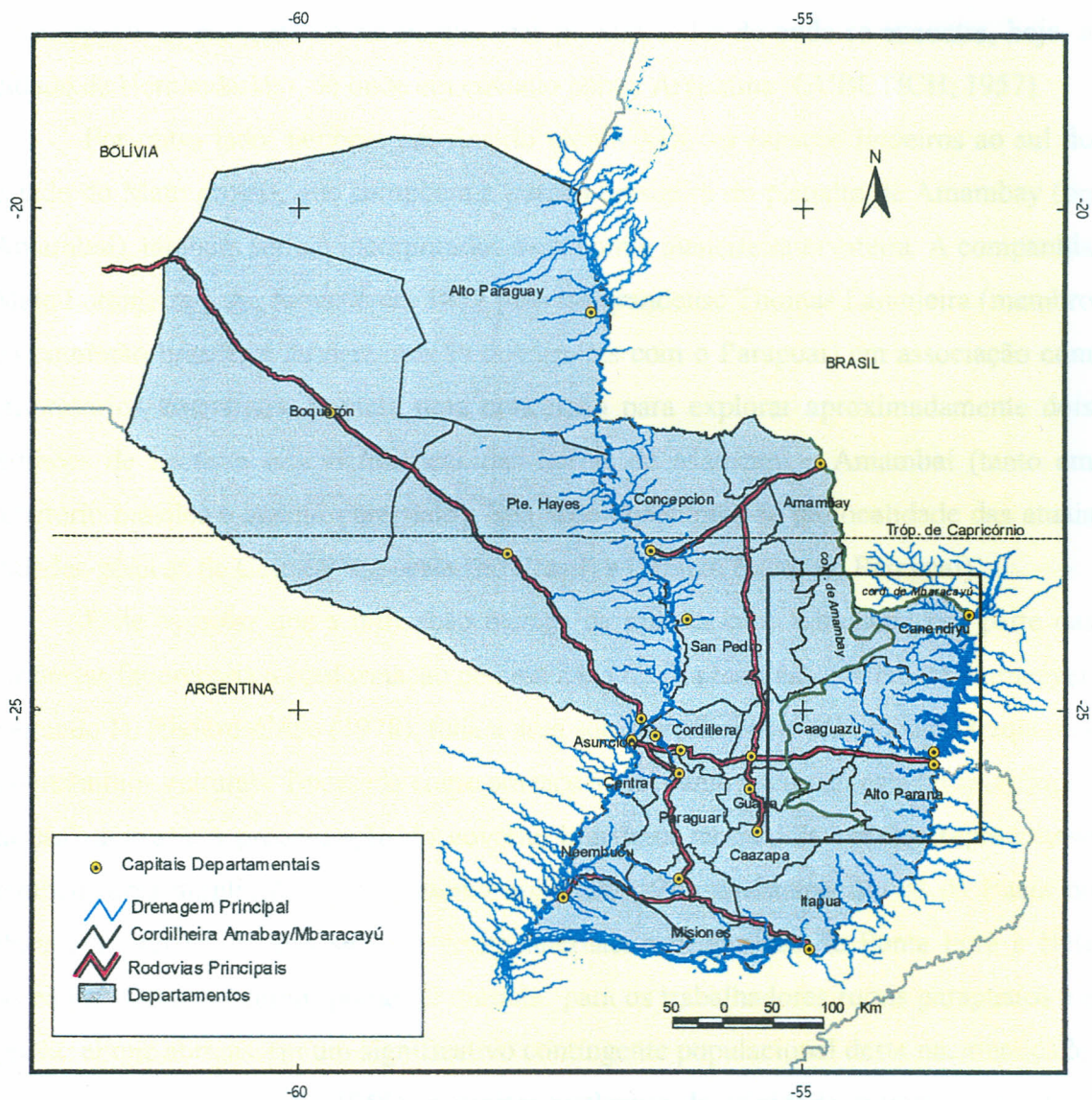
A região conhecida como “leste paraguaio” corresponde, *grosso modo*, à porção centro-oriental do planalto de Amambay-Maracayú. A maior parte da região é uma larga planície aluvional formada pelo rio Paraná, onde o Paraguai se limita com o Brasil e a Argentina, e que abarca atualmente os departamentos de Caaguazú, Canendiyú³ e Alto Paraná (Ver **Mapa 2 – Situação do Leste paraguaio no país**).

O planalto de Amambay está inserido na porção ocidental da Bacia do Paraná, e faz parte da unidade geomorfológica que no Brasil se denomina de *planalto central meridional do Brasil* (IBGE, 1993a), sendo sua estrutura litológica originária dos derrames basálticos do período Triássico e de cobertura sedimentar de arenitos do período Cretáceo (OEA, 1971 – Mapa: *Bacia do rio da Prata: Geologia*). Esta continuidade das unidades geofísicas é também observada em relação à cobertura vegetal natural. No leste paraguaio predomina a floresta úmida semidecidual, cuja área de ocorrência acompanha as margens do rio Paraná alargando-se, em faixas de extensão

³ O departamento de Canendiyú, instalado em 1972, resultou de um desmembramento dos departamentos do Alto Paraná e Caaguazú. Sua capital administrativa situa-se na cidade de Saltos del Guairá.

variável, sobre todo o planalto (OEA, 1971 – Mapa: *Bacia do rio da Prata: formação de vegetação natural*).

Mapa 2: Situação do Leste Paraguaio no País



Após a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) e a assinatura dos tratados de limites com o Brasil (1872) e a Argentina (1876), as terras do planalto oriental, que então faziam parte do patrimônio do Estado Paraguaio, foram vendidas a empresas de capital estrangeiro para fins de exploração dos ervais naturais e extração de madeira das selvas subtropicais. Em 1911, 17% do território do leste paraguaio pertenciam à Cia.

Industrial Paraguaia, empresa de capital anglo-argentino, fundada em 1886 (KOHLEPP, 1984). A sede da empresa estava situada em Itakyry, povoado localizado nas proximidades do alto curso do rio Acaray, no atual departamento do Alto Paraná. O transporte era feito a partir de caminhos abertos pela própria empresa até o porto de Tacurupucú, às margens do rio Paraná (nas proximidades de onde se encontra, hoje, a cidade de Hernandarias), de onde era enviado para a Argentina (GUBETICH, 1957).

Por outro lado, também em fins do século XIX, os espaços lindeiros ao sul do estado do Mato grosso, que compõem a porção brasileira do planalto de Amambay (ou Amambaí), também seriam incorporados à economia madeireira-ervateira. A companhia Mate Laranjeira S.A., fundada em 1872 pelo rio-grandense Thomas Laranjeira (membro da comissão brasileira de demarcação dos limites com o Paraguai) em associação com empresários argentinos, possuía uma concessão para explorar aproximadamente dois milhões de hectares nas vizinhanças das Serras de Maracajú e Amambaí (tanto em território brasileiro quanto paraguaio). Sua sede encontrava-se na localidade das atuais cidades-gêmeas de Coronel Sapucaia (no Brasil) e Capitán Bado (no Paraguai).

É de se notar que a utilização maciça de mão-de-obra paraguaia por parte das empresas favoreceria a conformação de uma zona de fronteira extremamente permeável. Segundo H. Rivière d'Arc (1978), toda a área sob sua influência era palco de freqüentes intercâmbios culturais. Encarada como ameaça à soberania nacional, esta "hispanização difusa" acirraria a preocupação do governo brasileiro na medida em que representava também uma ampliação da hegemonia argentina sobre o sistema fluvial da Bacia do Prata (id.: 426). Situadas sobre o limite internacional, as vilas de Ponta Porã e Bela Vista funcionavam como 'portas de entrada' para os trabalhadores rurais paraguaios e é provável que abrigassem um significativo contingente populacional desta nacionalidade, pois segundo L. Strauch (1955), o caráter exclusivo da atividade extrativa no sul do Mato Grosso não propiciava a fixação do ervateiro nas zonas rurais.

Em 1950, quando a produção de erva-mate em Mato Grosso, embora já decadente, alcançava aproximadamente 12.000 toneladas, os distritos de Ponta Porã e Bela Vista apresentavam altos índices de urbanização — 49% e 59% respectivamente — se comparados ao total do Mato Grosso (34%). Ademais concentravam, da mesma forma que os distritos também fronteiriços de Porto Murtinho e Amambay, os maiores contingentes de população estrangeira no estado: respectivamente, 11% e 9% de sua

população total (IBGE - *Censos Demográficos e Econômicos do Estado de Mato Grosso de 1950*).

Visto ser a Argentina o maior mercado consumidor da erva-mate na época, o rio Paraná tornou-se a principal via de escoamento da produção da 'cordilheira' (serra) de Amambay. Foi também visando este mercado que, na década de 1880, a Cia. Mate Laranjeira S.A. adquiriu terras na região paraguaia de Saltos del Guairá (KOHLHEPP, 1984) e ampliou para leste sua área de exploração em território brasileiro (STRAUCH, 1955). Outra empresa estrangeira a explorar as riquezas florestais do alto Paraná seria a companhia anglo-argentina *Maderas del Alto Paraná*, que possuía uma concessão de 2.900 km² nos atuais municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon (concessão conhecida como *Fazenda Britannia* (MULLER, 1974).

A conexão neste espaço era feita, de um lado, através das sedes rurais das empresas, onde se realizava a coleta da produção extrativa, o desenho das redes de infra-estrutura de transporte obedecendo à lógica desta circulação e servindo, sobretudo, de complemento à rede fluvial. Por outro lado, e em função mesmo da orientação preferencial dos fluxos gerados, alguns dos principais pontos de articulação do comércio regional da erva-mate situavam-se sobre as margens do alto Paraná. Dentre estes se destacavam: Porto Mendes (em território brasileiro, vinculado à zona produtora da serra de Mbaracayú através da estrada de ferro construída, a partir de Guairá, pela Cia. Mate Laranjeira)⁴, Tacurupucú (porto sobre o rio Icaraí, onde atualmente se situa a cidade de Hernandarias, no departamento paraguaio do Alto Paraná), Puerto Franco (poucos quilômetros ao sul de onde se encontra hoje Ciudad del Este), Puerto Irala e Puerto Nacunday (ambos no departamento do Alto Paraná entre os rios Monday e Nacunday), e Encarnación.

O caráter estratégico do vale do rio Paraná derivado da circulação fluvial na Bacia do Prata também havia determinado a fundação, pelo governo brasileiro, em 1889, de uma colônia militar na foz do rio Iguaçu com fins defensivos e de afirmação da presença do Estado na zona da tríplice fronteira. Segundo Nilo Bernardes (1952:440), esta fundação também obedecia a uma estratégia dos governos estadual e federal de

⁴ Ver mapa em FIGUEIREDO (1942: 144). Ver também, no mesmo artigo, o *Esboço cartográfico do Sul do Mato Grosso* (id: 146), onde estão representadas a zona ervateira e a área concedida à Cia. Mate Laranjeira no estado.

forçar o povoamento do *terceiro planalto paranaense*, por intermédio da criação de “núcleos isolados e dispersos no interior do sertão”.

De acordo com os dados da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, a composição, por nacionalidades, da população da região de Foz do Iguaçu, em 1889, era a seguinte: 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 5 franceses, 2 uruguaios, 2 espanhóis e 1 inglês. Esta composição é reveladora do fato de que, antes mesmo da instalação da colônia militar e, por conseguinte, da criação do município em 1914, Foz do Iguaçu já era um lugar marcado por intercâmbios, relativamente intensos, com o Paraguai e a Argentina baseados nas riquezas florestais da selva pluvial. A ampliação deste comércio determinaria a instalação, em 1904, de uma Mesa de Rendas alfandegada para coleta de impostos aduaneiros (RECEITA FEDERAL, 2000). A aduana estaria incumbida de controlar os fluxos comerciais (em grande medida ilegais) da erva-mate que, em função da singularidade posicional desta aglomeração, integravam as redes de transação das empresas argentinas⁵.

De fato, a extrema excentricidade do povoamento — em relação ao próprio povoamento do Estado do Paraná —, a baixíssima densidade populacional do município e a precariedade da rede de transportes que estabeleciam sua ligação com os campos de Guarapuava, Ponta Grossa e com a capital estadual⁶, implicaram em que, até pelo menos meados da década de 40, Foz do Iguaçu permanecesse vinculada à zona de influência de Buenos Aires (BERNARDES, 1942).

Para as autoridades governamentais e, sobretudo, para os militares brasileiros, isto era visto como uma ameaça ao exercício da soberania sobre o território nacional. Escrevendo em 1942, o coronel Lima Figueiredo resume os principais elementos representativos da “instabilidade” deste espaço fronteiriço:

“Para nacionalizar aquela região [...] o passo que falta dar é a nacionalização da Mate Laranjeira, onde, em 1929, só corria o “peso” argentino, onde só se fala castija e guarani, onde numa oficina vi um

⁵ Em seu artigo “O Sudoeste Paranaense antes da colonização”, Roberto Lobato Corrêa (1997a) descreve a organização espacial da economia ervateira na zona fronteiriça do sudoeste paranaense, entre 1900 e 1930, destacando o controle exercido pelas empresas argentinas as quais, além de serem as principais compradoras da erva-mate produzida na região, eram também proprietárias de terras em território brasileiro.

⁶ Ver mapas elaborados pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: *Bacia Paraná – Uruguaí: densidade da população em 1940*; *Bacia Paraná – Uruguaí: densidade da população em 1950*; *Bacia Paraná – Uruguaí: densidade da população em 1950* (em anexo)

leiteiro — “é proibido falar o português”. Há de mister a criação de outra companhia em Guaira, a qual ligar-se-á, por terra, com a de Foz, fiscalizando o trabalho nas “obrajes” onde os chefes são argentinos e os “mensús” paraguaios. Numa delas topei um anspeçada da polícia do Paraná lá destacado que se casara com uma paraguaia, ela e seus filhos só falavam guarani e ele, guaranizado, a custo articulava algo em nosso idioma!” (LIMA FIGUEIREDO, 1942: 145)

Foi, portanto, buscando “nacionalizar” esta zona fronteiriça — de modo a combater, não apenas o controle exercido pelas empresas anglo-argentinas, mas também a difusão do elemento cultural castelhano realizada por intermédio de vínculos locais de parentesco — que o governo central criaria, em 1943, o Território Federal do Iguçu, com sede em Laranjeiras do Sul, o qual abarcava grande parte da zona ocidental dos estados do Paraná e Santa Catarina⁷. Esta ação estava em consonância com a política de fronteiras empreendida pelo governo Vargas: em 1937, a constituição ampliara a largura da faixa de fronteira — zona institucional considerada estratégica para a defesa da soberania nacional — para 150 quilômetros a partir da divisa internacional⁸.

A retomada do conceito de fronteira-faixa revela, por parte do governo brasileiro, uma tentativa, marcada pela idéia de segurança nacional, de precisar as relações de vizinhança na tríplice fronteira. Como afirma Pedro Coelho:

“O aspecto zonal da fronteira surge a partir das áreas onde se notam tensões econômicas distintas (principalmente no caso das américas, onde as enormes distâncias entre os centros políticos e a periferia davam margem a conglomerados de intercâmbio, verdadeiros portos-francos em pequena escala, no mapa econômico regional)” (COELHO, 1990: 10).

Da mesma forma, quando nos referimos à zona fronteiriça paraguaia do planalto oriental do Amambay até 1950, e mesmo até 1960, estamos falando de um povoamento excêntrico em relação às regiões demográficas mais dinâmicas do território paraguaio: tratava-se de um espaço predominantemente rural, articulado preferencialmente por

⁷ O Território Federal do Iguçu seria extinto em 1946 (BERNARDES, 1952).

⁸ Como assinala M. Silva (1942), o conceito de fronteira-faixa já estava presente na legislação brasileira desde 1854, como uma zona de dez léguas acompanhando o limite internacional. Entretanto, ainda segundo o mesmo autor, a constituição de 1891 eximiu-se de precisar a largura desta faixa, indicando, de maneira vaga, que caberia à União “somente a porção de território que for indispensável para a defesa da fronteira” (id.: 750). Em 1934 a largura seria novamente fixada, agora em 100km.

região, em especial no departamento do Alto Paraná¹⁰. Em 1962, 50% da população total do país ainda estava concentrada em uma superfície correspondente a apenas 4% do território, nos departamentos adjacentes a Assunção. O quadro abaixo mostra a distribuição e a densidade populacionais do departamento do Alto Paraná, em 1950 e 1962.

Tabela 1 – Alto Paraná
Distribuição e densidade populacional (1950/ 1962)

	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	% POPULAÇÃO URBANA	DENSIDADE POPULACIONAL (Hab/Km ²)
1950	9.531	1.939	20,3	0,6
1962	24.067	1.941	8,1	1,6

Fonte: RAMIREZ (1994)

A título de comparação, o departamento Central (adjacente à capital nacional, de povoamento antigo e já bastante consolidado), possuía, em 1950 e 1962, uma densidade populacional de 62,1 e 92,9 hab/km², respectivamente. É de se notar também o forte decréscimo da população urbana no período considerado. Isto se deve, principalmente, à decadência da economia ervateira a partir da década de 1950 e que foi também registrada no Brasil porém sem o mesmo impacto no urbano (STRAUCH, 1955; CORRÊA, 1997a)¹¹. Como já foi dito, a organização espacial associada ao extrativismo florestal havia estimulado uma concentração populacional, embora ainda insipiente, nas localidades que desempenhavam a função de pontos de coleta e de escoamento da produção, em função, inclusive, do “nomadismo” (STRAUCH, 1978) da mão-de-obra no alto Paraná.

No caso do da faixa de fronteira do Oeste Paranaense temos a seguinte situação:

¹⁰ Esta unidade administrativa paraguaia havia sido desmembrada, em 1945, dos departamentos de San Pedro e Itapua e, como se pode observar nos mapas, até 1972, ocupava toda a porção oriental do país litorânea ao Brasil.

¹¹ O declínio é explicado pela queda nas importações argentinas do produto, tendo em vista que o estímulo às plantações de mate na província de Misiones, tornaria o país praticamente auto-suficiente no que se refere a este produto (STRAUCH, 1955; CORRÊA, 1997a).

Tabela 2 – Oeste Paranaense (faixa de fronteira)
Distribuição e densidade populacional (1950 /1960)

	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	% POPULAÇÃO URBANA	DENSIDADE POPULACIONAL ¹² (Hab/Km ²)
1950	43.539	4.356	10,0	1,6
1960	171.755	37.341	21,7	6,3

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1950 e 1960.

Em 1950, a região entre os rios Piquiri e Iguaçu situada dentro da faixa de fronteira era composta por apenas dois municípios, Foz do Iguaçu¹³ e Laranjeiras do Sul. Este último, entretanto, representava, em meados da década de 40, o limite da expansão da marcha pioneira do oeste paranaense, visto ser o ponto final de um dos principais eixos de penetração no oeste paranaense, aquele que partindo de Ponta Grossa atingia os campos de Guarapuava e seguia até aquela sede municipal através do divisor dos rios que marcam o limite da região (BERNARDES, 1952).

É por este motivo também que apenas o município de Foz do Iguaçu seria classificado — em 1945, pela *Comissão inter-estadual da bacia do Paraná-Uruguai* (1955) — como zona do “sertão do rio Paraná”. Portanto, se excetuarmos a área e a população de Laranjeiras do Sul à época, a densidade populacional da zona fronteiriça cairia, em 1950, para apenas 1 hab/km². Por outro lado, o percentual da população urbana, subiria para 20%, o que demonstra a atração exercida pela cidade de Foz do Iguaçu em função da singularidade de sua posição para o intercâmbio fronteiriço.

K. Muller (1974), estudando o povoamento do município de Toledo, mostra que na década de 1960 o extremo oeste paranaense é ainda uma zona pioneira, para a qual convergem correntes migratórias do norte paranaense e da região sul¹⁴. O dinamismo desta fronteira agrícola é evidenciado pelo vertiginoso crescimento populacional

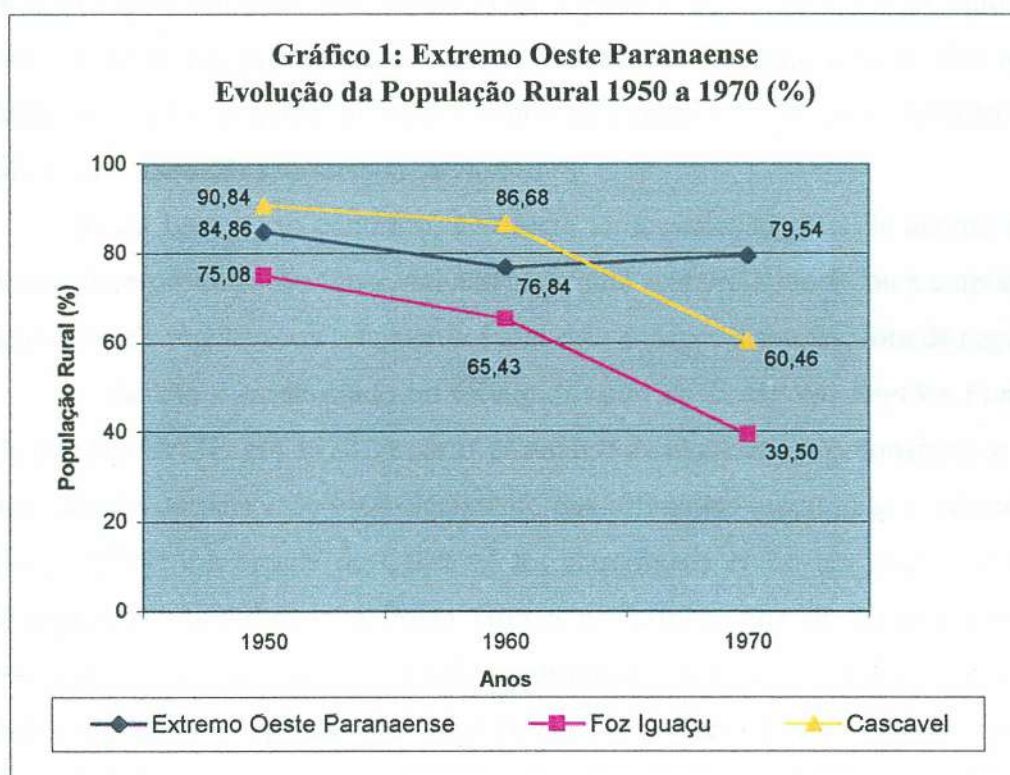
¹² O cálculo da densidade populacional foi feito através do somatório da área de todos os municípios situados, atualmente, na zona de fronteira, e da população total dos anos de 1950 e 1960.

¹³ Em 1951, três novos municípios seriam criados a partir do desmembramento de Foz do Iguaçu: Cascavel, Toledo e Guaira.

¹⁴ Segundo A. Figueiredo *et alli* (1984), em 1970, 76,39% dos habitantes do extremo oeste paranaense não eram naturais do município em que viviam.

durante a década — de 135.668 habitantes em 1960, a região passa a contar, em 1970, com 735.376 hab, apresentando uma taxa de crescimento anual de 18,4%.

Entretanto, o que se quer enfatizar aqui é a divergência, tornada mais visível a partir dos dados do recenseamento de 1970, entre as curvas de Foz do Iguaçu (e Cascável) e a dos outros municípios da região. A tendência geral à manutenção de altos contingentes populacionais nas zonas rurais é demonstrada por intermédio do **gráfico 1**.



Foz do Iguaçu, por sua vez, apresenta uma queda brusca do percentual da população rural, o mesmo acontecendo com Cascável¹⁵, porém de forma menos acentuada. Entretanto, os processos que subjazem à evolução demográfica destes dois municípios são bastante diferentes. Entre 1960 e 1970, o município de Cascável apresenta um crescimento extraordinário da população urbana, com valores de aproximadamente 580%. Observa-se também um aumento da população rural, porém em ritmo bem menos acelerado (30%). O município de Foz do Iguaçu, em função,

¹⁵ Em 1950, Cascável era ainda um distrito de Foz do Iguaçu e sua população distribuía-se da seguinte forma: População Rural: 3.603; População Urbana: 404.

sobretudo, de um processo de desmembramento, perde parte significativa de sua população rural (-30%), enquanto a população urbana apresenta um crescimento relativo de 110%.

O desenvolvimento demográfico de Cascavel — no qual nota-se um incremento dos quadros urbano e rural, porém em ritmos diferentes — é compatível com um processo de centralização crescente no que diz respeito à distribuição de bens e serviços para uma região em processo acelerado de expansão do povoamento. A aglomeração urbana deste município torna-se o *lugar central* de hierarquia mais alta no oeste paranaense. Trata-se, portanto, como vimos no capítulo 1, de uma evolução na qual predominam interações *fortemente regionais*.

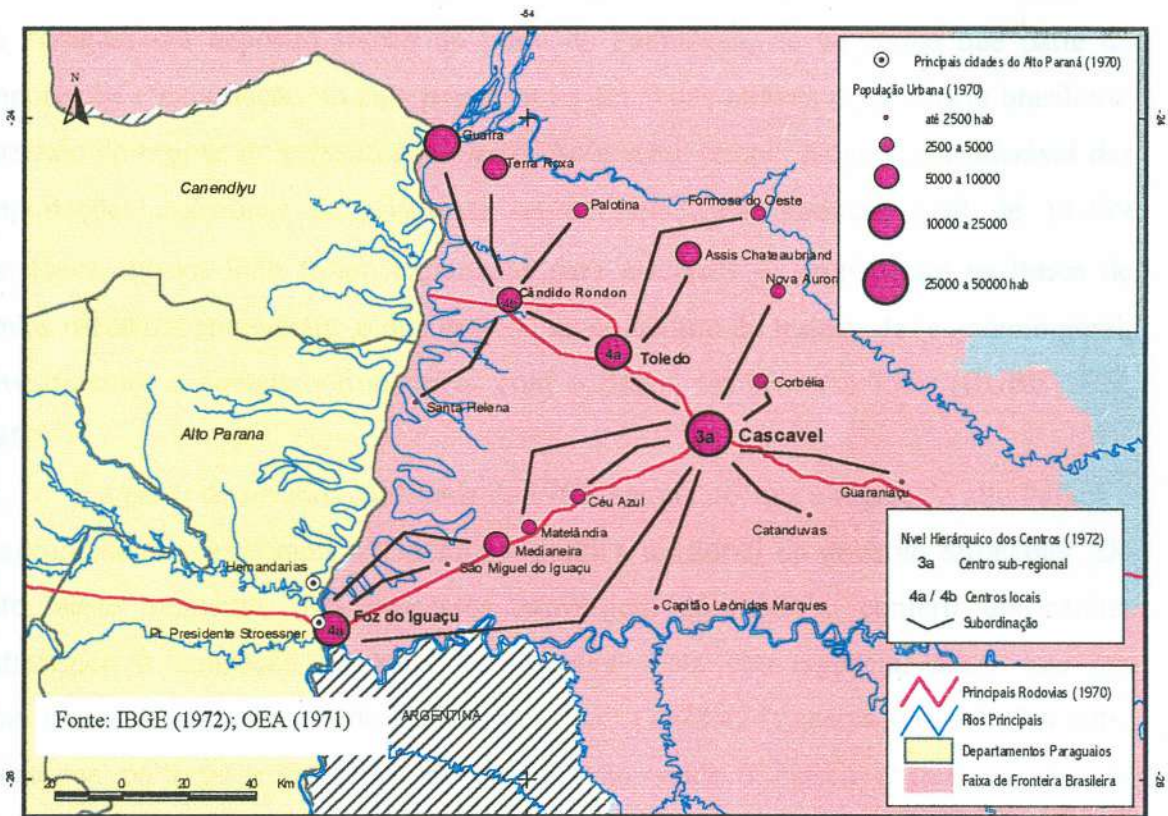
Foz do Iguaçu, ao contrário, apresenta uma evolução mais de acordo com um processo de especialização funcional não associado ao estreitamento ou à ampliação dos vínculos com a região à sua retaguarda e sim com espaços distantes, fora da região.

Tal padrão é evidenciado no estudo *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais*, realizado pelo IBGE, em 1972. A partir da análise da matriz de relacionamentos de cada centro urbano do país e do estabelecimento das diferentes hierarquias e subordinações (IBGE, 1972:13), a cidade de Cascavel foi classificada como um centro de nível 3a (*sub-regional*), subordinado à Ponta Grossa e Curitiba. Foz do Iguaçu, classificada como *centro local* (ou *centro de zona*) subordinado à Cascavel, apresenta uma área de influência restrita a apenas dois municípios (ver **Mapa 4: sub-região urbana de Cascavel, 1972**). Já em 1983, com a conclusão do estudo da *Região de Influência das Cidades*, também realizado pelo IBGE, Cascavel apresentava-se como *capital regional* do extremo oeste paranaense e Foz do Iguaçu permanecia como *centro de zona*, com uma área de influência ainda mais reduzida (IBGE, 1987).

Entretanto, esta disparidade em relação à hierarquia na rede de lugares centrais não se reflete no crescimento urbano observado nos dois municípios durante a década de 70. Neste período (entre 1970 e 1980), a população urbana de Foz do Iguaçu experimentou um crescimento relativo de 440%, o que, tendo em vista a contração de sua área de influência, só pode ser explicado pela intervenção de eventos “pontuais”. É o caso da atração de contingentes demográficos devido à construção da hidrelétrica de Itaipu (analisado adiante) e, também, a ampliação dos fluxos *transfronteiriços*

vinculada, em grande medida, à complementaridade em relação às atividades urbanas de Ciudad del Este.

Mapa 4 : Sub-região urbana de Cascavel, 1970



Fonte: IBGE (1972); OEA (1971)

Logo, acompanhando a dinâmica populacional da região do alto Paraná, é possível afirmar que a partir de 1960, ao menos no caso do extremo oeste paranaense, o adensamento da ocupação materializa estruturas que diferenciam a faixa de fronteira, criando sub-espacos funcionalmente singulares, de tal forma que o espaco fronteiro torna-se também mais complexo. Veremos que o mesmo aconteceria com o leste paraguaio, porém de forma mais acentuada na década de 1970.

c) 'Marcha para leste': a política territorial do governo Stroessner

A partir de 1954, com o golpe de estado que levou Alfredo Stroessner ao poder, o Paraguai empreenderia um progressivo alinhamento político e econômico em relação

ao Brasil. Para L. Moniz Bandeira (1993), esta inflexão teria sido motivada, acima de tudo, pelo projeto do ditador de buscar uma alternativa para o escoamento de sua produção na costa Atlântica, até então realizado quase que exclusivamente por intermédio do porto de Buenos Aires. De fato, em 1956, o governo brasileiro concede ao Paraguai um depósito franco no porto de Paranaguá, de tal forma que parte da importação e exportação do país passassem a ser feitas através do território brasileiro, gozando do *regime de trânsito aduaneiro*. Ao mesmo tempo, a queda considerável das importações argentinas de erva-mate — em 1953, da produção total de 13.439 toneladas, apenas 900t foram exportadas para este país — implicaram na busca de novos parceiros comerciais, o que derivou na assinatura do tratado de ‘comércio geral, investimentos e comércio fronteiriço’ com o Brasil, também em 1956 (GUBETICH, 1957).

É a partir de meados da década de 1960, entretanto, que a região do alto Paraná é incorporada de forma mais sistemática à política territorial do governo Stroessner. De fato, neste momento, dois processos convergem de modo a conferir um caráter estratégico à ocupação da zona de fronteira. Esta convergência, aliás, está em consonância com o estudo de H. Rivière d’Arc (1978:424) acerca das relações entre fronteiras políticas e fronteiras de colonização, onde a autora afirma que muitos governos buscaram estabelecer uma correspondência entre a ocupação estratégica do território, a qual legitima a presença militar nas zonas lindeiras, e a existência de “zonas desocupadas a serem colonizadas”.

O primeiro processo se vincula às revoltas camponesas no Departamento Central do Paraguai, ocorridas no início da década de 1960 e que determinaram a criação do Instituto de Bienestar Rural (IBR), em 1963. Este órgão estaria encarregado, entre outras funções, de dirigir a colonização do planalto oriental, a qual deveria funcionar como uma ‘válvula de escape’ às tensões geradas pela falta de acesso à terra nas áreas de povoamento já consolidado (PALAU, 1998). A partir do mapeamento das colônias agrícolas fundadas até o início da década de 1980 (KOHLHEPP, 1984), é possível perceber que o principal eixo de estruturação do povoamento da região seria a rodovia, asfaltada em meados da década de 60, ligando Assunção à recém fundada cidade de Puerto Presidente Stroessner (1957) (ver **Mapa 1** acima). Além disso, dentre as colônias criadas pelo governo, duas se destacam por sua posição nos principais

lugares de comunicação sobre o rio Paraná: a primeira, colônia Stroessner, fundada à retaguarda da cidade de mesmo nome e, a segunda, uma colônia militar a oeste de Saltos de Guairá, sobre o rio Carapá.

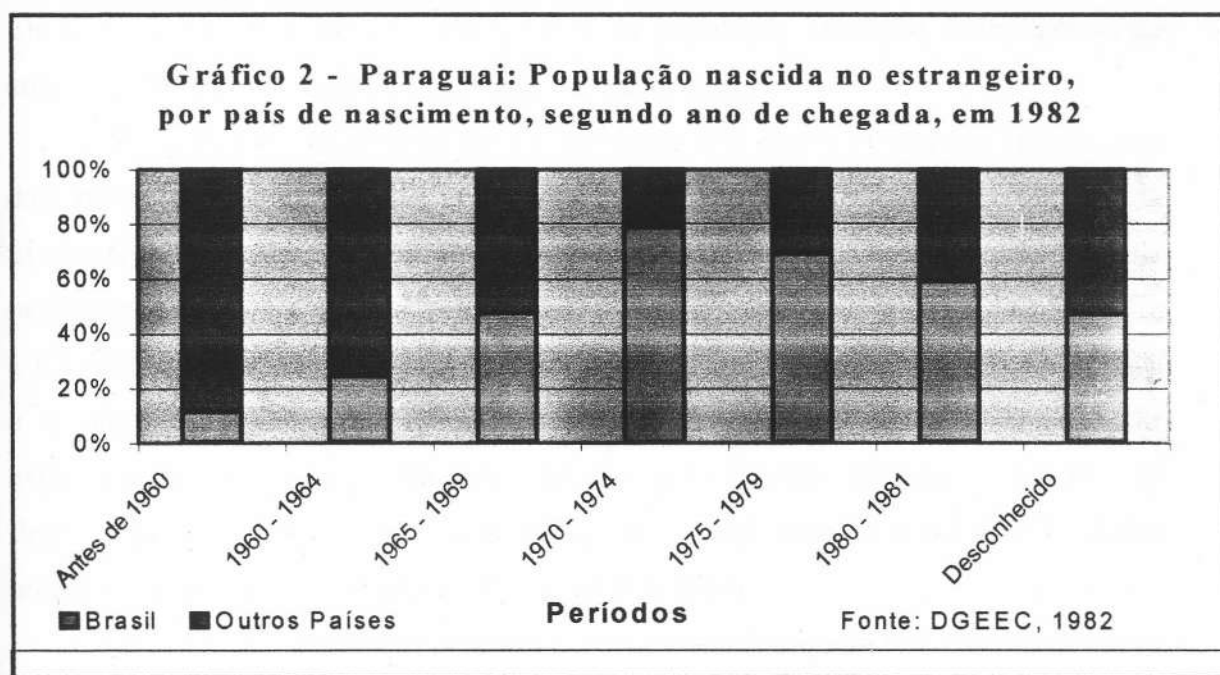
O segundo processo foi a “ofensiva diplomática”, empreendida pelo governo brasileiro a partir do golpe militar de 1964, visando incorporar o Paraguai à sua área de influência (MONIZ BANDEIRA, 1993). Parte desta ofensiva, a construção da Ponte da Amizade, inaugurada em 1965, ligando as cidades de Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner, materializava a alternativa atlântica do comércio internacional paraguaio. Da mesma forma, o Ato de Iguaçu, assinado em 1966, pelos presidentes Stroessner e Castelo Branco, selaria o acordo para a utilização conjunta do potencial hidrelétrico do rio Paraná. A contrapartida paraguaia, em 1967, foi a exclusão do texto que proibia a venda de terras a estrangeiros nas fronteiras do país da Lei das Terras de 1940 (SPRANDEL, 1998), legalizando assim a ação das empresas colonizadoras brasileiras e, por conseguinte, a expansão da fronteira agrícola, a partir das regiões norte e oeste do Paraná para o planalto oriental do Amambay.

Ao mesmo tempo, entre 1967 e 1977, as terras devolutas do leste paraguaio foram vendidas a indivíduos ligados ao governo e, especialmente, aos círculos militares (KOHLEPP, 1984). Logo, no caso do Paraguai, a presença militar na zona fronteira não obedeceria apenas uma lógica estratégica visando assegurar a soberania do estado nacional sobre suas margens. Da forma como foi empreendido, o processo de apropriação das terras do planalto oriental para serem posteriormente negociadas com indivíduos e empresas brasileiras, teria como principal beneficiário a própria elite militar, cuja presença nesta área era justificada pela retórica da segurança nacional.

A participação da elite militar não se restringiria, aliás, ao mercado de terras: participavam também do comércio / contrabando de madeiras, que se tornava mais rentável à medida que se ampliava a colonização brasileira em território paraguaio. O montante do lucro realizado por intermédio desta atividade pode ser estimado em função do ritmo de desflorestamento das selvas pluviais do planalto oriental entre 1945 e 1980. Neste período, segundo informações do Serviço Florestal de Assunção compiladas por Kohlhepp (1984: 21), a área florestal da região havia decrescido de 75% para 23%.

Desde a década de 1950 este comércio já era realizado, porém em menor escala, pela fronteira seca de Pedro Juan Caballero / Ponta Porã, na região norte do planalto de Amambay onde, em função da expansão da economia ervateira e posteriormente, da economia cafeeira, a vegetação natural estava reduzida a apenas 33% da cobertura original, ainda segundo os dados de G. Kohlhepp (1984). Outro lugar importante para este comércio de madeiras era Puerto Presidente Franco, cidade que confinava com Foz do Iguazu e Puerto Aguirre (atual Puerto Iguazú, na Argentina), antes da fundação de Puerto Presidente Stroessner (GUBETICH, 1957).

O processo migratório brasileiro com destino ao leste paraguaio, em grande medida vinculado à política territorial de Stroessner, apresenta, segundo T. Palau (1998), duas fases bastante distintas (ver Gráfico 2)¹⁶.



A primeira, durante a década de 1960, é composta, principalmente, por migrantes nordestinos com uma longa trajetória de sucessivas migrações. Estes

¹⁶ Embora o gráfico mostre a população estrangeira residente em todo o país, em 1982, sabe-se que o contingente mais importante de migrantes brasileiros dirigiu-se para a 'cordilheira' de Amambay (PALAU, 1998). Em 1980, segundo estimativas de G. Kohlhepp (1984), 60% da população da região era composta de brasileiros.

indivíduos instalam-se na região na condição de ‘agregados’ nas grandes propriedades comercializadas pelas empresas colonizadoras. A partir da década de 1970, em especial a partir de 1975, a migração brasileira se faz de forma mais sistemática e organizada. Nesta segunda fase predominam colonos sulistas, de origem européia, sobretudo alemã e italiana, muitos dos quais chegam ao Paraguai na condição de proprietários (KOHLHEPP, 1987 e PALAU, 1998).

A partir deste momento não apenas se intensificam significativamente os fluxos migratórios brasileiros mas modifica-se a organização do espaço agrário em função da expansão da agricultura mecanizada da soja: seguiu-se o mesmo padrão evolutivo que ocorreu no oeste paranaense, a concentração fundiária, a valorização do preço da terra e a modernização tecnológica, associadas ao esvaziamento demográfico relativo das áreas rurais (PALAU, 1998). A migração brasileira dirigiu-se predominantemente para as zonas rurais e, em 1982, segundo os dados da *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos* (DGEEC, 1982), 75% da população brasileira economicamente ativa, residente no Paraguai, era formada por agricultores¹⁷.

Ao mesmo tempo, a existência de profundas assimetrias das normas vigentes nos dois países (Brasil e Paraguai), no que tange aos sistemas tributários, foi também fundamental para a aceleração dos fluxos migratórios brasileiros em direção ao leste paraguaio. Não apenas o preço da terra na região correspondia, em fins da década de 70, a 1/7 daquele registrado no Oeste Paranaense, como também os impostos sobre a renda e a propriedade territorial eram consideravelmente mais baixos. Finalmente, as exportações de soja e trigo não eram taxadas pelo governo paraguaio, enquanto no Brasil o aumento deste tributo acompanhou em grande medida a valorização destes produtos no mercado internacional (KOHLHEPP, 1984).

Para os objetivos deste trabalho é necessário sublinhar não tanto as mudanças na organização do espaço agrário decorrentes do “extravasamento” da fronteira agrícola brasileira para o planalto oriental de Amambay (estudadas minuciosamente por G. Kohlhepp, 1984; 1987), nem somente as questões associadas ao deslocamento de enormes contingentes de colonos e trabalhadores rurais brasileiros para a região,

¹⁷ Todos os autores que estudam o Paraguai são unânimes em afirmar que são subestimadas as cifras oficiais a respeito do número de brasileiros residentes no Paraguai. Enquanto o órgão estatístico do governo resenceou, em 1982, 97.800 brasileiros, outras fontes sugeram que, em 1984, já seriam 400 mil brasileiros no Paraguai (ver PALAU, 1998, para uma discussão destas cifras).

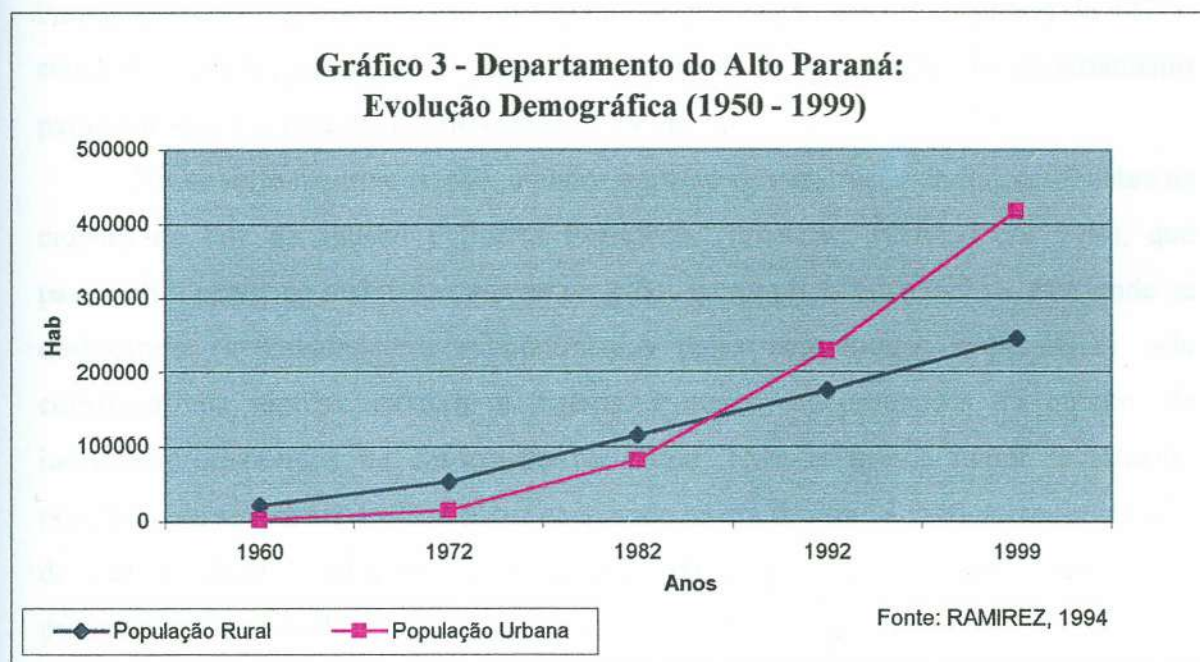
analisadas por T. Palau (1998) e M. Sprandel (1998), mas o caráter singular que a ação do governo paraguaio assume nesta expansão, alterando, dentro dos limites do seu território, os sistemas de venda de terras, de cobrança de tributos e de concessão de créditos agrícolas para facilitar e atrair os fluxos comerciais brasileiros, ademais de ativar e orientar o processo de apropriação de terras e de colonização com nacionais do país vizinho. Em decorrência dessa política *sui generis*, a organização do sistema espacial na zona de fronteira torna-se produto de uma aliança entre a elite governamental de um país e empresários e imigrantes do país vizinho.

A isenção do imposto sobre a exportação da soja pelo Paraguai desde a década de 70, por exemplo, estimulou vínculos trans-fronteiriços, decorrentes, não raro, da nacionalidade compartilhada: o território paraguaio — e em especial o departamento do Alto Paraná — passou a ser utilizado para a declaração contábil da produção, de tal forma que os produtores brasileiros pudessem evadir os encargos tributários de seu país sobre a exportação. A coincidência entre as rotas de escoamento da produção de soja paranaense e paraguaia via o porto de Paranaguá (*O Estado de São Paulo*, 3 de Março de 1988, p.15), bem como o monopólio do armazenamento e da distribuição exercido pelas cooperativas situadas em Cascavel, no Paraná (KOHLHEPP, 1984), viabilizaram esta operação, fundada na exploração de diferenças normativas entre os dois países e na existência de uma rede local de ‘solidariedade’ quanto às operações de caráter legalmente duvidosas.

Associado à expansão da fronteira agrícola brasileira, o departamento do Alto Paraná experimentou, também a partir da década de 1970, um processo acelerado de urbanização, cujos principais motores foram: a) a construção da hidrelétrica de Itaipu; b) a concentração fundiária, não apenas no departamento, mas também na zona central do país e, principalmente; c) a especialização funcional do adensamento urbano formado pelas cidades de Presidente Puerto Stroessner, Puerto Franco e Hernandarias na faixa da tríplice fronteira, destinada ao comércio de reexportação (ou triangulação), inicialmente vinculado ao pólo de Foz do Iguaçu.

2.4 Urbanização e diferenciação na fronteira paraguaio-brasileira

A (transição demográfica) no departamento do Alto Paraná (Paraguai) começa a ocorrer a partir de 1970 (Gráfico 3) e, mais especificamente a partir da década de 1980. Enquanto a curva da população rural apresenta um crescimento linear, o incremento da população urbana ocorre de forma exponencial e, em 1992, a unidade administrativa se torna predominantemente urbana.



Dentre as causas apontadas para o crescimento urbano observado durante o período, está, em primeiro lugar, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Como já mencionado, em 1966, com a assinatura do 'Ato de Iguazú', Brasil e Paraguai selam o acordo de utilização do potencial hidrelétrico do Rio Paraná, entre Sete Quedas / Saltos del Guairá e Foz do Iguazú. Um estudo de viabilidade foi executado de 1970 a 1973 por uma *joint-venture* formada pela *International Engineering Company* (São Francisco) e *Electroconsult* (Milão). O resultado do estudo indicou que a melhor localização da hidroelétrica seria em um ponto 15 km acima de Foz de Iguazú, aonde o rio tem apenas 450 m de largura e o potencial de geração de energia mais barata (KOHLHEPP, 1987).

Em Maio de 1974, o projeto foi oficialmente inaugurado com a fundação da empresa Itaipu Binacional, companhia encarregada de implementar todo o projeto.

O período que se estabelece entre a fundação da hidrelétrica, em 1973, e a ignição da primeira turbina, em 1984, foi um dos mais contundentes no que diz respeito ao êxodo rural e crescimento da população urbana tanto no lado paraguaio como brasileiro. No extremo oeste do Paraná (Brasil), registrou-se, entre 1970 e 1980, um aumento da população urbana de 225%, passando a representar 50,4% do total populacional da então micro-região (IBGE, 1980). Por sua vez, o departamento do Alto Paraná (Paraguai) apresentou um incremento da população urbana da ordem de 447%, subindo a participação desta população no total da população do departamento paraguaio de 22% para 41,7% (RAMIREZ, 1994).

Nesse surto de urbanização, o maior impacto da construção de Itaipu foi sobre as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner (Ciudad del Este), que passaram a servir de residência aos empregados da empresa binacional e para onde se deslocaram os trabalhadores subcontratados pelas empreiteiras responsáveis pela construção da represa. Abaixo, a **Tabela 3** mostra as oscilações do número de indivíduos envolvidos na construção de Itaipu. Nota-se que o maior incremento populacional se deu em 1978, a partir de quando há um declínio significativo no número de sub-contratados, enquanto o contingente de empregados regulares permaneceu praticamente inalterado.

Tabela 3: Número de pessoas empregadas no projeto de Itaipu (1974 – 1983)

Ano	Itaipú Binacional	Empreiteiras	Empregados de Itaipú (%)	Total
1974	596	-	100,0	
1975	1.188	4.549	20,7	5.737
1976	1.401	12.005	10,5	13.406
1977	1.625	20.860	7,2	22.485
1978	1.891	29.427	6,0	31.318
1979	2.014	24.590	7,6	26.604
1980	2.032	22.726	8,2	24.758
1981	2.008	25.908	7,2	27.916
1982	2.081	17.140	10,8	19.221
1983	2.175	10.280	17,5	12.455

Fonte: Itaipú Binacional 1984 (IN KOHLHEPP, 1987:73)

Entretanto, mesmo com o término das obras, não se observa um decréscimo populacional nos distritos onde os efeitos da construção da hidrelétrica se fizeram sentir de forma mais intensa: o distrito de Pt. Presidente Stroessner apresentou um crescimento de 114%, entre 1982 e 1992, ainda que durante este período tenha perdido parte de sua área para novas unidades administrativas recém emancipadas (RAMIREZ, 1992). Já no distrito brasileiro de Foz do Iguaçu, o crescimento relativo da população urbana alcançou 94%, entre 1980 e 1991 (IBGE, 1980 e 1991).

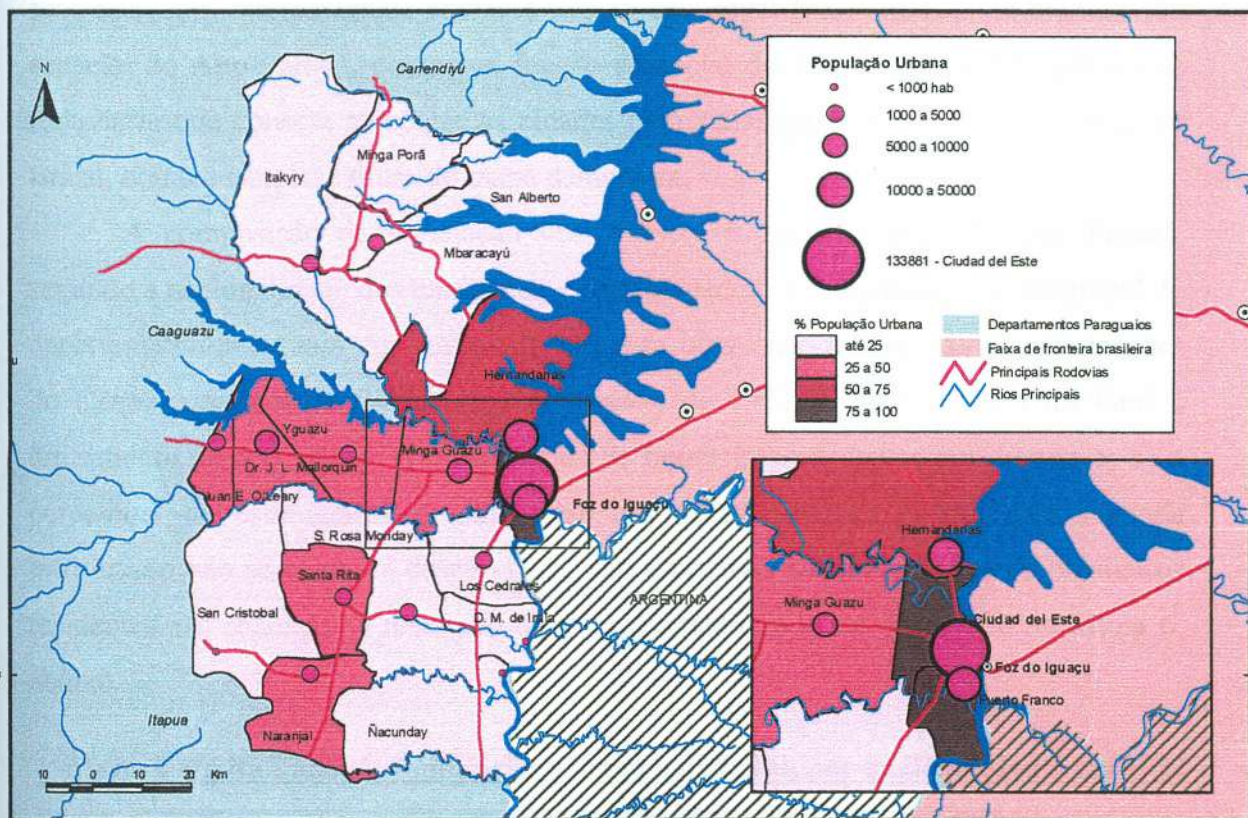
Como demonstra G. Kohlhepp (1987), isto se deve, em parte, ao fato de que a própria implantação da usina representou uma significativa ampliação da infra-estrutura urbana das cidades-gemêas¹⁸, evento este que parece ter sido importante na atração de fluxos migratórios internos do próprio estado. Outro evento que pode explicar o incremento urbano foi a pavimentação da Ruta 7 (no Paraguai) e a construção da ponte da Amizade que, num prazo mais longo, fez com que as duas cidades se tornassem um dos principais pontos de conexão entre o Brasil e o Paraguai. No mesmo sentido agiria, como veremos adiante, o processo de especialização funcional complementar da economia das cidades fronteiriças no comércio de reexportação.

Apesar da convergência de crescimento urbano nos dois lados da fronteira, outras características do processo de urbanização mostram que esta foi acompanhada de uma diferenciação interna da zona de fronteira no que diz respeito à predominância de certos tipos de interação espacial, uma diferença, aliás, também observada em relação à evolução demográfica, desde a década de 1970.

Em linhas gerais, a urbanização no departamento do Alto Paraná (Paraguai) ocorreu de forma extremamente concentrada em Puerto Presidente Stroessner (que, em 1989, com a queda do presidente, passaria a se chamar Ciudad del Este), Puerto Franco e Hernandarias, conformando uma 'área metropolitana' (PENNER, 1998) que, em 1992, contava com 193.886 habitantes, isto é, 84% da população urbana do Alto Paraná (Ver **Mapa 5 – Alto Paraná: urbanização, 1992**).

¹⁸ G. Kohlhepp (1987: 74) avalia esta ampliação por intermédio do crescimento do número de lojas, escolas, serviços e da área urbana pavimentada.

Mapa 5 – Alto Paraná: urbanização, 1992



Fonte: DGEEC, 1992

No restante do departamento, onde é nítida a predominância da população rural, alguns distritos sobressaem por um grau de urbanização relativamente mais elevado, sobretudo na porção sul, onde a expansão da agricultura mecanizada da soja ocorreu de forma mais acelerada (PALAU, 1998), e ao longo do principal eixo de articulação do departamento paraguaio com Assunção e o Brasil.

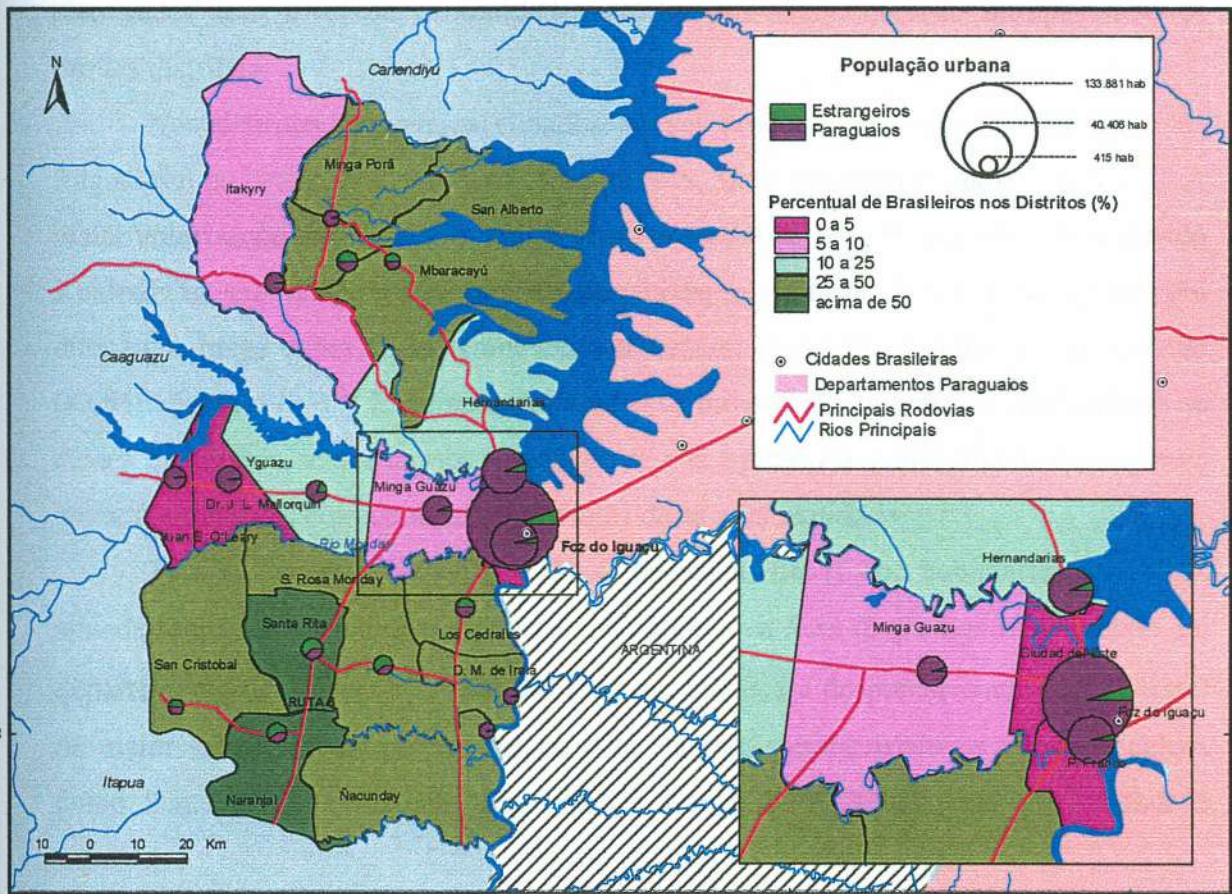
Examinado a evolução demográfica do conjunto das cidades do Alto Paraná e seu padrão de interação espacial, R. Haesbaert (1999) sugere que existem dois padrões espaciais distintos: de um lado, Ciudad del Este, preferencialmente articulada a redes internacionais e, de outro, uma ainda embrionária rede de pequenas cidades “quase brasileiras” no Paraguai, conectadas aos centros urbanos brasileiros [do extremo oeste paranaense] através do circuito da soja.

No entanto, um exame mais atento da rede de circulação rodoviária mostra que Ciudad del Este é o nóculo principal desta rede, ou seja o *lugar central* no espaço regional do Alto Paraná. Portanto, ao contrário do que sugere Haesbaert, não é possível

desvincular Ciudad del Este do espaço regional paraguaio, como se a importância de suas conexões internacionais anulasse não só seu papel local-regional na organização espacial do Alto Paraná, como sua função essencial de 'relais' na rede de circulação rodoviária que conecta as pequenas cidades paraguaias aos centros urbanos do sul do Brasil, como a simples leitura do mapa demonstra.

A composição da população dos distritos e áreas urbanas do Alto Paraná, segundo a nacionalidade dos habitantes, é um indicador da diferenciação subregional do departamento paraguaio em termos de presença brasileira. Analisando as informações do *Censo Nacional de Población y Viviendas*, de 1992 (DGEEC, 1992) foi feito o cruzamento de dois dados: i) o percentual de brasileiros residentes por distrito e; ii) o percentual de estrangeiros e paraguaios nas sedes distritais (como esta segunda informação não se encontra desagregada, não é possível saber o número de brasileiros residentes nas cidades). O resultado deste cruzamento pode ser observado no **Mapa 6**, abaixo.

Mapa 6 – Alto Paraná: População urbana e distrital, por nacionalidade, em 1992



Fonte: DGEEC, 1992

Tendo em vista que a população brasileira representava, em 1992, 86% do total de imigrantes estrangeiros residentes no departamento (DGEEC, 1992), é de se esperar que a verificação de uma correlação espacial entre um elevado contingente de brasileiros no distrito e um alto percentual de estrangeiros na sede indique que este último é composto, principalmente, por indivíduos daquela nacionalidade. Como se depreende do mapa acima, a população brasileira no departamento concentra-se, sobretudo, ao sul do rio Monday, e nos distritos de Mbaracayú, San Alberto e Minga Porã, ao norte.

Segundo T. Palau (1998), a porção norte do departamento do Alto Paraná foi colonizada, durante a década de 1970, por um contingente populacional originário, principalmente, das regiões Centro-oeste e Nordeste do Brasil. No entanto, a concentração fundiária, apesar de menos intensa que na porção sul (onde a soja acentuou o processo de concentração), provocou, de um lado, o retorno migratório para o Brasil e, de outro, o deslocamento do tipo rural-urbano para as sedes distritais do norte do Alto Paraná. Entretanto, esta ainda uma região com predomínio da população rural e com sedes com nível de centralidade restrito, provavelmente não ultrapassando os limites distritais.

Nos distritos paraguaios situados ao sul predominam migrantes oriundos da Região Sul do Brasil. Este é o caso de Santa Rita, Santa Rosa del Monday e Naranjal. A maior valorização das terras e o mais intenso processo de concentração fundiária devido à entrada da soja resultou aqui também em fluxos migratórios do tipo rural-urbano, em direção a essas sedes, que tampouco apresentam nível hierárquico muito elevado (KOHLHEPP, 1984)¹⁹. É de se supor que esse movimento migratório rural-urbano se deva a brasileiros, se aceitarmos a dedução de que a presença majoritária de estrangeiros nas sedes distritais corresponda a indivíduos desta nacionalidade.

Para R. Haesbaert (1999), a cidade de Santa Rita (2.865 habitantes, em 1992), situada sobre o principal eixo rodoviário da região — a *Ruta 6*, que liga Encarnación, no departamento de Itapua, à Ciudad del Este — começa a despontar como lugar central de maior hierarquia na porção sul do Alto Paraná, subordinando os outros núcleos como Santa Rosa (1760 hab., em 1992) e Naranjal (1987 hab., em 1992), onde é

¹⁹ A importância destes fluxos pode ser deduzida do fato de que todos os distritos onde o percentual de brasileiros ultrapassa 25% da população total foram emancipados depois de 1982 (RAMIREZ, 1994).

também predominante a população de origem brasileira. A leitura dos trabalhos de G. Kohlhepp sugere a hipótese de que as sedes distritais da porção sul do Alto Paraná estariam, pelo menos até a década de 1980, na área de influência de Cascavel, onde estavam situadas as sedes de várias cooperativas ligadas ao complexo da soja.

As cidades de Los Cedrales e San Cristobal apresentam o mesmo padrão observado no grupo de cidades visitado por Haesbaert, ou seja, uma alta concentração de brasileiros no distrito e uma alta concentração de estrangeiros nas sedes distritais.

Ainda na porção sul, porém, na fronteira paraguaio-argentina, encontram-se pequenos núcleos correspondentes ao período mais antigo de povoamento (anterior à década de 50), como D. M. Irala (571 hab., em 1992) e Ñacunday (486 hab, em 1992), nos quais a população paraguaia é predominante. Estes centros, que foram importantes portos fluviais durante o período mais dinâmico da economia ervateira, foram marginalizados pela atual organização do espaço com predomínio das interações brasileiro-paraguaias. Logo, estão desarticulados da embrionária rede de cidades da porção sul (embora a população dos distritos apresente contingente significativo de migrantes brasileiros), bem como da 'área metropolitana' de Ciudad del Este.

Na porção central do departamento do Alto Paraná, os centros situados ao longo do eixo que articula Ciudad del Este à Assunção (Ruta 7) apresenta um baixo percentual de brasileiros nos distritos correspondentes, uma vez que para elas foi orientada grande parte da colonização dirigida pelo governo paraguaio (KOHLHEPP, 1984). Minga Guazú (8914 hab, em 1992), Dr. J. L. Mallorquin (5760 hab.) e Juan O' Leary (3397 hab.), caracterizam-se por uma população urbana quase que exclusivamente paraguaia e por um tamanho populacional relativamente maior ao das outras cidades mencionadas, com exceção, é claro, daquelas situadas nos distritos limítrofes ao Brasil. Vinculam-se, sobretudo, à economia de reexportação de Ciudad del Este, como é o caso de Minga Guazú, onde estão situados os parques industriais *Oriental* e *Mercosur*, além de depósitos e infra-estrutura de transportes, como um terminal de Contêineres e o Aeroporto Guarani (PENNER, 1998).

Outro dado que mostra a relevância das interações brasileiro-paraguaias é de âmbito cultural: a identidade cultural de muitos dos núcleos urbanos paraguaios tende a ser ambígua, tendo em vista que nelas se utiliza moeda brasileira e se fala português e não a língua nacional (ver **tabela 4**) (SPRANDEL, 1998).

**Tabela 4 - Alto Paraná:
Percentual de domicílios por idioma, na área urbana, em 1992**

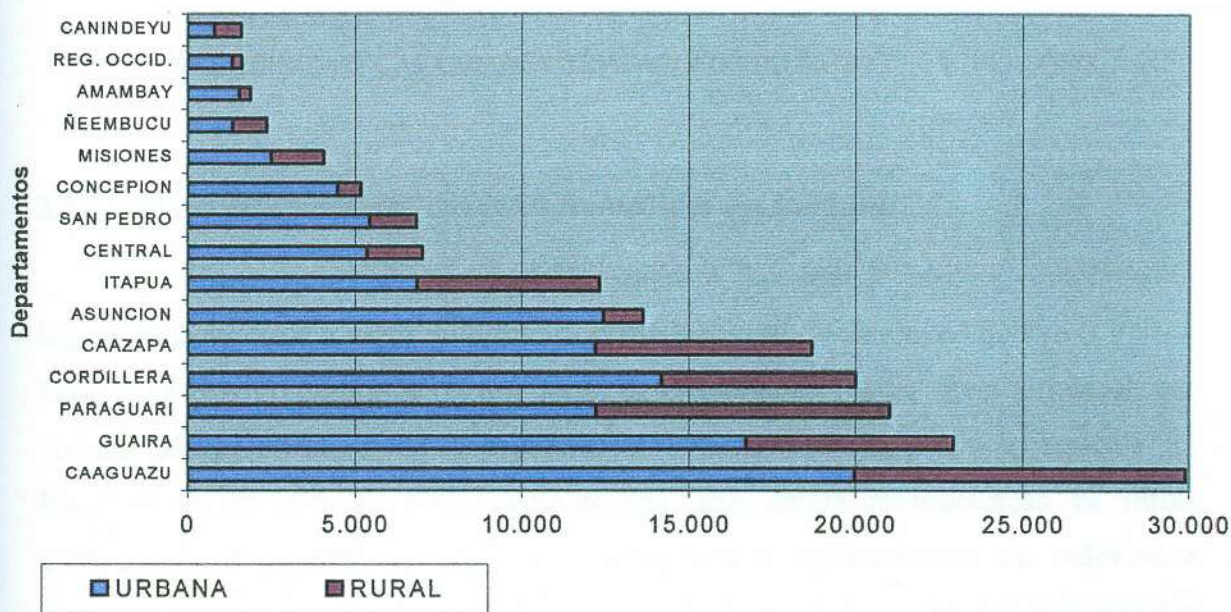
Distritos	Castelhano e/ou Guarani	Outro Idioma	Não Informado
SANTA ROSA DEL MONDAY	16,8	82,8	0,5
NARANJAL	18,7	80,4	0,9
SAN ALBERTO	19,7	80,3	0,0
MBARACAYU	21,9	77,2	0,9
SANTA RITA	26,0	73,4	0,6
LOS CEDRALES	26,7	73,3	0,0
SAN CRISTÓBAL	28,7	71,3	0,0
IGUAZÚ	68,5	31,5	0,0
MINGA PORA	84,9	15,1	0,0
HERNANDARIAS	96,1	3,8	0,2
CIUDAD DEL ESTE	96,8	3,1	0,1
MINGA GUAZU	97,4	2,6	0,0
JUAN E. O'LEARY	98,6	1,4	0,0
ITAQUYRY	98,5	1,3	0,2
PRESIDENTE FRANCO	98,1	1,2	0,7
DR. JUAN LEON MALLORQUIN	99,4	0,6	0,0
ÑACUNDAY	99,0	0,0	1,0
D. MARTINEZ DE IRALA	100,0	0,0	0,0
AREA URBANA	92,6	7,2	0,2

Fonte: DGEEC, 1992

Outra característica demográfica importante do Alto Paraná, comum a outras zonas fronteiriças no continente americano (GANSTER, 1997; BENTANCOR, 1995), é a atração exercida sobre a população de outras unidades administrativas do país, gerando intensos fluxos de migrantes internos em direção à região e, sobretudo, para as cidades aí situadas (ver **gráfico 4**, abaixo). No caso do Alto Paraná, em 1992, 70% dos fluxos migratórios a partir de outros departamentos se orienta para as cidades da faixa de fronteira internacional e, é de se esperar, para aqueles núcleos urbanos aonde, como vimos, predomina a nacionalidade paraguaia na composição populacional.

Dentre estes fluxos, destacam-se aqueles provenientes dos departamentos de Assunção, Central e Concepción, onde se situam as principais aglomerações urbanas do país (ao lado de Ciudad del Este), para os quais a área urbana é a principal zona de atração.

Gráfico 4: Alto Paraná: Imigrantes internos, por área, segundo lugar de nascimento, em 1992



Fonte: DGEEC, 1992

A título de comparação, segundo P. Ganster (1997: 249-250), a migração interna é um dos principais fatores que moldam o quadro demográfico da fronteira entre o México e os Estados Unidos. Em 1980, a população das municipalidades da fronteira era composta de 48.9 % de migrantes, sendo 8.4 % de estrangeiros. No caso do departamento do Alto Paraná, tendo em vista que a dinamização do espaço fronteiriço é ainda um processo recente, em 1992, 59% da população era composto por migrantes, dos quais 15% provenientes de outros países (DGEEC, 1992).

Finalmente, a área metropolitana de Ciudad del Este, é composta sobretudo pela população de origem paraguaia. Observa-se, ainda, um outro tipo de fluxo migratório, associado às diversas diásporas internacionais, sobretudo chinesa, coreana e árabe-libanesa, que confirma as funções comerciais internacionais da cidade paraguaia (PENNER, 1978). De fato, o caráter multi-étnico desta aglomeração dá uma idéia do peso das interações fortemente extra-regionais e da articulação a redes transnacionais diversas. Em vista disso, passaremos a estudar, de forma mais detalhada, alguns aspectos destas interações, destacando aquelas que articulam as cidades-gêmeas de Ciudad del Este e Foz do Iguazu.

CAPÍTULO 3

INTERAÇÕES ESPACIAIS E AS CIDADES GÊMEAS: FOZ DO IGUAÇU – CIUDAD DEL ESTE

3.1 *Comércio Internacional, conexões fronteiriças e o Mercosul*

A infra-estrutura de transporte brasileira é, em grande medida, tributária da lógica implementada a partir do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND - 1972 / 1974). O programa “Corredores de Exportação”, cuja meta principal era “modernizar as estruturas de comercialização e distribuição da produção agrícola” (I PND, in DOMINGUES, 1995), empreendeu uma ampla reestruturação na infra-estrutura de transportes nacional, com a abertura e melhoramento da rodovias e ferrovias e modernização dos principais portos do país – Vitória, Santos, Paranaguá e Rio Grande (MONIZ BANDEIRA, 1993 e DOMINGUES, 1995). Tal reestruturação foi concebida com vistas à conformação de “corredores transportes”, os quais viabilizariam o escoamento e a exportação da produtos agrícolas e minerais de suas respectivas *hinterlândias*.

Entre os aspectos associados a este programa, destaca-se, em primeiro lugar, a reorientação de parte dos fluxos materiais operada pela implementação de tais corredores, em especial no que tange à circulação entre os países platinos. Segundo Moniz Bandeira (1993: 229), ao eixo formado pelo sistema fluvial da Bacia do Prata (orientado na direção Norte-Sul) – cujo principal “centro de gravitação” localizava-se em Buenos Aires – superpôs-se outro, na direção Oeste-Leste, possibilitando a incorporação (no que tange ao escoamento da produção agrícola) da Bolívia, Paraguai, do Norte uruguaio e nordeste argentino às zonas polarizadas pelos corredores brasileiros. Da mesma forma, durante a década de 80, com o embargo sofrido pela Argentina por parte da CEE e dos Estados Unidos, grande parte da produção agropecuária deste país foi escoada por meio da mesma infra-estrutura dos corredores de transporte brasileiros implementados na década anterior. Uma operação triangular – uma vez que os produtos argentinos entravam em território brasileiro e daí eram reexportados, principalmente, para a Europa – que, embora não diretamente lucrativa

para o Brasil e, aliada a outros fatores de ordem conjuntural, em muito favoreceu o ulterior estreitamento dos laços comerciais entre os dois países (MONIZ BANDEIRA, 1993: 289).

Embora o programa “Corredores de Exportação” obedecesse a uma lógica predominantemente nacionalista (de integração nacional), sobressaem, em sua estrutura mesmo, dois eixos de transporte que desempenharam (e de fato, desempenham até hoje) um papel fundamental na articulação do país com seus vizinhos do Prata, quais sejam, a rodovia BR-277, que liga o Paraguai via Puerto Strossner (atual Ciudad del Este) – Foz do Iguaçu à Curitiba e ao porto de Paranaguá, e a rodovia BR-290, ligando a Argentina via Paso de los Libres – Uruguiana a Porto Alegre e, através de um entroncamento desta com a BR- 392 ao porto de Rio Grande.

Em segundo lugar, nota-se que a estruturação das vias de transporte que compõem estes corredores (estamos aqui nos referindo especialmente aos troncos rodoviários federais) obedece a um padrão que Savy (1993) denomina axial, ou em rede. Tal padrão descortina a própria intenção do programa em questão, qual seja, a de articular “áreas (zonas rurais e de mineração), pontos (locais de armazenamento, transformação e transbordo) e linhas (rodovias, ferrovias e hidrovias)” (DOMINGUES, 1995). Na escala nacional, e também internacional, esta organização implica uma morfologia em que, segundo Savy (1993: 216), despontam, de um lado, centros nodais hierarquizados – de acordo com a função que desempenham no conjunto das redes e o número de conexões (*links*) que possuem com outros pontos – e fortemente conectados, a despeito da distância absoluta que os separa e, de outro, espaços intersticiais não-conectados, os quais permanecem em grande medida à margem da dinâmica de interações que anima os nós das ditas redes. Além dos portos, cuja nodalidade está implícita na própria estrutura dos corredores, os pontos privilegiados no interior do território, destacavam-se por sua posição em importantes entroncamentos modais ou intermodais (DOMINGUES, 1995). A ausência das cidades de fronteira no rol de centros privilegiados pelo programa reafirma a orientação atlântica, ainda neste momento preferencial, do comércio internacional brasileiro, muito embora, como já foi sublinhado, parte do processo de reordenação dos fluxos comerciais do país tenha ocorrido na esteira deste mesmo projeto.

Finalmente, deve-se salientar também que, a despeito do argumento de Domingues (1995: 53) segundo o qual os “corredores de exportação” implicavam, necessariamente, a articulação de uma “rede intermodal de transporte”, uma opção nítida pode ser observada, no que se refere às vias de articulação:

Nesta estruturação do território nacional, linhas de integração espacial referenciam-se à conjugação de longos eixos de transporte com os principais portos do país. De fato, grandes troncos rodoviários atendem ao escoamento da produção de áreas de extrema interiorização [...]. Por sua vez, a flexibilidade do caminhão converteu-o no instrumento, por excelência, de abertura de estradas [...]. (DAVIDOVICH, 1997: 221)

Como vimos, a estruturação do eixo de transporte Assunção – Paranaguá (ou Santos), esteve ligada tanto à política externa do governo Stroessner, quanto à “ofensiva diplomática” empreendida pelo governo brasileiro, sobretudo a partir de 1964, visando a anexação do Paraguai à sua área de influência. A partir deste momento, as cidades-gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este tornam-se a principal *conexão fronteiriça* do comércio binacional entre Brasil e Paraguai. Contudo, a importância, em termos do volume dos fluxos que se servem deste *lugar de comunicação* entre os dois países sofre uma mudança significativa com o processo que viria a integrar os dois países em um mesmo bloco comercial regional: o Mercosul.

Com a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai estabeleceram um pacto de integração regional denominado Mercado Comum do Sul (Mercosul). Entretanto, a despeito de sua designação – “Mercado Comum” – o bloco permaneceu, até 1995, como uma Zona de Livre Comércio (com a abolição progressiva de 95% dos direitos alfandegários internos). Com a adoção da Tarifa Externa Comum (para o comércio com países extra-bloco¹) em 1º de janeiro de 1995, atingiu-se um primeiro estágio para a conformação de uma União

¹ A Tarifa Externa Comum (TEC), é um índice para o qual devem convergir (em um prazo que varia entre 2001 e 2006) as tarifas externas operadas pelos diferentes setores das economias nacionais. Ademais, contempla um certo número de exceções para cada país: 300 para Argentina, Brasil e Uruguai e 399 para o Paraguai.

Aduaneira, ainda não concluída em virtude da parca harmonização das políticas macroeconômicas dos estados-membros (PETRECOLLA e LOUSTEAU, 1997).

Tal tratado está em consonância com a conjuntura internacional atual de formação de blocos econômicos, os quais, além de favorecer a “criação de comércio”, na medida em que prevêem tratamento preferencial aos países-membros, podem vir a gerar fluxos de investimento estrangeiro direto, atraídos pelas vantagens de um mercado ampliado (PETRECOLLA e LOUSTEAU, 1997: 16). Ao mesmo tempo, a conformação do Mercosul é parte integrante de uma tendência, tornada visível a partir de meados da década de 80, de intensificação das relações político-comerciais entre os Estados platinos, especialmente entre Brasil e Argentina².

De fato, durante a década de 80, com o processo de redemocratização dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio e, em especial, com a crise da dívida externa e relativa estagnação das economias latino-americanas, assiste-se, em tais países, a uma busca por caminhos alternativos visando uma inserção mais vantajosa no comércio internacional (RAPAPORT e MADRID, 1998: 287). Entre os rumos privilegiados destacam-se os sucessivos acordos bilaterais entre os governos do Brasil e da Argentina, desde a Ata para Integração brasileiro-argentina, assinada em 1986 e ratificada em 1988 pelo Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, até a constituição do próprio Mercosul (incorporando assim outros dois estados-membros ao processo de integração) (MONIZ BANDEIRA, 1993).

Como se pode observar nos gráfico 5 e 6, a partir de meados da década de 80 há, sem dúvida, uma reorientação dos fluxos comerciais dos países que compõem o Mercosul (em termos percentuais), notadamente no que se refere às exportações, cuja evolução denota não somente uma significativa ampliação das trocas *intra-bloco* mas também, e paralelamente, uma diminuição das vendas para parceiros tradicionais como a CEE e os Estados Unidos.

² Cabe também notar que a formação de blocos econômicos é apenas um dos instrumentos que visa uma maior inserção das economias nacionais no comércio internacional. Medidas de abertura unilateral, bilateral ou multilateral concorrem, de forma conjunta com as aberturas regionais, para a ampliação dos fluxos comerciais externos (PETRECOLLA e LOUSTEAU, 1997).

Gráfico 5: Evolução das exportações do Mercosul (1986-1995)

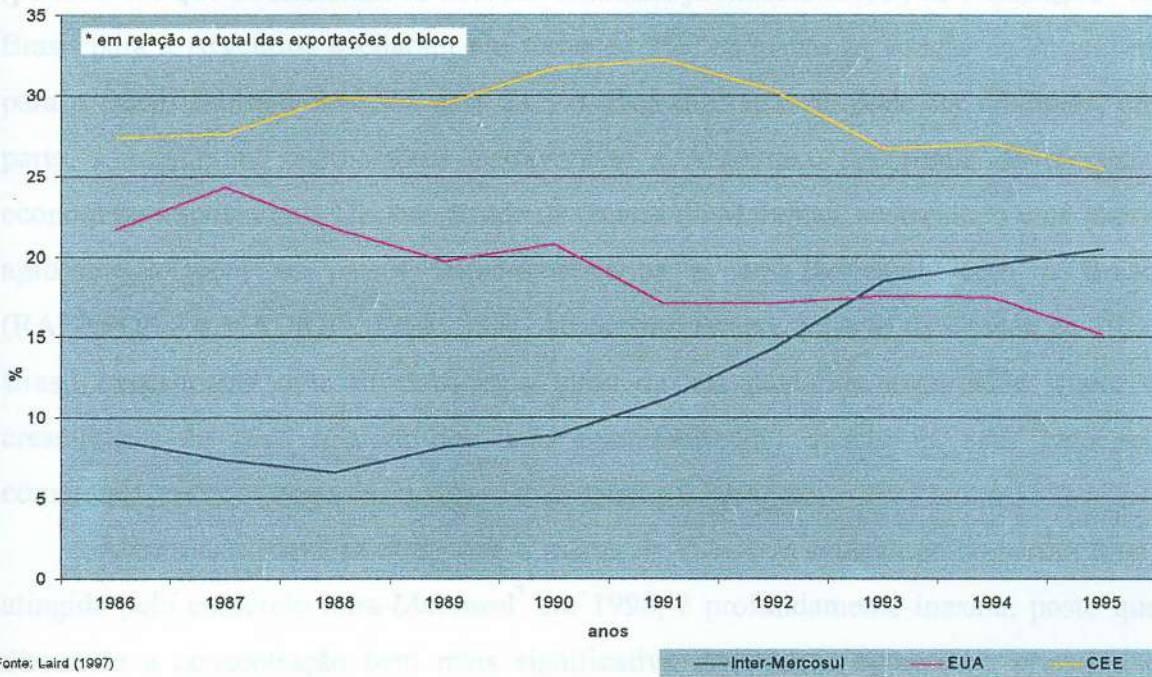
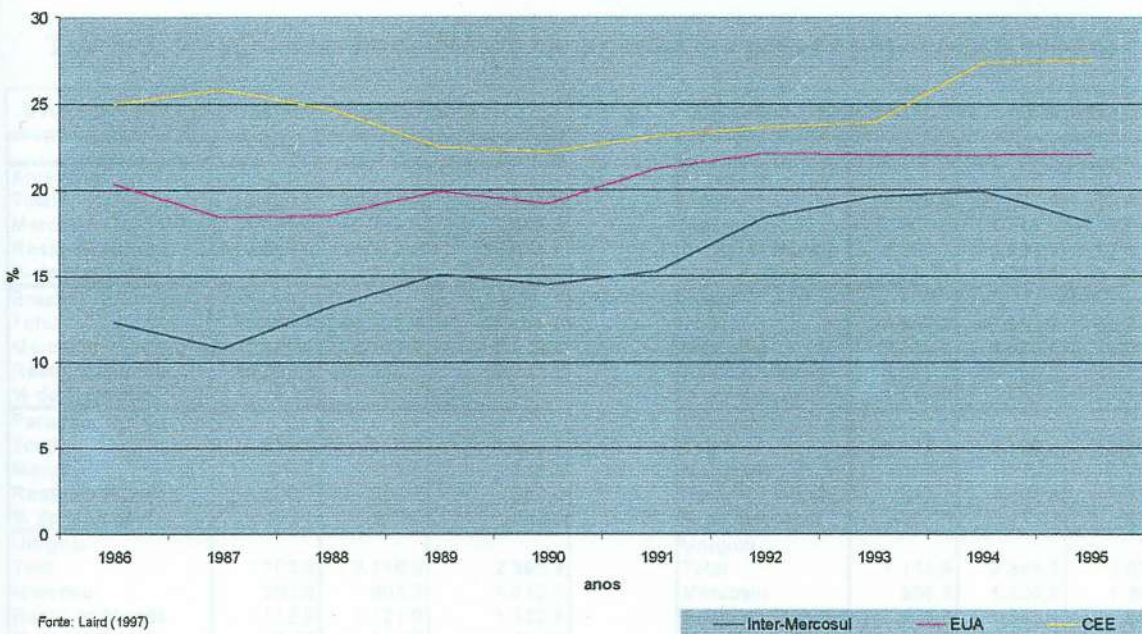


Gráfico 6: Evolução das importações do Mercosul (1986-1995)



Contudo, vale notar que a evolução dos fluxos comerciais entre os países platinos – no que tange ao peso relativo alcançado pelos mesmos – não ocorreu de forma homogênea para todos os países. Durante o último quinquênio da década de 80

(período em que se firmaram os acordos bilaterais já mencionados), as exportações do Brasil para a Argentina oscilaram em torno de 2%, enquanto as vendas da Argentina para o Brasil subiram de 5,9% para 11,5%. Esta discrepância pode ser creditada, em parte, à conjuntura internacional desfavorável a Argentina, decorrente do bloqueio econômico imposto pela UE em virtude da Guerra da Malvinas, acarretando uma maior aproximação com os países latino-americanos e, em particular, com o Brasil (RAPAPORT e MADRID, 1998: 285). Ao mesmo tempo, a partir da década de 70, o Brasil experimenta uma diversificação tanto de sua pauta de exportações (com o crescimento do peso relativo dos bens manufaturados) quanto de seus parceiros comerciais, entre os quais destacam-se o Uruguai e o Paraguai.

Além disso, deve-se notar que a marca de 20% (em relação ao comércio total) atingida pelo comércio intra-Mercosul³ em 1996, é profundamente inexata, posto que dissimula a concentração bem mais significativa dos fluxos comerciais uruguaio e paraguaio dirigidos ao bloco, distorção que se deve à sua pouca expressividade – em termos absolutos – frente àqueles do Brasil e da Argentina (ver tabela 5).

Tabela 5: Evolução das exportações e importações dos países do Mercosul (1990-96)

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)				EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)			
	1990	1995	1996		1990	1995	1996
Argentina				Argentina			
Total	12.350,4	20.961,9	23.734,5	Total	4.079,5	20.067,5	23.679,9
Mercosul	1.832,4	6.769,3	7.885,3	Mercosul	877,8	4.744,5	5.764,0
Resto do Mundo	10.518,0	14.192,6	15.849,2	Resto do Mundo	3.201,7	15.323,0	17.915,9
% do Mercosul	14,84	32,29	33,22	% do Mercosul	21,52	23,64	24,34
Brasil				Brasil			
Total	31.413,1	46.503,4	47.744,9	Total	20.639,8	49.581,6	53.286,0
Mercosul	1.320,5	6.153,4	7.419,0	Mercosul	2.318,0	6.820,8	8.257,6
Resto do Mundo	30.092,6	40.350,0	40.325,9	Resto do Mundo	18.321,8	42.760,8	45.028,4
% do Mercosul	4,20	13,23	15,54	% do Mercosul	11,23	13,76	15,50
Paraguai				Paraguai			
Total	958,2	819,6	1.028,9	Total	1.193,0	2.796,9	2.656,3
Mercosul	379,5	465,5	636,9	Mercosul	367,3	1.170,0	1.293,0
Resto do Mundo	578,7	354,1	392,0	Resto do Mundo	825,7	1.626,9	1.363,3
% do Mercosul	39,61	56,80	61,90	% do Mercosul	30,79	41,83	48,68
Uruguai				Uruguai			
Total	1.703,5	2.116,3	2.398,3	Total	1.411,9	2.865,7	3.029,9
Mercosul	590,6	995,3	1.015,5	Mercosul	558,6	1.320,6	1.336,7
Resto do Mundo	1.112,9	1.121,0	1.382,8	Resto do Mundo	853,3	1.545,1	1.693,2
% do Mercosul	34,67	47,03	42,34	% do Mercosul	39,56	46,08	44,12
Mercosul				Mercosul			
Total	46.425,2	70.401,2	74.906,6	Total	27.324,2	75.311,7	82.652,1
Mercosul	4.123,0	14.383,5	16.956,7	Mercosul	4.121,7	14.055,9	16.651,3
Resto do Mundo	42.302,2	56.017,7	57.949,9	Resto do Mundo	23.202,5	61.255,8	66.000,8
% do Mercosul	8,88	20,43	22,64	% do Mercosul	15,08	18,66	20,15

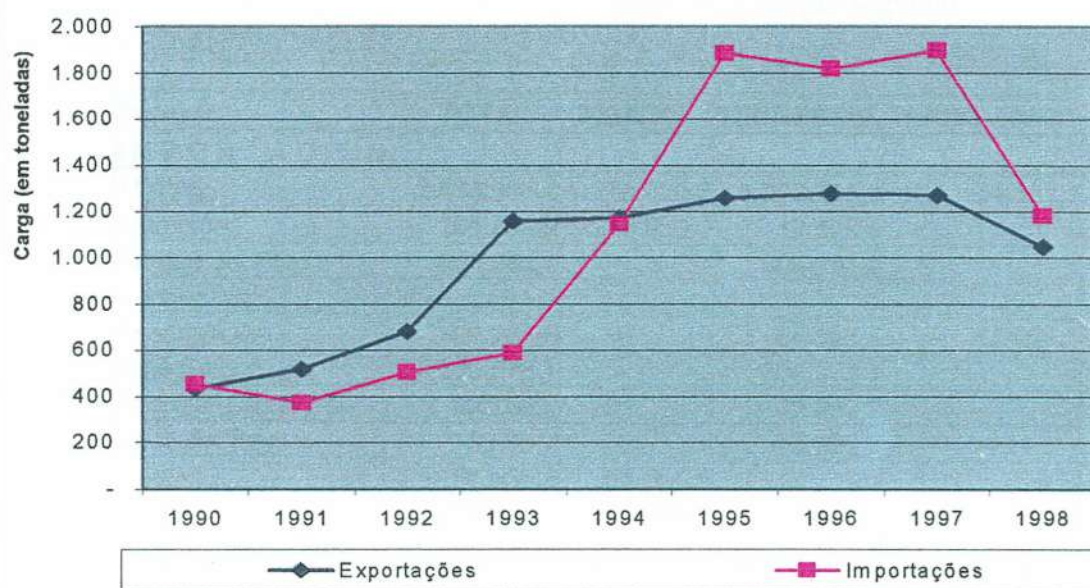
Fonte: Intal - Gazeta Mercantil Latino Americana, 8 a 14 de setembro de 1997

³ A título de comparação, vale lembrar que, em 1997, o comércio interno do NAFTA alcançava 46% e da UE 63,5% (Gazeta Mercantil Latino-americana, 8 a 14 de setembro de 1997).

Como se depreende da tabela acima, o Paraguai é o país platino cujo comércio internacional está mais atrelado ao bloco econômico, o que significa também uma sensibilidade particular à conjuntura econômica dos outros países-membros, em especial, do Brasil, seu principal parceiro comercial (ver anexo II).

O gráfico 7 abaixo demonstra a evolução, durante a década de 90, do fluxo de cargas entre os dois países. Nota-se, um aumento do volume das importações brasileiras a partir de 1993 e, sobretudo, 1994, com a entrada em vigência do plano real e a estabilização da moeda brasileira. Ao mesmo tempo, o período de 1993 e 1995, corresponde, como veremos adiante, ao auge da economia paraguaia de reexportação, concentrada, sobretudo, em Ciudad del Este.

Gráfico 7: Fluxos de Carga Brasileiras no Intercâmbio com o Paraguai (Todos Modais) 1990-1998



A principal aduana do comércio entre os dois países, e também, uma das principais aduanas fronteiriças do Mercosul (em relação ao movimento de carga), está localizada precisamente no par de cidades Foz do Iguaçu – Ciudad del Este. Como demonstra a tabela 6, abaixo, o movimento de cargas transportadas para o Mercosul e o Chile na aduana brasileira de Foz do Iguaçu, superava, em 1995, a aduana de Uruguaiana, principal conexão fronteiriça do intercâmbio entre Brasil e Argentina. Ao

mesmo tempo, conforme os dados apresentados na **tabela 7**, Ciudad del Este apresenta o maior movimento, tanto de importações quanto de exportações, superando inclusive a capital do país. Entretanto, é visível a supremacia, em relação aos outros portos do país, no que tange aos fluxos exportação.

Tabela 6: Brasil: Composição modal dos fluxos internos de transporte para o Mercosul e o Chile, segundo principais pontos de fronteira: **Foz do Iguaçu e Uruguaiana (1995)**

Ponto de Fronteira	Exportação ¹ (em t)		Importação ² (em t)	
	Rodoviário	Ferrovário	Rodoviário	Ferrovário
Foz do Iguaçu	727.239		1.986.518	
Uruguaiana	644.110	140.965	710.218	153.512
Total	1.371.349	140.965	2.696.736	153.512

Fontes: MICT/SECEX - Sistema Alice; MF/SRF - Sistema Lince; MT/GEIPOT

¹A partir dos pontos de fronteira

²A partir dos pontos de fronteira

Tabela 7: Paraguai: Importação e Exportação segundo os diferentes portos controlados pela A.N.N.P. (1997) – em toneladas

Portos	TOTAL	FLUVIAL	TERRESTRE	FERROVIARIO
IMPORTACION				
TOTAL	2.544.985,8	1.278.020,3	1.212.844,4	54.121,1
Asunción	261.898,9	248.969,0	12.929,9	-
Ciudad del Este	604.281,0	-	604.281,0	-
Concepción	-	-	-	-
Encarnación	108.287,6	-	54.166,5	54.121,1
José Falcón	506.378,1	-	506.378,1	-
Pedro J. Caballero	22.252,2	-	22.252,2	-
Salto del Guairá	12.836,7	-	12.836,7	-
Villeta	51.565,6	51.565,6	-	-
Puertos Privados	977.485,7	977.485,7	-	-
EXPORTACION				
TOTAL	4.182.076,7	1.447.575,6	2.648.901,1	85.600,0
Asunción	115.261,6	115.261,6	-	-
Ciudad del Este	1.767.899,2	-	1.767.899,2	-
Concepción	-	-	-	-
Encarnación	633.850,5	197.100,0	351.150,5	85.600,0
José Falcón	195.156,7	-	195.156,7	-
Pedro J. Caballero	75.910,3	-	75.910,3	-
Salto del Guairá	258.784,4	-	258.784,4	-
Villeta	223.715,6	223.715,6	-	-
Puertos Privados	911.498,4	911.498,4	-	-

Fontes: DGEEC, 1999b

Novamente, a triangulação (ou *reexportação*) demonstra sua preeminência nos intercâmbios comerciais internacionais do Paraguai. Segundo R. Penner (1998), em 1995, este setor movimentou US\$ 4,3 bilhões, ou seja, um valor que representa quase metade do Produto Interno Bruto do país que, no mesmo ano, atingira, aproximadamente, US\$ 9 bilhões.

Como já observamos, as regiões de fronteira e, em especial, os núcleos urbanos aí situados, tem recebido atenção privilegiada de pesquisadores que analisam a circulação em blocos econômicos (v. RATTI e RUDEL, 1994). Em grande parte, idto se deve à realização da tributação sobre os bens circulantes entre territórios políticos distintos, o que a implicaria, segundo o modelo clássico de interações espaciais, na interposição do *efeito-barreira*.

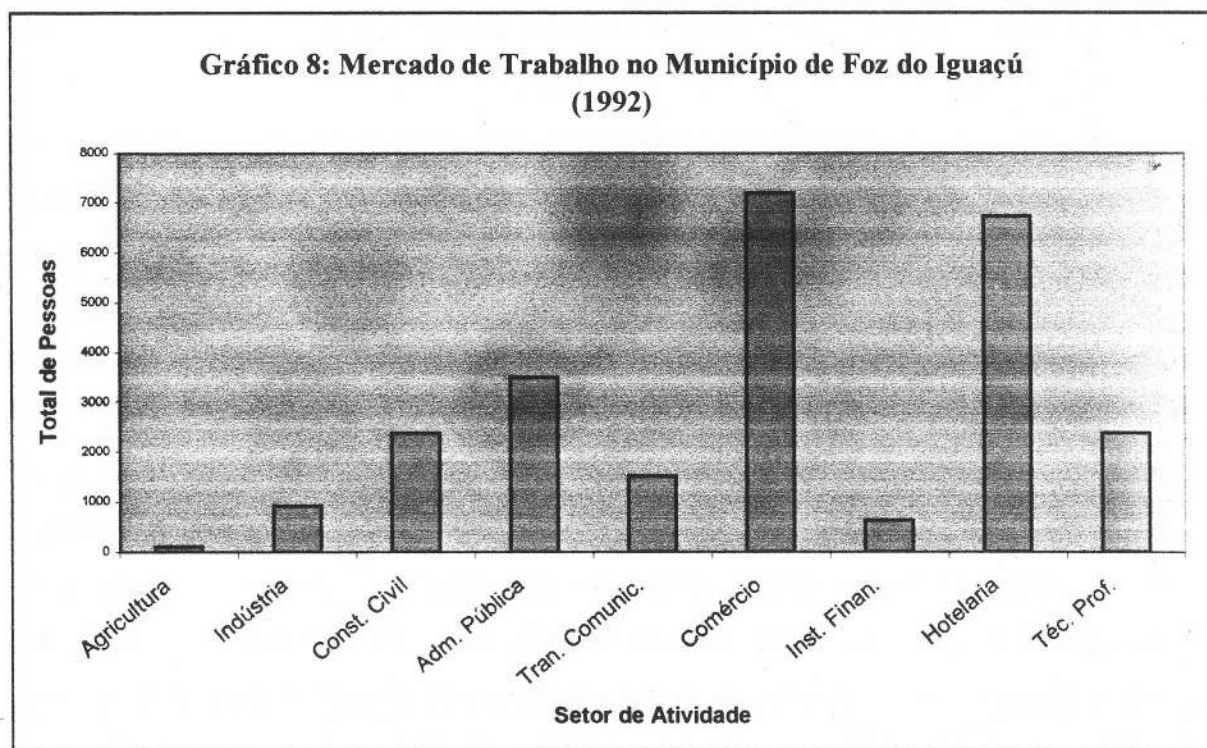
Contudo, outras questões intervêm quando se trata das relações entre a circulação física e as fronteiras, em especial entre os países platinos. Entre estas questões destaca-se a extrema concentração da circulação em um número reduzido de pontos nodais localizados nas fronteiras, causando-lhes uma sobrecarga que, associada a outros fatores - greves, falta de harmonização dos procedimentos aduaneiros, número insuficiente de funcionários nos postos, entre outros - pode significar uma retenção demasiado longa da carga nestes centros⁴. Um exemplo desta polarização é o fato de que no Brasil, em 1995, 50% dos fluxos de exportação do Brasil com os seus parceiros do Mercosul (incluído o Chile), realizados por intermédio do modal rodoviário, passavam pelas aduanas de Foz do Iguaçu e Uruguaiana (GEIPOT, 1998).

Portanto, como já o dissemos, as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este foram e continuam sendo *lugares de comunicação* privilegiados entre o sistemas espaciais brasileiro e paraguaio, podendo ser classificados como "gateway cities", segundo o modelo proposto por A. Burghardt (1971). Como vimos, o caráter distintivo destas cidades reside no fato de que representam uma abertura, uma 'canalização' através de uma configuração espacial que possua um caráter de obstrução estática ou dinâmica às interações, à circulação ou à difusão espacial. No caso do segmento de fronteira entre o Brasil e Paraguai do qual estamos tratando, além do próprio limite internacional, a interposição de outra descontinuidade, a saber, o Rio Paraná, torna as

interações espaciais realizadas entre as cidades-gêmeas acima citadas, via a Ponte da Amizade, ainda mais condizentes com o padrão de interações das *gateway cities*.

Ainda segundo o modelo apresentado por Burghardt, a predominância deste tipo de interação deve exercer uma influência marcante sobre a composição do mercado interno de trabalho destas cidades, o qual seria caracterizado pela predominância do setor terciário atacadista e do setor de transportes.

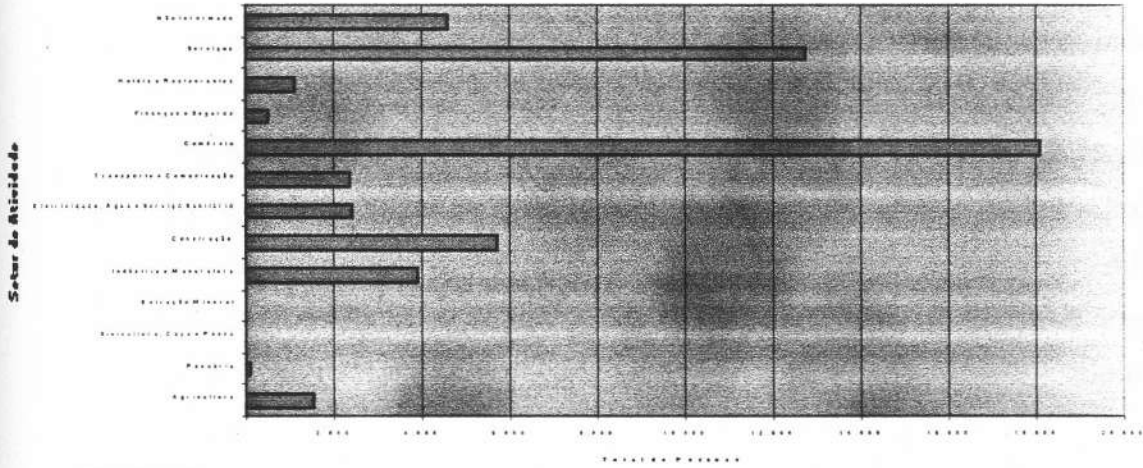
Os **gráficos** abaixo mostram o percentual da população ocupada por setor de atividade do mercado de trabalho nas cidades-gêmeas aqui estudadas, por município (no caso de Foz do Iguaçu) e por distrito (no caso de Ciudad del Este). Em primeiro lugar deve-se notar a disparidade que existe entre o número total de indivíduos empregados nas duas unidades administrativas, de tal modo que a população ocupada em Ciudad del Este representaria, no mínimo, o dobro daquela observada em Foz do Iguaçu. Isto se deve, na verdade, ao fato de que os dados para Foz do Iguaçu correspondem exclusivamente ao mercado formal de trabalho, enquanto em Ciudad del Este são computados todos os indivíduos que efetivamente trabalhavam no momento em que foi realizado o recenseamento.



Fonte: Ministério do Trabalho / RAIS, 1992

* Segundo alguns cálculos, cada dia que um caminhão permanece retido em postos fronteiriços pode significar um custo adicional de US\$ 300 no valor do frete (SCHÄFFER, 1998).

Gráfico 9: Mercado de Trabalho no Distrito de Ciudad del Este - 1992



Fonte: DGEEC, 1992

A importância do setor de transportes e comunicação é confirmada. No caso de Foz do Iguaçu, onde este setor emprega, no mercado formal, um contingente maior do que aquele empregado pelo setor industrial. Em Ciudad del Este é também significativo o número de pessoas ocupadas nesta atividade, ainda que, neste caso, a construção civil e o setor industrial e manufatureiro sejam mais representativos do que em Foz do Iguaçu. Nesta última cidade, entretanto, sobressai o setor hoteleiro, função que, aliás, é uma de suas principais especializações. Com relação ainda a este setor, pode-se notar pelo gráfico 9, que a hotelaria não emprega um contingente significativo da população ocupada em Ciudad del este, o que indica o nível de complementaridade entre as duas cidades no que diz respeito às funções urbanas.

No que diz respeito à função comercial, predominante em ambas as cidades e, em particular, em Ciudad del este, deve-se ressaltar que esta atividade, que está representada sobretudo pelo *comércio de reexportação* baseia-se exclusivamente na existência de importantes gradientes tributários entre os dois países. Em vista disso, a consolidação do Mercosul, ao prever não apenas a eliminação das tarifas alfandegárias mas também a convergência das políticas macro-econômicas e a diminuição dos gradientes entre os países, sobretudo cambiais e tributários, pode ter um impacto sobre as atividades. Passaremos então a descrever as interações entre as cidades-gêmeas em questão, em função mesmo do predomínio destas atividades.

3.2 Comércio Local e Contrabando

De acordo com trabalho de Reinaldo Penner (1998) sobre o movimento comercial e financeiro de Ciudad del Este, o comércio fronteiriço na cidade em questão teve início na década de 60, principalmente com a criação de uma zona franca a 10 Km da cidade, a partir de onde era possível importar produtos livre de impostos. Esta zona, administrada por comerciantes paraguaios e brasileiros, foi o epicentro da difusão do comércio de reexportação ou triangulação no país, o qual visava a exploração econômica da proximidade de um importante pólo de atração turística, como Foz do Iguaçu.

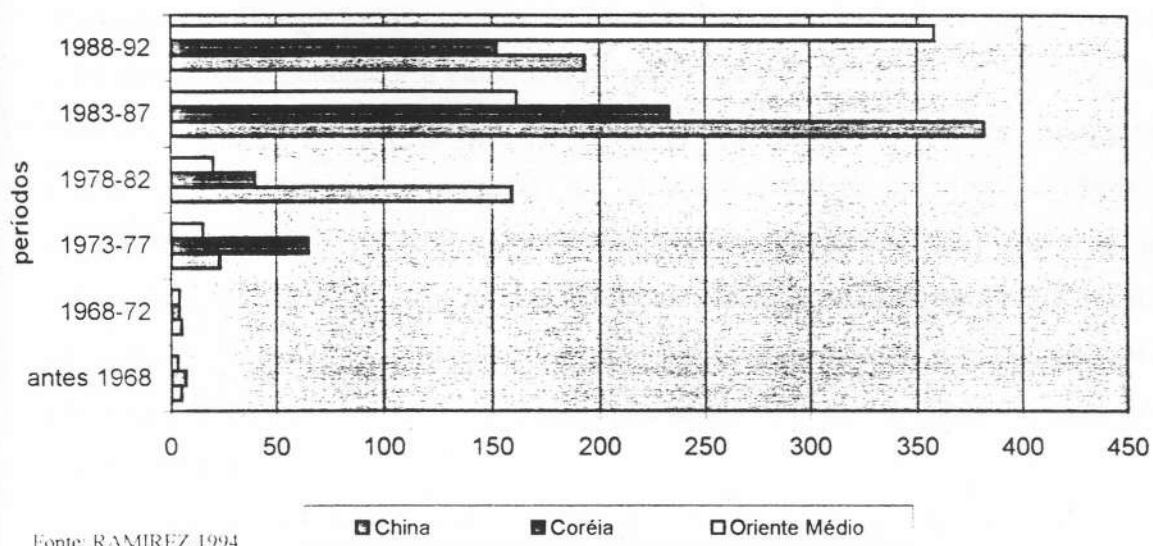
A partir da década de 70, o Paraguai instituiu o Regime de Turismo, vigente até os dias atuais, o qual é composto por: i) uma série de normas que visam reduzir os impostos das atividades voltadas para o comércio de reexportação e ii) a modalidade de liquidação única de impostos antes do ingresso dos produtos no país. Esta liquidação inclui todos os impostos como as tarifas alfandegárias, o imposto de valor agregado, o imposto seletivo ao consumo e o imposto de renda, os quais, conjuntamente, representam menos de 10% sobre o valor do produto. O Regime de Turismo favoreceu não só os comerciantes de Ciudad del Este na venda de artigos importados a turistas de compra como também à atividade de importação e distribuição de produtos aos comerciantes em distintos Estados brasileiros (KLEINKE, 1997).

Com a posterior implantação do Regime de Turismo em todas as alfândegas paraguaias, o comércio de importação foi ampliado aos principais portos fronteiriços que articulam o país aos seus vizinhos da Bacia do Prata, transformando a reexportação em um dos setores econômicos mais importantes da economia nacional. Apesar desta difusão, Ciudad del Este se manteve sempre a principal porta de entrada para os produtos do Regime, principalmente, como já mencionado, por ser a principal conexão fronteiriça (ao lado de Foz do Iguaçu) do corredor comercial que articula a economia paraguaia aos depósitos francos nos portos de Paranaguá e Santos.

Os efeitos desta atividade, tendo em vista o fato de estar diretamente vinculada a rede mundial de zonas francas, sobre a composição demográfica da cidade, podem ser encontrados, entre outros, no caráter multi-étnico de sua população: Ciudad del Este é

composta por uma grande parcela de comerciantes – mais de 5.000 em 1998 – de origem paraguaia , chinesa, libanesa, árabe e brasileira, que se especializaram tanto na comercialização de produtos importados quanto na indústria de falsificação. Como podemos observar na tabela abaixo, estes contingentes começam a afluir para a cidade sobretudo após a década de 80 (RAMIREZ, 1994).

Gráfico 9: Alto Paraná: População nascida no estrangeiro, por país e região de nascimento, segundo ano de chegada, 1992



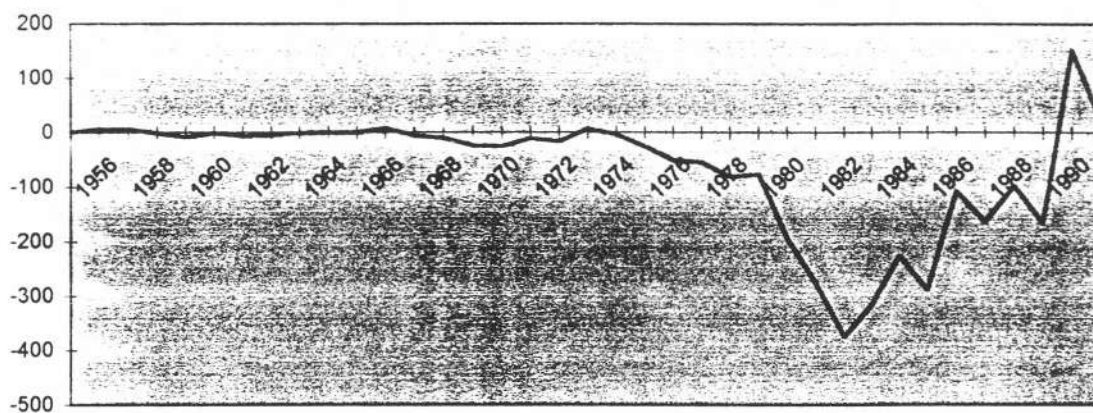
A imigração de árabes e chineses está ligada, principalmente a já mencionada articulação das redes transnacionais de zonas francas. Estas redes definem, como vimos no primeiro capítulo uma territorialidade transacional, conformando um espaço onde as noções de proximidade e contigüidade passam a estar associadas ao “pertencimento” destes atores em uma mesma rede de projetos de transação, de intercâmbio (DUPUY, 1991). A visão espacial resultante desta inserção pode ser exemplificada por intermédio do seguinte argumento, empregado pelos comerciantes chineses, em sua maioria originários de Taiwan, para justificar sua migração para Ciudad del Este: segundo eles, inserindo uma agulha na ilha asiática, ela atravessa o globo terrestre e sai justamente na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai (BERTOLOTTI, *Folha de São Paulo*, 24/03/1997).

Em conjunto, a facilidade logística e tributária, a informalidade no controle dos registros estatísticos do comércio exterior no Paraguai, a grande diferença entre as leis de importação e exportação Brasileiras e Paraguaias e a origem dos comerciantes da região, favoreceram o crescimento do comércio ilícito, fazendo de Ciudad del Este um dos principais pontos de contrabando do país.

Difícil de estabelecer sua origem, o contrabando na região é uma constante há muitas décadas e é caracterizado, principalmente, por dois tipos de movimento: o primeiro, organizado, envolvendo uma rede de empresas, comerciantes e compradores no Brasil e no Paraguai e, até mesmo políticos e funcionários dos serviços aduaneiros. O segundo, mais espontâneo, é caracterizado pelo contrabando formiga. A natureza dos produtos contrabandeados apresenta oscilações significativas, estando, muitas vezes, sujeitos as oportunidades surgidas no mercado paralelo (PENNER, 1998). O contrabando de alguns produtos, no entanto, está consolidado. Este é o caso, como vimos, do contrabando da soja, até hoje exercido, ainda que sua direção varie em função dos preços internacionais. Até 1993, a soja era contrabandeada para o Paraguai, que chegava a exportar pelo porto de Paranaguá quase 100 mil toneladas a mais do que poderia produzir.

Uma análise da evolução histórica da balança comercial registrada do Paraguai (Gráfico 10) mostra que o início do crescimento do déficit comercial se dá na década de 70, podendo indicar o reflexo da presença da reexportação não registrada na economia paraguaia.

Gráfico 10 - BALANÇA COMERCIAL REGISTRADA, 1954-1990 (US\$ MILHÕES)



Fonte: Moimento Comercial y Financeiro de Ciudad del Este (Penner, 1998)

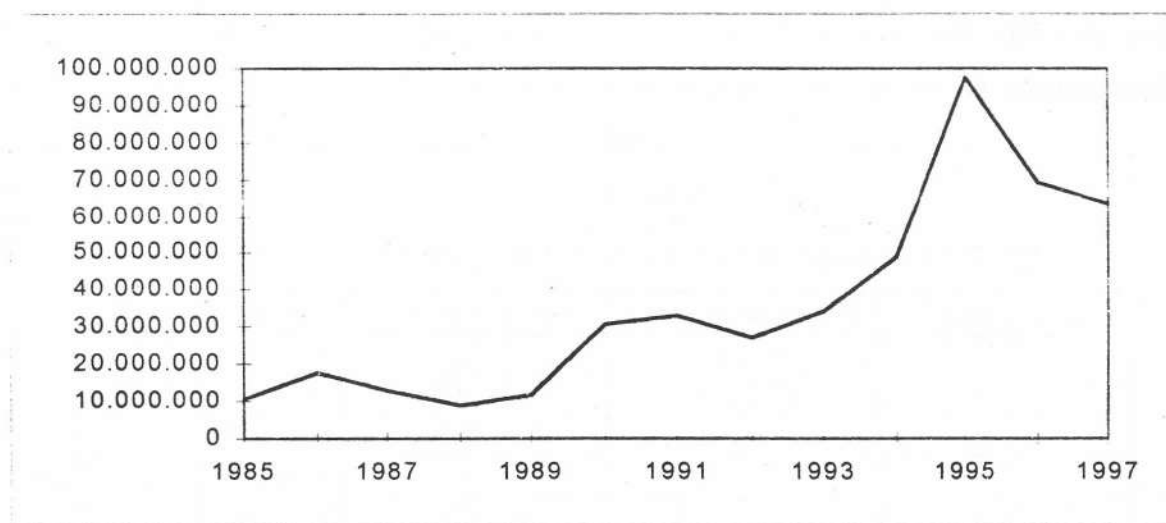
Esta inferência pode ser feita porque parte importante da reexportação é feita com produtos que entram oficialmente no Paraguai, mas saem através da reexportação ilegal. O período que apresenta o maior déficit comercial do Paraguai, de 1975-1985, coincide com o aumento do poder aquisitivo dos brasileiros, fase conhecida como Milagre Econômico, o que justificaria um aumento do consumo e compra dos produtos de reexportação pelos brasileiros em Ciudad del Este. Somado ao cenário de reexportação, está também a construção das represas de Acaray, Itaipú e Yacyretá, o que gerou um fluxo considerável de importações de produtos destinados à construção das mesmas, contribuindo, assim, para o aumento do déficit comercial.

Os anos 80 não registram crescimento significativo na balança comercial, mas segundo os dados do Banco Central do Paraguai (1997), neste mesmo período houve um crescimento significativo da arrecadação do Regime de Turismo, crescimento que se tornou excepcional entre 1991 e 1995 (Gráfico 11). Novamente, como grande parte das reexportações não é registrada, infere-se que, se há um aumento das reexportações legais, há também um aumento das reexportações ilegais.

Nesta época, Ciudad del Este era considerada o terceiro maior mercado livre do mundo, com cerca de 30.000 brasileiros cruzando a Ponte da Amizade nos dias de pico, Sábado e Quarta-feira (PESCIOTA, *O Estado de São Paulo* 29/08/1994).

Gráfico 11

Paraguai: Arrecadações do Regime de Turismo (US\$)



Fuente: Memoria del BCP 1997, Dirección General de Aduanas.

Entre 1991 e 1995, observa-se uma inflexão importante nas interações espaciais geradas pelo comércio de *reexportação*. Como afirma PENNER (1998) é neste momento o comprador final deixa de ser apenas o turista de compras e surge a figura dos *sacoleiros*, comerciantes itinerantes, oriundos de diversas partes do território brasileiro, que viajam pelo Brasil revendendo o que compram no Paraguai. A atividade dos sacoleiros cresceu juntamente com o contrabando, pois os mesmos levavam além da quota autorizada, mesmo e principalmente quando esta foi aumentada. O controle sempre se mostrou precário para o contrabando formiga e o organizado.

Neste período de crescimento de Ciudad del Este, o Brasil começa sua política de liberalização comercial e aumenta a quota de compra do turista brasileiro para US\$ 500,00. O crescimento do comércio em Ciudad del Este então, não se deve apenas ao fluxo varejista, mas também ao fluxo de distribuição, ou seja, a quantidade de pequenos e médios importadores no Brasil também aumenta. Em termos do mercado de distribuição internacional, muitos empresários paraguaios passaram a realizar o *trading* internacional, ou seja, comprar em terceiros países e a colocar os produtos diretamente nos países do Mercosul, sem passar fisicamente pelo Paraguay. O volume de *containers* que chega ao porto de Paranaguá aumenta de 936 toneladas em 1993 para 2.333 toneladas em 1994, para 19.946 em 1995, sendo muitos deles resultado de *trading*, ficando diretamente no Brasil, sem chegar à Ciudad del Este (DGEEC, 1999).

A partir de meados de 1995, meio ano após a entrada em vigência da Tarifa externa Comum para os países do Mercosul, a economia de Ciudad del Este sofre grande desaceleração. O fluxo de turistas de compras e sacoleiros cai drasticamente, fazendo com que muitas lojas fechem (ver Tabela 8).

Tabela 8

Crescimento de Compristas em Foz do Yguaçu, 1992-1998

Ano	Ônibus	Compristas/ ano	Compristas/ mês	Crescimento
1992	23.558	830.674	69.223	
1993	56.537	1.812.945	151.079	118%
1994	83.723	2.405.114	200.426	33%
1995	105.959	2.368.029	197.336	-2%
1996	98.847	1.478.896	123.241	-38%
1997	85.417	1.185.080	98.757	-20%
1998*	16.926	271.268	22.606	-31%

*ENERO-ABRIL

Fonte: FOZTUR / CAT - Depto. Técnico - Setor de Pesquisa

Tabela 8

Crescimento de Compristas em Foz do Yguaçu, 1992-1998

Ano	Ônibus	Compristas/ ano	Compristas/ mês	Crescimento
1992	23.558	830.674	69.223	
1993	56.537	1.812.945	151.079	118%
1994	83.723	2.405.114	200.426	33%
1995	105.959	2.368.029	197.336	-2%
1996	98.847	1.478.896	123.241	-38%
1997	85.417	1.185.080	98.757	-20%
1998*	76.426	1.121.268	93.439	-31%

*ENERO-ABRIL

Fonte: FOZTUR / CAT - Depto. Técnico - Setor de Pesquisa

Um sinal do enfraquecimento do comércio de fronteira foi a queda nas importações legais. Em 1997, o Paraguai comprou de outros países US\$ 3,1 bilhões. Em 1998, as importações não chegaram a US\$ 2,5 bilhões (*Folha de São Paulo*, 06/12/98).

Apesar de muitos atribuírem a crise em Ciudad del Este à adoção da TEC, estabelecendo assim, uma causalidade analítica entre a eliminação da função aduaneira dos limites internacionais e o declínio das interações espaciais nas cidades gêmeas, o economista R. Penner (1998) questiona tal hipótese e inclui em sua discussão outras razões para a conjuntura atual, a saber: a recessão brasileira; o aumento dos custos de transação e a maior competência e globalização dos mercados de consumo no Mercosul.

Como já mencionado no item anterior, a unificação da tarifa externa só afetará o Paraguai em 2006, pois os artigos constantes do comércio de reexportação fazem parte da lista de exceções do bloco. Com o aumento das tarifas do Regime de Turismo, se observaria, provavelmente, um movimento inverso dos preços e das margens de venda, com o primeiro tendendo a aumentar. Neste cenário, o comércio diminuiria e perderia sua competitividade. No entanto, Penner (1998) demonstra que os impostos de fato aumentaram 1,8 pontos percentuais entre 1994 e 1997, mas que provavelmente não foram os principais responsáveis pela crise econômica da região, já que os comerciantes de Ciudad del Este trabalham com margens de venda entre 5% e 15%. Além disso, as tarifas brasileiras vinham, desde a década de 80, sofrendo paulatinas reduções, inclusive durante o ápice da economia de Ciudad del Este. Como o processo foi gradativo, dificilmente explicaria a mudança abrupta que ocorreu na economia da cidade em questão.

No entanto, deve-se ressaltar a diferença significativa que ainda existe, em favor do Paraguai, no valor dos impostos internos, o que significa que, enquanto o Brasil não realizar a reforma fiscal que permitirá a redução dos impostos internos, a unificação tarifária externa não representará uma perda radical de competitividade da Ciudad del Este e, portanto, os setores e atividades funcionalmente adaptados a estes gradientes continuarão a ser lucrativos.

A recessão brasileira se caracterizou pela queda da renda per capita e do poder aquisitivo dos brasileiros. Com a implementação do Plano Real em meados de 1994, a diminuição do crescimento econômico e o surgimento de déficit comercial em 1995, instaurou-se, no Brasil, uma política cambial rígida, tendo em vista a redução das

importações. Em meio a este contexto, em 1996, a quota de compra máxima livre de impostos para turistas brasileiros passou de US\$500,00 para US\$250,00 e, em 1997, para US\$150,00. Além da redução da quota, a alfândega brasileira passou a exercer um controle mais rigoroso, muitas vezes gerando confronto entre os sacoleiros e turistas de compra (*Gazeta Mercantil Latino Americana*, 7 – 14/02/1998).

O aumento dos custos de transação em Ciudad del Este, segundo Penner (1998), foi resultado de uma série de fatores. Entre eles, as dificuldades de acesso ao centro comercial da cidade pela ponte: o excesso de táxis que impedem o tráfego no microcentro; a presença massiva de camelôs que reduziu a um mínimo a área de exposição das lojas; a falta de segurança na via pública; o funcionamento inadequado dos serviços de limpeza e a infra-estrutura precária no que diz respeito às ruas, calçadas, serviços de água, eletricidade e telefone. Todos estes fatores e mais a ausência de um marco jurídico legal apropriado que venha a substituir o Regime de Turismo, aumentam os custos de transação e impedem que Ciudad Del Este funcione como centro comercial de varejo, atacado e de *trading* internacional com o Mercosul. A redução de turistas de compra e sacoleiros na região é marcante, de 2% no segundo semestre de 1995, de 38% em 1996, de 20% em 1997 e de 31% em 1998. Segundo pesquisas de opinião, a insatisfação dos turistas aumentou em relação aos serviços ligados ao comércio, à segurança e à limpeza pública (CELEPAR, 2001).

Ao mesmo tempo observa-se, no Brasil, uma tendência a se modificar o conceito clássico das alfândegas, antes vistas como órgãos de proteção, arrecadação e combate às fraudes e agora como órgãos que devem, especialmente, facilitar os fluxos dar apoio aos operadores econômicos. Da mesma forma, a permissão dada às Eadis brasileiras de realizarem serviços de *maquiladoras*, poderá reforçar o declínio da importância de Ciudad del Este, como principal centro, no Mercosul, especializado no comércio de reexportação.

Uma vez que parte considerável das exportações do Paraguai não é registrada, Penner (1998) sugere que a melhor forma de se estimar o movimento comercial de reexportação é obter, nas estatísticas de Exportações do Resto do Mundo ao Paraguai, os lançamentos de produtos reexportáveis, ou seja, os que fazem parte do Regime de Turismo, e deles subtrair o consumo doméstico potencial destes produtos. O volume e valor restante representaria uma estimativa significativamente mais precisa do

movimento comercial de reexportação. Ainda assim seria importante subtrair as importações de *trading*, que se destinam a outros países e acrescentar as importações de *trading* cujo destino final seja o Paraguai. Seria também necessário atentar para as rotas de importação, uma vez que, sabidamente, ocorrem descaminhos (desvios ilegais) das importações, principalmente em rotas como Santos – Ciudad del Este ou Montevideo – Ciudad del Este. Esta metodologia se aplica para a estimativa de reexportações de produtos que entram sem registro no país e fazem parte do Regime de Turismo.

Em 1999, com a desvalorização do Real, o volume de produtos contrabandeados do Brasil para o Paraguai aumentou consideravelmente, superando 2 milhões de dólares por dia, segundo o Centro de Importadores. Apesar do Banco Central Brasileiro ter registrado US\$ 1,6 bilhões em exportações para o território paraguaio em 1998, o Paraguai registrou legalmente a entrada de apenas US\$ 800 milhões. A diferença é atribuída ao contrabando (ORCINOLI, *Gazeta Mercantil Latino Americana* 26/04-02/05/ 1999).

Concomitantemente, ocorre o caso dos produtos que entram no Paraguai oficialmente, e são reexportados por meio de contrabando, como no caso dos cigarros. Esta última situação pode ser verificada pela comparação da *Lista dos 20 maiores importadores do Paraguai em 1997*, com os dados do *Anuario Estadístico de América Latina y Caribe* (1999) e outros artigos relacionados:

Tabela 9
20 maiores importadores registrados do Paraguai em 1997

Nº em Ordem de Importância	Importador	Principais Produtos	US\$ em Milhões
1	PETROPAR	petróleo	266,1
2
4	PARAGUAY REFRESCOS SA	Materia prima gasosas	44,1
5	COMP. INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES SA	telefonía	40,3
6	ANDE	material eléctrico	33,9
7	UNILEVER CAPSA DEL PARAGUAY SA	Comestíveis e detergentes	31,9
8	EDESA	comestíveis	30,7
9	SABA INDUSTRIA DE IMPORTACIONES SA	cigarros	29,9

Tabela 9 (continuação)
20 maiores importadores registrados do Paraguai em 1997

Nº em Ordem de Importância	Importador	Principais Produtos	US\$ em Milhões
10	LONDON IMPORT SA	Bebidas	29,1
11	TOYOTOSHI SA	Veículos	28,2
12	INTERPACK SRL	Eletrônicos	27,1
13	TELEFONICA CELULAR DEL PARAGUAY	Telefonia	26,5
14	DIESA	Veículos	26,1
15	SHELL PARAGUAY LIMITED SA	Refinados	25,7
16	IMEXPACO DEL PARAGUAY SRL	Comestíveis	23,4
17	ARA PORA SRL	Jogos e eletrônicos	23,2
18	ACONCAGUA SA	Comestíveis	22,9
19	VIERCI A.J. Y CIA SA	Bebidas	20,9
20	ALVIMER SRL	Eletrônicos	20,8
Total			1.007,1

Fonte: GEIPOT (1998)

Apesar do valor da importação de cigarros no Paraguai se mostrar extremamente alta e a quantidade de cigarros, entre importados e fabricados ser de 37 bilhões de unidades anuais, o consumo estimado no país é de apenas 2,5 bilhões por ano (KOMATSU, *Gazeta Mercantil Latino Americana* 11-17/09.2000). Feita esta conta, sobram 34,5 bilhões de unidades "sem destino". Como o cigarro manufaturado não consta da seção de principais produtos exportados do *Anuario Estadístico de América Latina y Caribe* (1999), estima-se que a maior parte dos 34,5 bilhões de unidades retorne ao Brasil por meio de contrabando. A carga tributária do Brasil para o setor, de 70%, acaba incentivando a entrada do cigarro contrabandeado do Paraguai, responsável por cerca de 60% dos cigarros ilegais vendidos no Brasil, de acordo com levantamento da empresa. Isto ocorreria em função do baixo preço do cigarro paraguaio, 70% mais barato do que o brasileiro, devido aos baixos impostos, entre 13% e 16%, praticados pelo governo paraguaio.

Em 1998, o Brasil proibiu a utilização dos depósitos aduaneiros e a importação de cigarros, bebidas alcoólicas e armas por parte do Paraguai e Bolívia, através da

instrução normativa 101, com o objetivo de eliminar o contrabando (TÉRMINE, *Gazeta Mercantil Latino Americana* 31/08-06/09/1998).

Com a metodologia envolvendo as exportações de todos os países para o Paraguai e a utilização de pesquisas de mercado descritas anteriormente, R. Penner (1998) conclui que o faturamento em Ciudad del Este é de 30% a 50% menor do que estimativas, em torno de 12 bilhões de dólares, feitas nos anos anteriores tanto pelo governo paraguaio quanto pelos governos brasileiro e argentino.

Logo, ao analisarmos as interações espaciais que derivam da inserção de Ciudad del Este no comércio de triangulação, dirigido sobretudo para o Brasil, podemos afirmar que, no Paraguai, a reexportação não é uma atividade marginal, exclusiva do submundo econômico, mas está vinculada estruturalmente à economia do país, e à própria organização espacial do território nacional, onde as principais cidades situam-se em zonas de contato com os sistemas nacionais confinantes. Desta forma, para o Paraguai, e partindo de uma inovação adaptada às características do espaço fronteiriço estruturado pelas cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, a difusão do comércio de reexportação para outros pontos do território poderia vir a conformar um setor de intermediação comercial com uma função regional de vincular, de forma ainda mais abrangente, a economia nacional com aquela dos os países vizinhos.

Em termos das perspectivas econômicas de Ciudad del Este e, conseqüentemente, da própria cidade de Foz do Iguaçu a unificação da tarifa de exportação em 2006 gerou uma grande apreensão no Paraguai sobre a viabilidade econômica futura de Ciudad del Este.

3.3 O Mercosul e o futuro das interações espaciais entre as cidades gêmeas: o projeto das Maquiladoras

A “lei de maquila” promulgada em Agosto de 1997 no Paraguai permite que uma indústria paraguaia possa agregar valor a um produto ou matéria-prima importada, exportando-os para outros países, pagando imposto de apenas 1 % sobre o faturamento total (ORCINOLI, *Gazeta Mercantil Latino Americana*, 22-28/09/1997). Se o produto maquiado possuir 50% de componentes nacionais, poderá ser vendido no Mercosul

como se tivesse sido produzido no Paraguai, beneficiando-se da tarifa reduzida (Costa, GMLA 20/09/97). A legislação, cuja regulamentação foi aprovada em Agosto de 2000, concede ainda uma série de benefícios para a instalação de fábricas de transformação de produtos destinados à exportação, e inclui prerrogativas como a tarifa zero sobre a importação de matérias-primas e máquinas bem como um esquema de isenções tributárias, tanto a nível nacional como municipal.

É interessante notar que, ao contrário dos outros países latino-americanos que criaram *territorialidades específicas* (MACHADO, 2000) de forma a incluir determinadas porções do território nacional em estruturas de interações transnacionais, no Paraguai não há uma circunscrição para a atuação das maquilas e, tampouco, a necessidade de dedicação exclusiva, o que permite que empresas já instaladas possam dedicar parte da produção à exportação nestas condições.

Segundo Néstor Méndes Núñez, presidente da União Industrial Paraguaia, esta lei busca o crescimento e desenvolvimento de pequenas e médias empresas locais, a redução do desemprego (que passou de 7% em 1995 para 16% em 1999) e a atração de investimentos estrangeiros no estilo dos tigres asiáticos e a redução do déficit comercial paraguaio. Visando diminuir o conflito que esta lei gera no interior do Mercosul, os empresários e autoridades paraguaias insistem que os maiores beneficiados serão os próprios países membros do bloco, sobretudo o Brasil e Argentina, tendo em vista que pois poderão produzir, em território paraguaio, com uma formidável redução de custos (ORCINOLI, *Gazeta Mercantil Latino Americana* 13-19/10/ 1997), nos moldes do que ocorre na zona de fronteira entre Estados Unidos e México.

Para o Brasil e a Argentina esta lei representa uma ameaça à própria consolidação do Mercosul, trazendo efeitos para a Tarifa Externa Comum (TEC), uma vez que excede os limites permitidos dos incentivos fiscais às exportações e facilita o contrabando de produtos asiáticos para o Mercosul – movimento que, como vimos representa uma das principais atividades econômicas de Ciudad del Este.

A lei também preocupa o empresariado brasileiro, pois, segundo Maurice Costin, diretor-adjunto de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), “o texto, como está, permite a importação de qualquer produto que, com uma simples embalagem, passa a ser considerado produto paraguaio” (ORCINOLI et alli, *Gazeta Mercantil Latino Americana* 13-19/10/1997).

No âmbito do Mercosul, a operação de zonas francas industriais e de zonas de processamento de exportações (caso das maquiladoras) foi regulamentada pela Decisão 10/94 do Conselho do Mercado Comum e pelo 11º Protocolo Adicional do ACE-18 (LAVIOLA, *Gazeta Mercantil Latino Americana*, 10-16/11/97).. De acordo com o protocolo, os bens originários destas zonas estão sujeitos ao pagamento da TEC quando ingressarem nos países do bloco. No entanto, a apreensão por parte do Brasil e Argentina deriva da dificuldade de se diferenciar produtos “maquilados” de produtos genuinamente paraguaios, estes últimos não sujeitos à TEC

Apesar das críticas dos países-membros do bloco, as relações políticas e comerciais entre a China e o Paraguai estreitaram-se gradativamente desde 1997, quando o presidente da República da China, Lee Teng-hui visitou Assunção. Na época, o secretário executivo da Câmara de Comércio Paraguai-Chinesa em Taiwan, Simón C.P. Chou, indicou que as primeiras “maquilas” paraguaias seriam de confecções, informática e manufaturas de alumínio (Laviola, *Gazeta Mercantil Latino Americana*, 10-16/11/97)...

As previsões de do secretário executivo se confirmaram e, no final de 2000, depois de superar as controvérsias com os outros integrantes do bloco, onze empresas entram no programa de ‘maquilas’ do governo paraguaio, investindo inicialmente US\$ 80 milhões e criando 2.500 postos de trabalho em uma economia que cresceu nos últimos quatro anos 2,2% abaixo da taxa demográfica (*Gazeta Mercantil Latino Americana*, 4-10/12/2000). A tabela com a listagem das empresas do programa de maquilas, o setor ao qual cada uma pertence e o valor do respectivo investimento inicial se encontra abaixo:

Tabela 10: Investimentos das primeiras maquilas paraguaias

NOME	Setor	Investimento (US\$ milhões)
Petrolub	Petroquímica	45,5
Toshiba Paraguay	Informática eletrônica, elétricos	21,5
Alfesa S.A	Indumentária	3,0
Lukyplast S.A	Vasilhames de plástico	2,8
TG Cuir	Poltronas de couro para automóveis	2,0

importação temporária de maquinaria, equipamentos e matérias-primas livres de impostos, para serem montados ou manufaturados e posteriormente exportados.

A venda de insumos mexicanos às maquilas é isenta de imposto sobre valor agregado (IVA) por serem considerados como produtos de exportação. Quando os produtos são exportados para os Estados Unidos ou outros países, pagam apenas tarifas sobre o valor agregado no México. As maquilas são autorizadas atualmente a vender até 50% de sua produção no mercado nacional, quando pagam impostos de importação e outras tarifas sobre a matéria-prima importada. A partir de 2001, poderão vender até 100% de sua produção no México. As empresas estrangeiras podem ser proprietárias de até 100% das empresas maquiladoras e têm o direito de contratar administradores, técnicos e instrutores estrangeiros. A decisão de abri-las aos investidores estrangeiros, uma importante concessão a essas empresas, foi adotada a partir de 1989. (CONGER, GMLA, 9-15/10/2000).

No Brasil, em Maio de 2000, foram editadas duas Instruções Normativas pela Secretaria da Receita Federal regulamentando a instalação de maquilas no país, permitindo que as Estações Aduaneiras Interiores (EADIs) desenvolvam serviços de processamento industrial. Ou seja, que as EADIs se transformem em enormes galpões para processamento de matérias-primas e montagem de componentes, sem que as indústrias tenham que pagar quaisquer impostos para reexportarem as mercadorias. No entanto, nenhuma das 50 (EADIs) registrou qualquer operação. Em princípio, a demora na resposta foi gerada por desentendimentos na interpretação das instruções. Para algumas administradoras de EADIs, faltou uma melhor definição quanto ao sistema de controle informatizado de mercadorias que foi exigido nas instruções normativas e houve também uma questão quanto a classificação tributária do transporte de mercadorias da matriz para sua filial via EADI. Quando o regulamento for esclarecido, segundo o presidente da Associação Brasileira de Empresas Operadoras de Regimes Aduaneiros (ABEPRA), Cassio Marques Filho, a instalação das maquilas deve gerar um crescimento de até 30% no movimento dos portos secos, dependendo da sua localização (TAIM, GMLA 13-19/11/2000).

Entretanto, ao que parece, a indústria maquiladora é sobretudo uma solução adaptada ao Paraguai, o qual, aproveitando-se da infra-estrutura já instalada, deve favorecer a implantação de tais indústrias, de preferência, no entreposto comercial de

Ciudad del Este, principal conexão fronteiriça deste país com o Brasil. Em função da consolidação do Mercosul, que poderia vir a afetar o próprio diferencial competitivo deste centro urbano, no que se refere a um tipo específico de intercâmbio que explora as gradientes entre os regimes tributários do Paraguai e dos países vizinhos, e dentro do próprio marco legal deste bloco econômico, a constituição de uma zona maquiladora no espaço fronteiriço poderia significar, novamente, uma mudança de escala nas interações espaciais entre as cidades-gêmeas aí situadas.

CONCLUSÃO

Embora o trabalho aqui apresentado possua um caráter ainda esquemático, espera-se que por intermédio deste tenha sido possível, de um lado, aplicar certos conceitos e idéias derivados das leituras de autores que enfatizam a singularidade da organização espacial em áreas de fronteira. É de se notar que a geografia, desde suas formulações clássicas acerca das interações espaciais e das modalidades de articulação entre centros urbanos — esta última representada pelo modelo seminal de W. Christaller sobre a rede de lugares centrais — concedeu uma posição distintiva às cidades e regiões fronteiriças. Muitas das questões aí formuladas são ainda bastante atuais e exigem o desenvolvimento mais sistemático de um instrumental teórico-metodológico capaz de respondê-las de forma satisfatória. A possibilidade de medir, efetivamente, a intervenção do *efeito-barreira* sobre as interações que ultrapassam determinadas descontinuidades espaciais carece, especialmente no Brasil, de informações estatísticas, adaptadas à representação de tais fluxos.

Por outro lado, a ênfase sobre a evolução dos espaços fronteiriços, no que diz respeito à sua construção e estruturação, está de acordo com a necessidade de se demonstrar que as interações espaciais na fronteira decorrem de um, um lado, de um processo de adaptação a esta situação posicional peculiar e, de outros, exploração das diferenças entre articulados pela própria fronteira.

Entretanto, acreditamos que, acima de tudo, a principal função deste trabalho tenha sido encaminhar algumas questões pertinentes à análise mais aprofundada do segmento da fronteira brasileiro-paraguaia sobre o qual nos debruçamos. Entre estas indagações, poderíamos destacar, em primeiro lugar, a necessidade de se avaliar a centralidade exercida pelas cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este sobre os centros situados nas zonas fronteiriças de ambos os países. Uma segunda questão seria estimar os efeitos da formação de um bloco regional, o Mercosul, sobre as zonas de fronteira, o que, nitidamente, requer um acompanhamento mais prolongado do processo. Finalmente, outra questão diz respeito à verificação de alterações na organização espacial do segmento de fronteira aqui estudado associadas à consolidação da alternativa da apresentada pela atividade *maquiladora*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUARIO ESTADÍSTICO DE AMÉRICA LATINA Y CARIBE (1999). *Comisión económica para América Latina y el Caribe*.
- ABLER, R., ADAMS, J. e GOULD, P. (1972): *Spatial Organization*, Londres, Prentice-Hall International, 587p.
- BAILLY, A. e FERRAS, R. (1997): *Éléments d'épistemologie de la géographie*, Armand Colin, Paris, 191p.
- BANCO CENTRAL DO PARAGUAI (1997). *Memoria del Banco Central de Paraguay*, Assunção, BCP.
- BERNARDES, L. (1951): "Crescimento da População no Estado do Paraná – comparação entre os recenseamentos de 1920-1940", *Revista Brasileira de Geografia*, vol.13, nº2, pp.256-274
- BERNARDES, N. (1952): "Expansão do povoamento no estado do Paraná", *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 14, nº4, pp.427-456
- BIGO, D. (1997): "Security, Borders and the State", In GANSTER, P. et alli (Eds.): *Border and Border Regions In Europe and North America*, San Diego, IRSC/SDSU Press, pp.81-102
- BENTANCOR, G. (1994): "Mercosur: Adecuación a la Integración Regional – Perspectivas desde un Área Fronteriza", in LEHNEN, A. et alli (org.), *Fronteiras no Mercosul*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, pp.48-52
- _____ (1995): "Frontera y Integración", in CASTELLO et alli (org.): *Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, pp. 97-109
- BERTOLOTTO, R. (1997). *Árabes e chineses disputam lojas*. Folha de São Paulo, 24/03, seção Mundo, p.16.
- BRUNET, R. (org.) (1992): *Les Mots de la Géographie – dictionnaire critique*, Montpellier-Paris, RECLUS, 520p
- _____ (1997): *Champs et Contrechamps: raisons de géographe*, Paris, Belin, 319p.
- BURGHARDT, A. F. (1971): "A hypothesis about gateway cities", *Annals of the Assotiation of American Geographers*, vol.61, nº 2, pp.269-285

- CASTELLS, M. (1996): *The Rise of network society*, Oxford, Blackwell, 556p.
- CELEPAR (2001). Turismo no Paraná – estatísticas 1991-1997. Mídia eletrônica, endereço: <http://www.pr.gov.br/celepar/seet/prtur/estatisticas/est002b.html>
- CHRISTALLER, W. (1966): *Central places in southern Germany*, New Jersey, Prentice-Hall inc., (orig. 1933), 229p.
- CLEMENT, N. (1997): “The Changing Economics of International Borders and Border Regions”, In GANSTER, P. et alli (Eds.): *Border and Border Regions In Europe and North America*, San Diego, IRSC/SDSU Press, pp.47-63
- COELHO, P. M. P. (1990): *A cooperação fronteiriça na Amazônia: os planos-modelos de desenvolvimento integrado de comunidades vizinhas na fronteira – uma proposta*, Brasília, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 157p.
- COLEMAN, W. (1973) “Science and Symbol in the Turner frontier Hypothesis”. *American Historical Review*, 5: 22-49.
- COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ – URUGUAI (1955): *Condições Geográficas e Aspectos Econômicos da Bacia do Paraná-Uruguaí*, volume II, Atlas, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros
- COOMBES, M. (1995): “The Impact of International Boudaries on Labour Market area Definitions”, *Area*, vol. 27, nº 1, pp.46-52
- CORRÊA, R. L. (1997a): “O Sudoeste Paranaense antes da colonização” in: *Trajetórias Geográficas*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 237- 256
- _____ (1997): “Interações espaciais” in: CASTRO, I. et alli (org.): *Explorações Geográficas*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 279-318
- CORTESÃO, J. (1958): *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, Rio de Janeiro, MEC, 454p.
- DAVIDOVICH, F. (1997): “Transportes e integração espacial no Brasil”, in CASTELLO et alli (org.): *Fronteiras na América Latina: Espaços de Transformação*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/ufrgs, pp. 220-236
- DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC) (1982): *Paraguay – Migración*, Assunção, DGEEC.
- _____ (1982): *Paraguay - Migración*, Assunção, DGEEC.
- _____ (1992): *Censo Nacional de Población y Viviendas*, Assunção, DGEEC.

- _____ (1999): *Datos preliminares del Censo Nacional de Población y Viviendas*, Assunção, DGEEC.
- _____ (1999b): *Anuario Estadístico del Paraguay*, Assunção, DGEEC.
- DOMINGUES, M. (1995): *Superporto do Rio Grade: plano e realidade. Elementos para uma discussão*, Rio de Janeiro, UFRJ / Programa de pós-graduação em geografia, 311 p.
- DUBY, G. (1988): *O tempo das catedrais – a arte e a sociedade (980-1420)*, Lisboa, Editorial Estampa, (orig. francês 1966-1967), 314p.
- FIGUEIREDO, A.; MESQUITA, O.; SILVA, S. (1984): “O impacto desigual da modernização da agricultura no oeste do Paraná”, *Revista Brasileira de Geografia*, vol.46, nº3/4, pp.425-550
- FOLHA DE SÃO PAULO (1998). *Paraguai promete liquidar o contrabando*. São Paulo, 06/12, seção Dinheiro, pp.2-8.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1998). *Contrabando será favorecido*. São Paulo, 14/06, seção Cotidiano, pp.4.
- FOUCHER, M. (1991): *Fronts et Frontières – un tour du monde géopolitique*, Paris, Fayard, (orig.1988), 691p.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (1959): *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, Rio de Janeiro.
- _____ (1950): *Censos Demográficos e Econômicos do Estado de Mato Grosso de 1950*, Rio de Janeiro
- _____ (1960): *Censo Demográfico do Estado do Paraná*, Rio de Janeiro
- _____ (1970): *Censo Demográfico do Estado Paraná*, Rio de Janeiro
- _____ (1980): *Censo Demográfico do Estado Paraná*, Rio de Janeiro
- _____ (1991): *Censo Demográfico do Estado Paraná*, Rio de Janeiro
- _____ (1996): *Brasil – Contagem da população*, Rio de Janeiro
- _____ (1972): *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, Rio de Janeiro, 111p.
- _____ (1987): *Regiões de influência das cidades*, Rio de Janeiro, 183p.
- _____ (1993a): *Mapa de Vegetação do Brasil*, escala: 1: 5.000.000
- _____ (1993b): *Mapa de Unidades de Relevo do Brasil*, escala: 1: 5.000.000

- GADELHA, M. R. (1980): *As Missões Jesuíticas do Itatim: estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial – séculos XVI e XVII*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 342p.
- GALLERO, A. L. (1995): “Zonas francas uruguayas y proceso de integración” , in CASTELLO et alli (org.): *Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, pp. 149-158
- GANSTER, P.; SWEEDLER, A.; SCOTT, J.; DIETER-EBERWEIN, W. (Ed.) (1997): *Border and Border Regions In Europe and North America*, San Diego, IRSC/SDSU Press, 376p.
- GANSTER, P. (1997): “On the road to interdependence? The United States-Mexico Border Region”, In GANSTER, P. et alli: *Border and Border Regions In Europe and North America*, San Diego, IRSC/SDSU Press, pp.237-266
- GAZETA MERCANTIL LATINO AMERICANA – Semanário do Mercosul, março de 1997 a dezembro de 2000, vários números.
- _____ (1998). “Maquilas” ganham mercado. 18 a 24 de Maio, p.12.
- GEIPOT (1998): *Estudo de Transporte no corredor do Mercosul: relatório final*, Brasília, 215p.
- GONZALES, N. (1997). *Um “furo” no Mercosul*. GMLA, 13a 19 de Outubro, p.5
- Vilas, O. (1997). *Ministros avaliam lei de maquiagem*. GMLA, 13 a 19 de Outubro, p.6.
- GOTTMANN, J. (1973): *The Significance of Territory*, Charlottesville, University Press of Virginia, 169p.
- GUBETICH, H. F. (1957): *Geografia del Paraguay*, Asunción, La Colmena, 157p.
- HAGGETT, P. (1972): “Interregional Stresses” in: *Geography: a modern synthesis*, Nova York, Harper & Row, pp.323-345
- HAESBAERT, R. (1999): “Regionalización y Migración brasileña en los Países del Mercosur”, *GeoUruguay*, nº3, pp.99-117
- HUBERT, J-P. (1993): *La Discontinuité Critique: essai sur les principes a priori de la géographie humaine*, Paris, Sorbonne, 221p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (1998): *Regiões de Influência das cidades*, Rio de Janeiro

- JOENNIEMI, P. (1997): "Interregional Cooperation and a New Regionalist Paradigm", In GANSTER, P. et alli (Eds.): *Border and Border Regions In Europe and North America*, San Diego, IRSC/SDSU Press, pp.65-80
- JORNAL DA TARDE (1987). *Os caminhos (ou descaminhos) do contrabando*. 02/06, seção Brasil, p.17.
- JORNAL DA TARDE (1987). *Máfia do contrabando*. 5 de junho, p.17.
- JORNAL DO BRASIL (1989). *Contrabando de gasolina cresce na fronteira*. 27/06, caderno 1, p.5.
- KISILEVSKI, M. (2000): *De la AMIA a Africa, ida y vuelta*, Internet: http://www.wzo.org.il/spanish/recursos/amia_setiembre.html
- KLEINKE, M.; CARDOSO, N.; ULTRAMARI, C.; MOURA, R.: (1997): "O Paraíso dos Outros", In: CASTELLO et alli: *Fronteiras na América Latina: Espaços em transformação*, Porto Alegre, Ed. Da Universidade/UFRGS, pp.172-186
- KOHLHEPP, G. (1984): "Colonización y Desarrollo Dependiente en el Oriente Paraguayo", *Revista Geografica*, Jan/Jul, pp.5-33
- KOHLHEPP, G. (1987): *Itaipú – Socio-economic and ecological consequences of the Itaipú dam*, Vieweg, 100p.
- KOMATSU, A. (2000). *Indústria do cigarro sob ataque pirata. Além da crescente campanha antitabagista mundial, no Brasil o setor se queixa da forte concorrência ilegal*. GMLA, 11 a 17 de Setembro, p.5.
- LAIRD, S. (1997): "Mercosul – objetivos e resultados", *Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 4 a 10 de agosto de 1997, pp.10-12 e *Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 11 a 17 de agosto de 1997, pp.11-14
- LAURELLI, E. (1997): "Reestructuración Económica en America Latina: integración o fractura de los territorios fronterizos", In: CASTELLO et alli: *Fronteiras na América Latina: Espaços em transformação*, Porto Alegre, Ed. Da Universidade/UFRGS, 1995, pp.151-162
- LAVIOLA, M. (1997). *Quem tem medo da "maquila" paraguaia?* GMLA, 10 a 16 de Novembro, p.2.
- LIMA FIGUEIREDO (1942): "Resenha critica do livro 'O Rio Paraná no Roteiro da Marcha para o Oeste' de Teófilo de Andrade", *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 4, nº1, pp.143-148

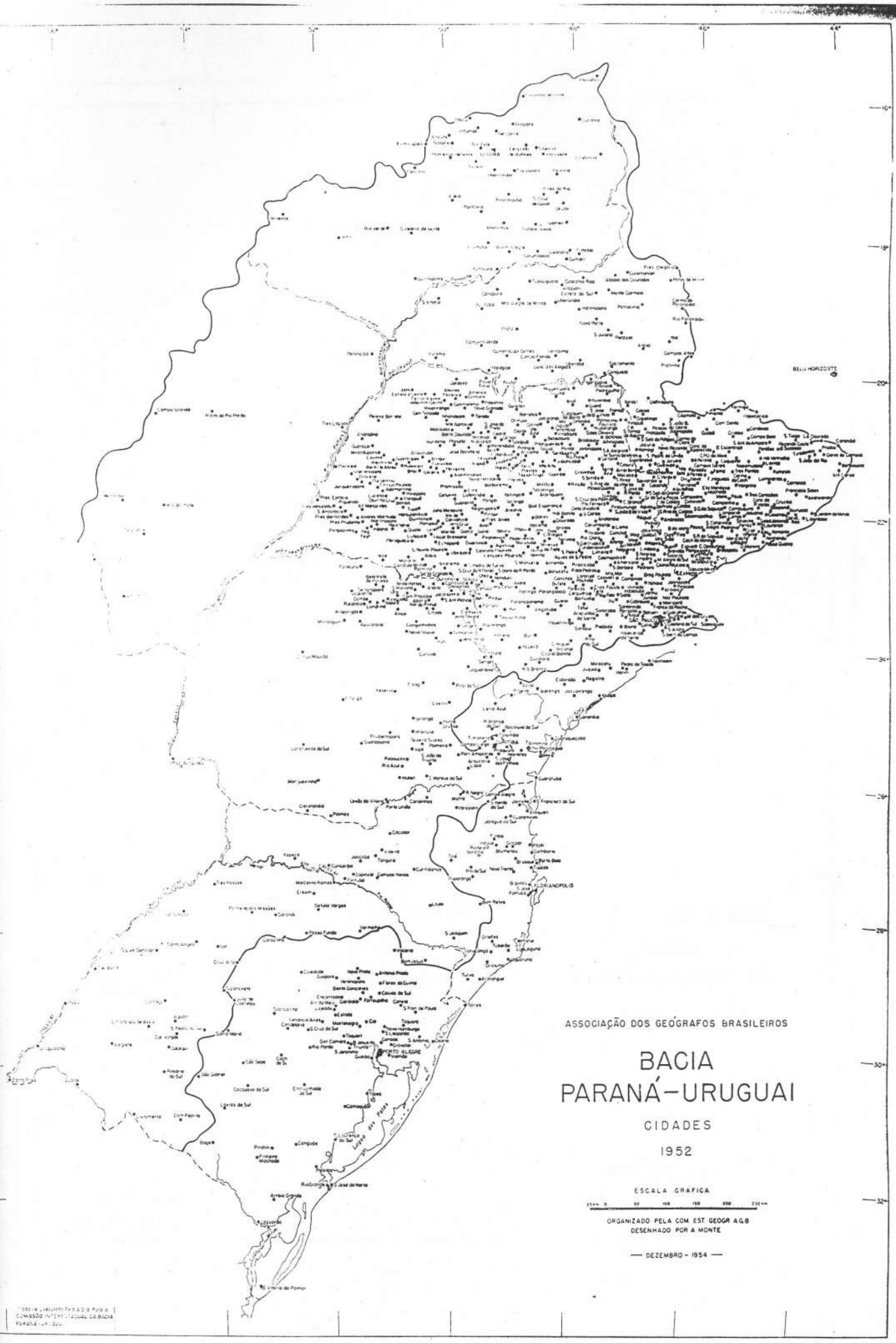
- MACHADO, L.O. (1989): "The intermittent control of the Amazonian territory (1616-1960)", *International Journal of Urban and Regional Research*, 13 (4), pp.652-665
- _____ (1996): "O Comércio Ilícito de Drogas e a Geografia da Integração Financeira: Uma Simbiose?" in Castro, I. et alli (org.), *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp.15-64
- _____ (1997): "Os movimentos de dinheiro e o tráfico de drogas: uma abordagem regional" in RIBEIRO, M. e SEIBEL, S. (coord.): *Drogas, a hegemonia do cinismo*, São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, pp.217-242
- _____ (1998): "Limites, fronteiras, redes", In: STROHAECKER, T. et alli: *Fronteiras e Espaço global*, III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços, Santana do Livramento/Rivera, AGB, pp.41-49
- _____ (2000): "Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade", *Território*, nº 9, pp.9-29
- MALAVOLTA, L. (1991). *Cartel de Medellín vende armas ao Brasil*. O Globo, 12 de maio, p.10.
- MARIN, D. C. (1995): "Países discutem combate ao terrorismo". *Folha de São Paulo*, 15 de Agosto de 1995, p.10 (Editoria Mundo)
- MASCHIO, J. (1998): "Argentina Barra Árabs na Fronteiras". *Folha de São Paulo*, 27 de Janeiro de 1998, p.12 (Editoria Mundo)
- MASCHIO, J. (1994). *Receita tenta barrar retorno ilegal de cerveja brasileira exportada*. *Folha de São Paulo*, 24 de dezembro, p.3-2.
- MONIZ BANDEIRA (1993): *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*, Brasília, UNB/Ensaio, 304p.
- MONTEIRO, M. (1995). *Cuidado com a compra de celular*. *Jornal do Brasil*, 2 de maio, p.10.
- MULLER, K. (1974): *Pioneer Settlement in South Brazil: the case of Toledo, Paraná*, the Hague, Martinus Nijhoff, 75p.
- NEJAMKIS, G. (1997). *Lei vai contra o Tratado de Assunção*". *GMLA*, 13 a 19 de Outubro, p.5.
- O ESTADO DE SÃO PAULO (1998): "Cônsul Paraguaio no Paraná é demitido", *O Estado de São Paulo*, 3/03/1988, p.15.

- O GLOBO (1986). *No Paraguai, a facilidade quem há para a compra de armas e munições*. 16 de junho, p.2.
- OLVERA, L.; NIR, M.; PLAT, D. e RAUX, Ch. (1996): "Les effets de frontière, une barrière à la compréhension des échanges internationaux?", *L'Espace Géographique*, nº 3, pp. 193-202
- ORCINOLI, M. (2000): "Paraguai reage às suspeitas de aftosa", *Gazeta Mercantil Latino Americana*, 14 a 20 de agosto, p.29
- ORCINOLI, M. et alli (1997). *Ministros do Mercosul debatem lei paraguaia. Legislação sobre maquiagem abre novo atrito dentro do bloco*. GMLA, 13 a 19 de Outubro, p.1.
- ORCINOLI, M. (1999). *Cresce o contrabando no Brasil*. GMLA, 26 de Abril a 2 de Maio, p.3.
- _____. (1997). *Paraguai defende sua lei de maquiagem. Apesar das críticas dos parceiros do bloco, governo diz que não vai retroceder*. GMLA, 13 a 19 de Outubro, p.3.
- _____. (1997). *Objetivo é ampliar a geração de empregos. Maquiagem é a soma dos bens adquiridos no país, os serviços contratados e os salários pagos*. GMLA, 13 a 19 de Outubro, p.3.
- _____. (1997). *Lei para "maquiar" produtos*. GMLA, 22 a 28 de Setembro, p.1.
- _____. (1997). *Uma nova disputa regional. "Maquiagem" atrai investimentos chineses, mas desagrada a Brasil e Argentina*. GMLA, 22 a 28 de Setembro, p.3.
- _____. (1998). *"Maquiagem para atrair investimentos". Sem um parque industrial forte, Paraguai aposta na finalização de produtos importados*. GMLA, 11 a 17 de Maio, p.4.
- _____. (1999). *Maquila paraguaia pode atrair mais investimentos. Cem empresas já estariam dispostas a usufruir dos incentivos*. GMLA, 11 a 17 de Janeiro, p.23.
- _____. (1999). *Mais investimentos com as "maquilas"*. GMLA, 4 a 10 de Outubro, p.24.
- _____. (2000). *Paraguai atrai investimentos de peso*. GMLA, 09 a 15 de Outubro.

- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA (1971): *Bacia do Prata – Estudo para sua Planificação e Desenvolvimento: inventário e análise da informação básica sobre recursos naturais*, Rio de Janeiro, OEA, 186p.
- OSORIO, H.(1995): “O Espaço Platino: Fronteira Colonial no Século XVIII” in CASTELLO et alli (org.): *Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, pp. 100-115
- PALAU, T. (1998): “Migración Brasileña al Paraguay: Retrospectiva, problemas y sugerencias de acción”, In: Serviço Pastoral dos Migrantes (org.): *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio*, Petrópolis, Vozes, pp.139 – 174
- PARROCHIA, D. (1993): *Philosophie des Réseaux*, Paris, PUF, 300p.
- PÉBAYLE, R. (1994): “As regiões de fronteira e o projeto de integração do Mercosul”, in LEHNEN, A. et alli (org.), *Fronteiras no Mercosul*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1994, pp.14-21
- PENNER, R. (1998): “Movimiento Comercial y Financiero de Ciudad del Este: Perspectivas dentro del proceso de integración”, Assunção, Banco Central del Paraguay, Gerencia de Estudios Económicos, 50 p.
- PETRECOLLA, D. e LOUSTEAU, M. (1997): “A Argentina e o Mercosul”, *Gazeta Mercantil Latino-americana*, 14 a 20 de Abril de 97, pp.15-16 e pp.25-26
- PINI, G. (1996): “L’Interaction Spatiale”, In: BAILLY et alli: *Encyclopédie de Géographie*, pp.539-559
- PORTAIS, M. (1992): “Reconversion et nouveaux espaces réticulaires au México”, *L’Espace Géographique*, nº3, pp.231-238
- PRADEAU, C. (1994): *Jeux et Enjeux des Frontières*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, 362p.
- QUADROS, V. (1995). *Um armazém de cocaína chamado Brasil*. O Globo, 9 de abril, p.14.
- RAFFESTIN, C. (1993): “O território e o poder” in: *Por uma geografia do poder*, São Paulo, Ática, (orig. 1980), pp.143-222
- RAMIREZ, F.R. (1994): “Alto Paraná: Distribuição Espacial e Migração 1992”, Artigo apresentado no seminário Población y Desarrollo, Ciudad del Este, DGEEC.

- RAPOPORT, M. e MADRID, E. (1998): "Os países do Cone Sul e as grandes potências", in AMADO, L. C. e RAPOPORT, M. (orgs.): *História do Cone Sul*, Brasília, Ed. UNB, cap.5, pp. 240-288
- RATTI, R. e RUDEL, R.(1994): "Redes logísticas das regiões fronteiriças da Europa: questões organizativas e institucionais", *Inforgeo*, n° 7/8, 1994, pp. 11-23.
- RECEITA FEDERAL (2000): "Síntese histórica das Repartições Fazendárias Brasileiras", <http://www.receita.fazenda.gov.br/historia.htm>
- RENARD, J-P. e PICOUET, P. (1993): *Frontières et Territoires*, Paris, La Documentation Française, 44p.
- RIVIERE D'ARC, H. (1981): "Frontières politiques et frontières de colonization", In: *Les Phénomènes de "frontière" dans les pays tropicaux*, Paris, IHEAL, pp.419-430
- RODRIGUES PEREIRA, R. B. (1940): "Inquéritos Geográficos: Limites", *Revista Brasileira de Geografia*, vol.3, n° 1, pp.114-124
- SANDRONI, P. (1994): *Novo Dicionário de Economia*, São Paulo, Ed. Best Seller, (orig. 1985), 375p.
- SANTOS, M. (1996): "Por uma Geografia do presente" in: *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*, São Paulo, Hucitec, cap. 3, pp.137-247
- SAVY, M. (1993): "Logistique et territoire". *L'espace géographique*, no 3, pp. 210-218, 1993.
- SCHAFFER, N. O. (1998): "Río Grande del Sur en la perspectiva del Mercosur: cruces de fronteras y nuevas inversiones", *GeoUruguay*, n°2, setembro de 1998, pp. 99-116
- SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (2000): "Estação Aduaneira do Interior". <http://www.receita.fazenda.gov.br/Eadi.htm>
- SERENI, E. (1980): *Capitalismo y mercado nacional*. Barcelona, Ed.Critica, 1980, (orig. italiano, 1966)
- SILVA, M. M. F. (1942): "Geografia das fronteiras no Brasil: alguns aspectos", *Revista Brasileira de Geografia*, vol.4, n° 4, pp.749-769
- SOUTH, R.: "Transnational 'Maquiladora' Location", *Annals of the Assotiation of American Geographers*, vol.80, n°4, 549-570
- SOUZA, S. B. (1994): "A Fronteira Sul: Trocas e Núcleos Urbanos – Uma Aproximação histórica", in LEHNEN, A. et alli (org.), *Fronteiras no Mercosul*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, pp. 78-90

- SOUZA, J. (1994): "Governo investiga conexão árabe no Brasil", *Folha de São Paulo*, p.3 (Editoria Mundo).
- SPRANDEL, M. A. (1998): "Brasileiros de Além-Fronteira: Paraguai", In: Serviço Pastoral dos Migrantes (org.): *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio*, Petrópolis, Vozes, pp.139 – 174
- STRAUCH, L. M. (1955): "Contribuição ao Estudo Geográfico da Erva-Mate", *Revista Brasileira de Geografia*, vol.17, nº1, pp.94-106
- TAIM, J. (2000). *Brasil pode ter Maquilas já em 2001*. GMLA, 13 a 19 de Novembro.
- TÉRMINE, L. (1998). *Brasil proíbe importação de cigarros e bebidas. Medida tem como objetivo eliminar o contrabando e atinge produtos do Paraguai e da Bolívia*. GMLA, 31 de Agosto a 6 de Setembro, p.24.
- ULLMAN, E. (1954): "Geography as spatial interaction" in: BOYCE, R. (ed.): *Geography as spatial interaction*, Washington, University of Washington Press, 1980, pp. 13-27
- VASCONCELOS, L.(2000). *Philip Morris também enfrenta contrabando. A empresa está operando com 60% de capacidade ociosa*. GMLA, 11 a 17 de Setembro, p.6.



ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

BACIA PARANÁ-URUGUAÍ

CIDADES

1952

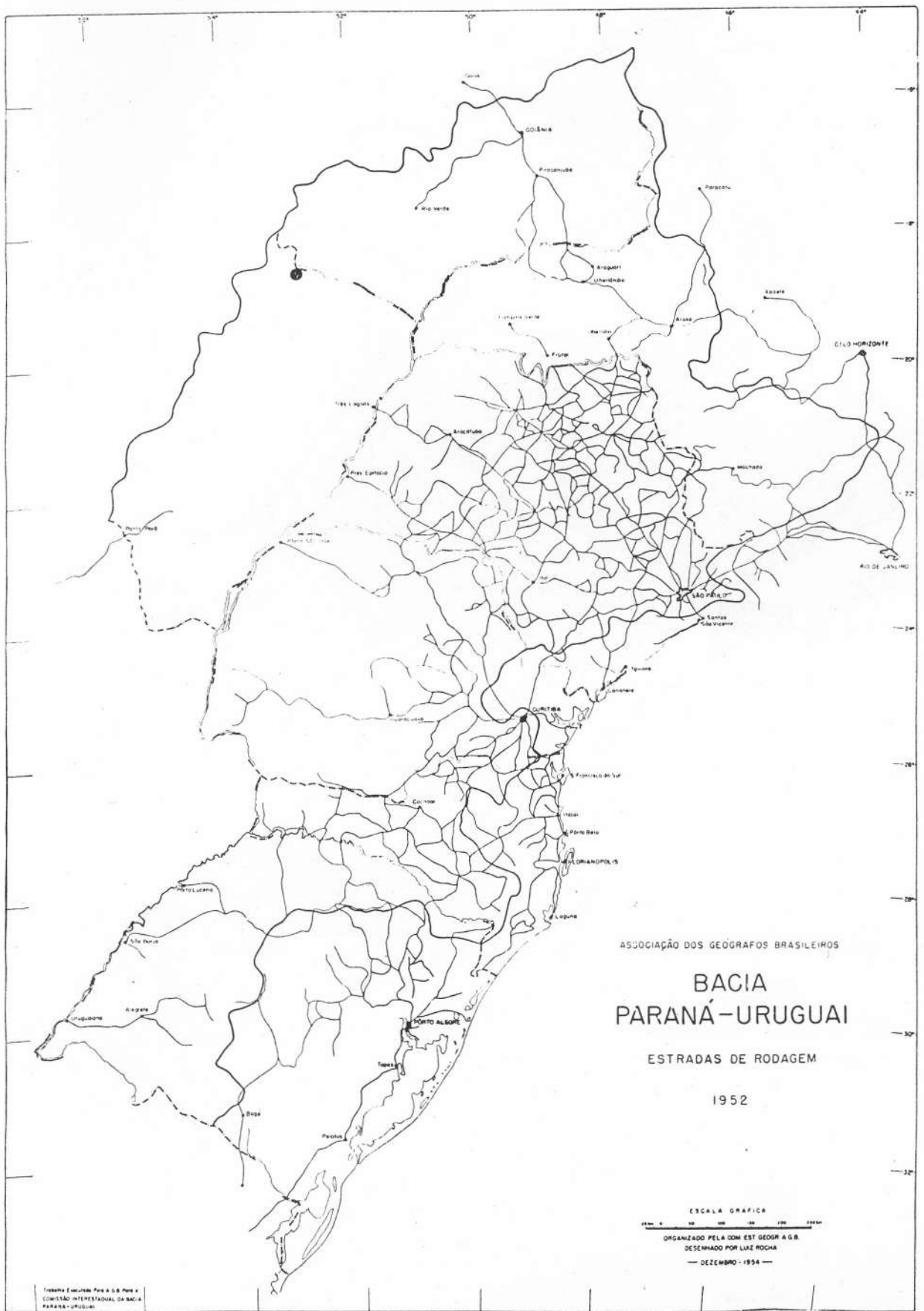
ESCALA GRÁFICA



ORGANIZADO PELA COM EST GEGR A.G.B
DESENHADO POR A MONTE

— DEZEMBRO - 1954 —

1000 L. 100000 P. 1000000
COMISSÃO INTER-ESTADUAL DA BACIA
PARANÁ-URUGUAÍ



ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRAFOS BRASILEIROS

BACIA PARANÁ-URUGUAI

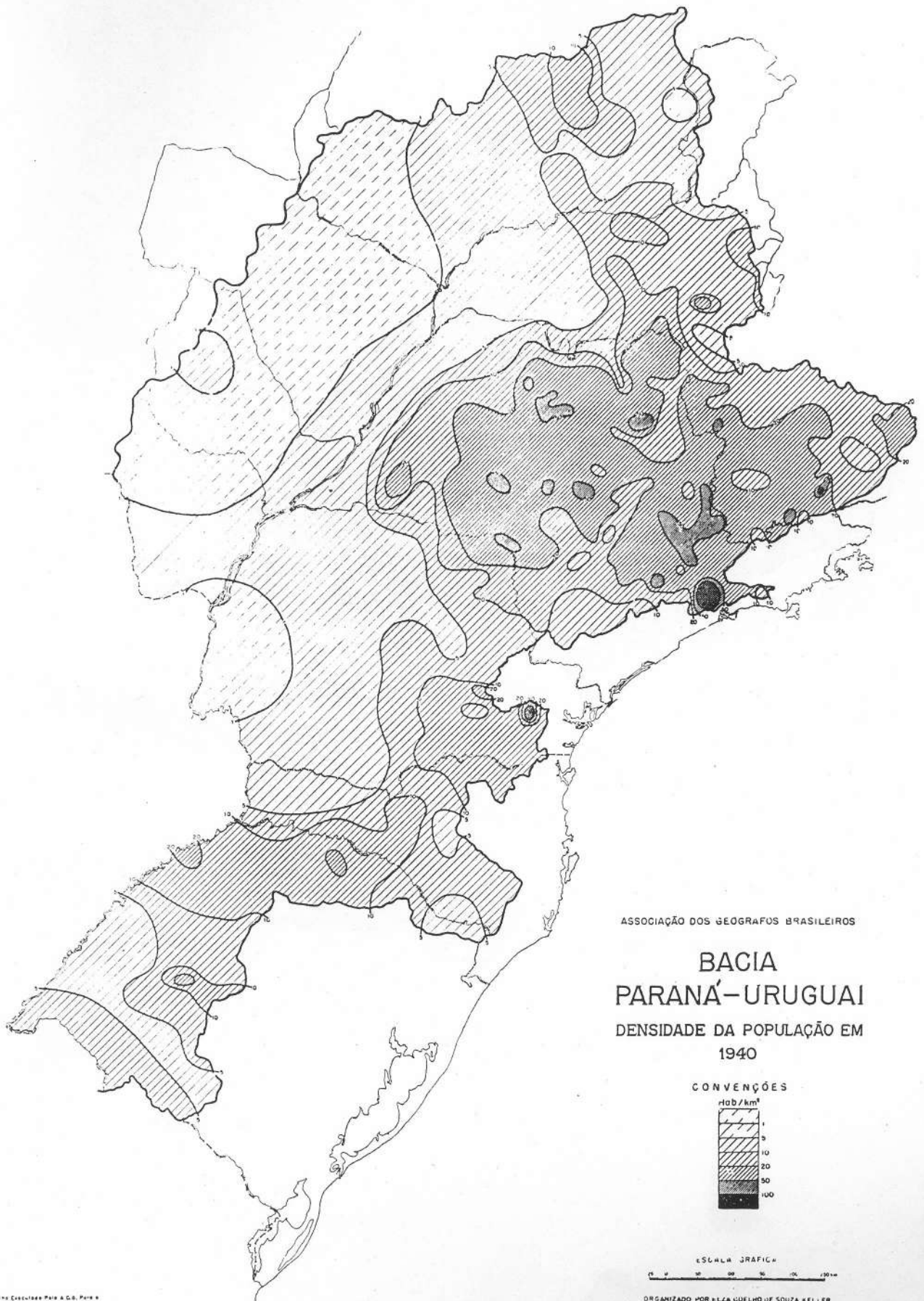
ESTRADAS DE RODAGEM

1952



ORGANIZADO PELA DEM EST GEOR A.G.B.
DESENHADO POR LUIZ ROCHA
— DEZEMBRO - 1954 —

Trabalho Executado Para a O.S. Mapa e
COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA
PARANÁ-URUGUAI



ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRAFOS BRASILEIROS

**BACIA
PARANÁ-URUGUAI**
DENSIDADE DA POPULAÇÃO EM
1940

CONVENÇÕES

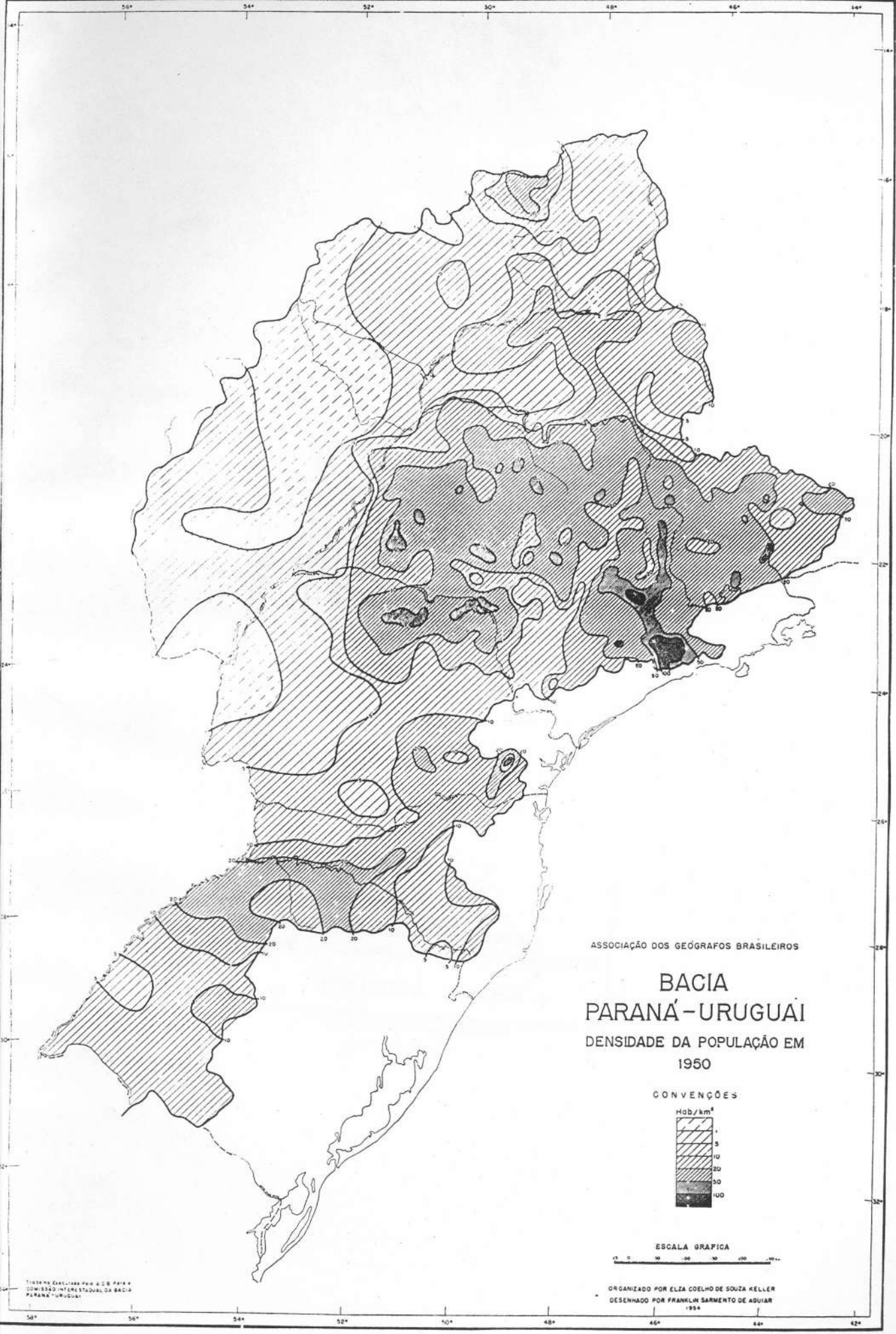


ESCALA GRAFICA



ORGANIZADO POR ELZA GUELHO DE SOUZA KELLER
DESENHADO POR FRANKLIN SARMENTO DE AGUIAR
1954

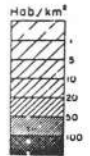
Trabalho Executado Pela A. G. P. P. U. R.
COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA
PARANÁ-URUGUAI



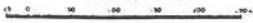
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

**BACIA
PARANÁ-URUGUAI**
DENSIDADE DA POPULAÇÃO EM
1950

CONVENÇÕES



ESCALA GRÁFICA



ORGANIZADO POR ELZA COELHO DE SOUZA KELLER
DESENHADO POR FRANKLIN SARMENTO DE AGUIAR
1954

TIPOGRAFIA EDITORA FIDELITY & CIA. S.A.
COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA
PARANÁ-URUGUAI